

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
MESTRADO EM ECONOMIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OPOSITIVIDADES NO  
DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO**

**AUTOR: JOSÉ MENEZES GOMES**

**ORIENTADOR: PROF. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS**

CAMPINA GRANDE, DEZEMBRO DE 1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OPOSITIVIDADES NO  
DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO**

**JOSÉ MENEZES GOMES**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Economia como requisito  
parcial a obtenção do título de  
mestre.

CAMPINA GRANDE/PB, 1991



G633d Gomes, Jose Menezes.  
Desindustrializacao e opositividades no desenvolvimento  
capitalista brasileiro / Jose Menezes Gomes . - Campina  
Grande, 1991.  
157 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade  
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Capitalismo Financeiro - Brasil. 2. Desinvestimento.  
3. Economia Rural. 4. Capitalismo - Desenvolvimento Rural.  
5. Dissertacao. I. Santos, Roberio Ferreira dos, Prof. Dr.  
II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)  
III. Título

CDU 330.142.23(81)(043)

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OPOSITIVIDADES NO DESENVOLVIMENTO  
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

JOSÉ MENEZES GOMES

Aprovado em ----/----/---

BANCA EXAMINADORA

Orientador: ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS-----

JURANDIR ANTONIO XAVIER -----

MARIA GORETTI SERPA BRAGA -----

CLAUDETH COELHO GUEDES -----

## AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores brasileiros que verdadeiramente pagam impostos, e que desta forma via bolsa da CAPES, viabilizaram meus estudos.

À existência do ensino público e gratuito.

Aos professores deste mestrado que muito contribuíram para este trabalho em especial a Robério Santos, meu orientador, a Jurandir Xavier e Reinaldo Carcanholo.

Aos colegas de turma que geraram um clima de competição motivadora ou construção coletiva, sem o caráter o destrutivo.

Aos entrevistados durante pesquisa.

Aos funcionários da Coordenação.

Aos autores citados na Bibliografia, dos quais me referenciei.

Aos amigos anônimos que possibilitaram passagens rodoviárias para meu deslocamento até esta cidade.

Aos meus pais e familiares.

Aos colegas de república que compartilharam dos momentos bons e difíceis deste período.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é entender as alterações na intervenção estatal, no período 1970-90, marcado pelo auge e crise da modernização industrial, agrícola e o surgimento dos Programas de Desenvolvimento Regional Integrado-PDRIs. Com base em pesquisa bibliográfica, analisamos a relação Brasil-Banco Mundial, a internacionalização do capital, industrialização brasileira e nordestina, o endividamento externo e interno, estatização da dívida, ascensão dos empréstimos multilaterais e uma retrospectiva dos PDRIs.

A hipótese central é que os PDRIs surgem no momento da crise das políticas impulsionadas pelo PIN (Programa de Integração Nacional) e PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra), que viabilizaram o programa global de modernização rural, complementando a modernização industrial via crédito e subsídios abundantes.

Com relação a internacionalização do capital, aborda-se o seu caráter improdutivo\rentista original e a intermediação estatal que o transformava em produtivo, impulsionando o desenvolvimento. Nesta intermediação está a causa do crescimento da dívida e da crise fiscal. O endividamento externo e estatização da dívida é a ilustração deste movimento de superação. A industrialização e modernização agrícola resultam da existência deste capital produtivo.

Nos anos 80, tivemos a crise da dívida externa, redução da fontes de financiamento externas somado aos problemas internos: crescimento da dívida interna, pagamento do juro da dívida, recessão e redução da receita tributária, déficit no balanço de pagamentos. A saída foi o crescimento da captações multilaterais (Banco Mundial). Os PDRIs foram o pretexto para esta captação. Somente neste período o país emprestou U\$ 10 bilhões ou 72% de todos os empréstimos junto ao BIRD (de 1947-89). Na exaustão da capacidade de financiamento tivemos a exaustão no desenvolvimento.

Os PDRIs foram a última etapa da política de modernização tendo como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais. Entretanto, estas políticas determinaram a agudização da contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento em vigor, além de constituir uma etapa superior na estatização da dívida externa.

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS INTRODUÇÃO

### RESUMO

### PARTE I: AS DETERMINANTES GERAIS E ESPECÍFICAS DO PERÍODO ESTUDADO

#### Cap 1 - O Brasil e o Banco Mundial.....12

1-1. A primeira fase (1949 a 59).....13

1-1.1. As Tensões políticas e a fase de Interrupção das  
negociações -1955-63 .....14

1-2. Segunda fase: de 1960 a 1969 .....17

1-3. Terceira Fase: de 1970 a 1979.....19

1-4. Quarta Fase: de 1980 a 1989. ....25

#### Cap 2- A Internacionalização do Capital na Fase

Monopolista/Parasitária.....31

#### Cap 3- Uma Retrospectiva da Industrialização Brasileira

e Nordeste.....40

#### Cap 4- O Endividamento Externo e Interno e seus

Contornos na década de 80.....49

4-1. 1969-73: A Expansão do Euromercado e o primeiro impulso  
do Endividamento .....50

4-2. 1974-76 - O surgimento do "hiato de recursos".....54

4-3. 1977-78 - O Caráter Financeiro da dívida.....55

4-4. 1979-80 - A Explosão da Taxa de Juro no mercado  
Internacional .....56

4-5 . 1980-81 - A virada de Sinal e o Superávit da Balança  
Comercial.....58

4-6. As Captações Privadas.....61

4-7. Os Determinantes da Estatização da dívida.....73

4-8. O Crescimento das Captações via Organismos Multilaterais .....73

<b>Cap 5 - Uma retrospectiva dos PDRI:</b> .....	<b>78</b>
5-1. Polonordeste .....	78
5-2. Projeto Nordeste .....	82
5-3. Do Polonoroeste ao Planaflores e Prodeagro.....	93
5-4. Planaflores.....	96
5-5. Prodeagro ou Polonoroeste II.....	98
<b>Cap 6 - Resumo e Conclusões.....</b>	<b>109</b>

## PARTE II: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO

<b>Cap 1- O Estado na sua forma abstrata.....</b>	<b>114</b>
<b>Cap 2- O Estado no Brasil (a fase concreta).....</b>	<b>120</b>
Cap 2.1-Estado Transnacionalizado:a caracterização do período.....	124
<b>Cap 3- Aspectos da intervenção Estatal .....</b>	<b>129</b>
<b>PARTE III : REFLEXÕES CONCLUSÕES.....</b>	<b>136</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>154</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - PARTICIPAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E INCENTIVOS FISCAIS NA RECEITA TRIBUTÁRIA .....	18
TABELA 02 - PROPORÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ABSORVIDOS PELO SERVIÇO DA DÍVIDA - 1969 1975 .....	73
TABELA 03 - DÍVIDA EXTERNA ARGENTINA PÚBLICA E PRIVADA - 1975 - 85 .....	73
TABELA 04 - EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DE JURO E DA DÍVIDA EXTERNA - 1971 - 89.....	142
TABELA 05 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO BRASIL NO TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS APROVADOS PELO BIRD 1947-88.....	143
TABELA 06 - BRASIL- EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS COM O BIRD 1949-89.....	144
TABELA 07 - PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, RECEITA E RENTABILIDADE - SEGUNDO ORIGEM DE CAPITAL.....	145
TABELA 08 - PARTICIPAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NO CONJUNTO DAS OPERAÇÕES DE REPASSES- 1972-81.....	145
TABELA 09 - EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (LEI Nº 4131)-CAPTAÇÕES BRUTAS ANUAIS REALIZADAS, REALIZADAS PELO SETOR PÚBLICO- 1972-81.....	146
TABELA 10 - EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (LEI Nº 4131)- CAPTAÇÕES BRUTAS ANUAIS PELO SETOR PRIVADO, SEGUNDO PROPRIEDADE DE CAPITAL TOMADOR-1972-81 .	147
TABELA 11 - BRASIL- Distribuição setorial dos empréstimos contratados com o BIRD- 1949-89.....	147
TABELA 12 - INGRESSO BRUTO DE EMPRÉSTIMOS VIA RESOLUÇÃO Nº63, SEGUNDO AGENTE REPASSADORES-1972-81.....	148
TABELA 13 - EMPRÉSTIMOS EM MOEDA VIA RESOLUÇÃO Nº63- PARTICIPAÇÃO DE BANCOS BRASILEIROS NO CONJUNTO DAS INSTITUIÇÕES- 1972-81.....	149
TABELA 14 - BRASIL- FLUXOS FINANCEIROS COM O BIRD E O BID- 1981-88.....	149
TABELA 15 - CRÉDITO RURAL-Valores Reais- 1981-1991.....	150
TABELA 16 - BRASIL- Indicadores Externos e Participação do BIRD- 1978-84...150	
TABELA 17 - SALÁRIO MÍNIMO REAL-Médias Anuais- 1940-1992.....	151
TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB- PAISES SELECIONADOS EM 1988..152	
TABELA 19 - DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA EM 31.03.91-POR MODALIDADE DE JUROS..153	
TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA INTERNA-URBANA-BRASIL-1949-88..153	
TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA- BRASIL- 1981-90.....	154
TABELA 22 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA- BRASIL- 1985.....	155

## INTRODUÇÃO

Estudaremos o período 1970-90, visando analisar as políticas que antecederam os PDRI's (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro). Para isto, investigaremos principalmente como se deu a internacionalização do capital, a industrialização, o endividamento externo e interno, a estatização da dívida e a ascensão dos empréstimos multigovernamentais.

Procuramos entender a alteração ocorrida, a partir de meados da década de 70, na intervenção governamental na agricultura, ou seja, auge e crise da modernização agrícola, que levou a introdução dos Programas de Desenvolvimento Regional Integrado no País (PDRI's).

A nossa hipótese é que estes PDRI's surgem no momento de crise dos programas anteriores (PIN, PROTERRA, etc) que viabilizavam o programa global de modernização rural, que, por sua vez, complementava o processo de modernização industrial, através de uma política de crédito e subsídios abundantes.

A grande disponibilidade de crédito foi a alavanca que impulsionou a modernização agrícola e indiretamente a modernização industrial que entrou em colapso com o impasse da dívida externa e interna. Com este colapso, fruto da decadência das formas anteriores de captação (bilaterais), onde a abundância de recursos, motivados pela baixa taxa de juro dos bancos privados internacionais, foi substituída pela escassez e pelas elevadas taxas cobradas, com a ascensão dos empréstimos multilaterais (de Estado para Estado). Assim, o Banco Mundial (BIRD) passou a se constituir num grande intermediário destes empréstimos e os PDRI's, o motivo

desta captação, representando uma nova etapa na estatização da dívida.

Todos estes movimentos observados no desenvolvimento capitalista no Brasil resultaram das mudanças ocorridas no caráter do Estado a partir de 1964.

Utilizaremos neste estudo o método marxista de investigação. Desta forma, este trabalho será dividido em três partes. Na primeira parte faremos uma progressão do concreto ao abstrato. Esta etapa será dividida em cinco capítulos.

O capítulo primeiro será a apresentação do objeto. Nele faremos a reconstituição do cenário da economia brasileira nas últimas duas décadas. Para tanto, analisaremos o período anterior de onde retiraremos as linhas gerais do desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, o crescimento da intervenção do Estado a partir da década de 50. Neste direção, teremos como eixo a relação Brasil-Banco Mundial, de onde derivam os princípios gerais deste desenvolvimento. Ou seja, neste momento teremos objetivo geral.

A partir do segundo capítulo iniciaremos a análise dos objetivos específicos, ou seja, os traços principais deste período: a internacionalização do capital, a industrialização brasileira e nordestina; o endividamento externo e seus contornos na década de 80 e, finalizando a parte I, faremos uma inventário sobre os PDRI's.

Em outras palavras, no segundo capítulo analisaremos o processo de internacionalização do capital no Brasil, procurando indentificar as causas desta expansão. Trata-se da expansão do capital produtivo ou do capital parasitário em busca da superação estatal? No capítulo terceiro, veremos como se deu a industrialização brasileira e nordestina. Esta industrialização resultou da ação dos agentes privados ou da ação estatal? Ou seja, quais as conseqüências de uma industrialização atípica ao processo histórico do desenvolvimento capitalista?

No quarto capítulo, abordaremos o processo de endividamento externo e interno analisando os movimentos de estatização da dívida e a ascensão dos empréstimos multilaterais (BIRD, BID e FMI). Esta etapa será extensa, por ser a ilustração do movimento de superação do parasitismo privado, que determinou tanto o auge como a crise da industrialização no Brasil.

Finalizando a parte I faremos uma retrospectiva dos PDRI's, para ilustrar as modificações ocorridas na política agrícola no

momento de aceleração da crise fiscal do Estado e da crise do processo de modernização agrícola.

Na parte II, ao fazermos uma reflexão sobre o Estado buscando a sua caracterização neste período, realizaremos uma progressão do abstrato ao concreto. Este será o momento da recomposição dos movimentos, tratados separadamente na parte I. Assim, veremos como se "constituiu" este Estado transnacionalizado e quais os grupos hegemônicos que passaram a determinar esta nova fase do planejamento no Brasil e quais as conseqüências na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Na parte III, faremos as reflexões e conclusões, ou seja, o concreto pensado ou a nova síntese.

**PARTE I:AS DETERMINANTES GERAIS E ESPECÍFICAS DO PERÍODO ESTUDADO**

CAPÍTULO I

Neste capítulo buscaremos identificar as linhas gerais que determinaram o período em questão. Trata-se da apresentação do objeto. Assim, faremos rapidamente uma reconstituição global da economia brasileira, onde localizaremos o objetivo geral desta dissertação.

A relação Brasil-Banco Mundial será o eixo ou ponto de partida da análise, pois dela derivam os aspectos econômicos e principalmente os aspectos políticos determinantes do desenvolvimento capitalista no Brasil e em outros países. Ou seja, agrega as diretrizes gerais do Estado capitalista coletivo no seu processo de expansão, que será o objetivo específico.

Nesta direção seguiremos a análise de Gonzales et al (1990:2-7) que identifica quatro etapas distintas na evolução do desempenho do BIRD no exercício de suas funções que são associadas a modificações de enfoque quanto às estratégias de desenvolvimento a serem adotadas em cada momento.

## 1.1 - PRIMEIRA FASE (1949 a 1959)

A partir de trabalhos realizados pela Missão Abbink (Comissão Técnica Brasil-EUA), constituída em 1948, e pela Comissão Mista Brasil-EUA de desenvolvimento, resultante de acordo celebrado em 1950, tivemos o início das relações do Brasil com o BIRD<sup>1</sup>.

Nesta primeira fase, que vai do imediato pós-guerra até fins dos anos 50, a atuação do BIRD concentrou-se, basicamente, na reconstrução das economias européias (Gonzalez et al, 1990:27). Dentro da irrelevante participação do Brasil nos empréstimos,

"a totalidade destes empréstimos foi destinada aos projetos de investimentos em infra-estrutura econômica, especialmente para os setores de energia e transportes (90% dos recursos foram destinados ao setor energético" (Gonzalez et al, 1990:30).

O motivo desta tímida participação deve-se, segundo Gonzalez (et al, 1990:40), ao fato de

"que mesmo após a conclusão dos trabalhos da missão o governo norte-americano persistia em sua posição de apoio, quase que exclusivo aos programas de reconstrução européia, destinando pouca atenção às questões relacionadas com o financiamento de projetos de desenvolvimento das economias latino-americanas".

Nestes "esquemas" propostos pelo relatório Abbink, visando a promoção do desenvolvimento do país, pressupunham uma forte intervenção estatal, como forma de transpor os obstáculos existentes à expansão econômica<sup>2</sup>.

O início das relações do Brasil com o BIRD se deu no momento em que o país solicitava a intensificação do afluxo de capitais externos, oriundos dos EUA, enquanto a Europa e o Japão reduziam

---

<sup>1</sup> Neste momento surgem os empréstimos multilaterais que no final da década de 70 substituíram os bilaterais. No início de atuação do BIRD, o empréstimo principal foi destinado à empresa (multinacional) Brazilian Light e Power Co.Ltda (ver Gonzales et al, 1990:30).

<sup>2</sup> Para eles a inadequação da infra-estrutura dos serviços públicos nos setores de energia e transporte representavam um obstáculo ao investimento privado. E para eliminar esta barreira recomendaram a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico-BNDE para facilitar a ação Estatal.

suas captações a partir de 1952 com o término do Plano Marshall.

A eleição de Getúlio Vargas (1951-54) que buscava a

"diversificação industrial, com base num elevado grau de intervenção do Estado, bem como numa substancial participação de recursos externos, levou o Estado brasileiro a participar na coordenação dos investimentos, na canalização de recursos financeiros, na construção de infra-estrutura e na produção de insumos" (Gonzalez et al, 1990:41).

Nestes anos iniciais da relação do BIRD com o Brasil, houve plena identificação entre as reformas prometidas pela política nacionalista no campo dos investimentos, às sugestões de investimentos derivadas dos diagnósticos das comissões de planejamento e as prioridades da política de empréstimos do BIRD com as reformas no país (Gonzalez et al, 1990:41).

#### **1.1.1- AS TENSÕES POLÍTICAS E A FASE DE INTERRUPTÃO DAS NEGOCIAÇÕES -1955-63**

Durante o período de Juscelino a Goulart tivemos a interrupção nas negociações entre o BIRD e o Brasil. Segundo Gonzalez et al (1990:41-42) o início das divergências remontam aos finais do período anterior, quando uma forte crise cambial fez com que o segundo governo Vargas, estabelecesse restrições à remessa de lucros e dividendos e a repatriação do capital estrangeiro, ambas intensificadas com a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

Fruto das reações do BIRD, os empréstimos passaram de uma situação de declínio, nos anos 1953 e 1954, para tornarem-se nulos ao longo do período (1955-1957). Ver tabela 5 p 143

No governo Kubitschek (1956-1961), através do Plano de Metas, a ênfase esteve na internacionalização da economia brasileira, através da crescente participação dos investimentos estrangeiros

aliada à intensificação dos investimentos públicos em infra-estrutura<sup>3</sup>.

Mesmo com a abertura econômica propiciada ao capital estrangeiro, as negociações do BIRD com o Brasil mantiveram-se paralisadas em função da não adoção das medidas de estabilização receituadas pelo Fundo Monetário Internacional-FMI durante a crise do balanço de pagamentos de 1958 (Gonzalez et al,1990:43).

Sendo assim, com

"a interrupção ocorrida nas negociações com os organismos multilaterais de financiamento, particularmente o FMI, e por decorrência, o BIRD, elevaram-se as dificuldades de novos recursos junto às instituições financeiras internacionais. Por conseguinte, o Brasil teve de recorrer a créditos externos de curto prazo e de custos mais elevados" (Gonzalez et al,1990:43)

Desta forma, contribuiu para a intensificação do desequilíbrio no seu balanço de pagamento, o que contradizia as funções do BIRD - de promotor de desenvolvimento - e ao mesmo tempo, acentuava o desequilíbrio de curto prazo que o banco considerava empecilho para uma atuação mais efetiva a nível dos projetos de investimentos (Gonzalez et al,1990:43). Este período foi marcado por uma grande emissão de moedas.

Acreditamos que o maior obstáculo era a variável política e não somente as questões econômico-financeiras, por exemplo, o surgimento das ligas camponesas, revolução Cubana, etc, porque no governo Jânio tivemos "a aplicação de medidas de corte ortodoxo, baseadas em políticas monetárias contracionistas e na implementação de uma reforma cambial liberalizante, seguida de uma expressiva

---

<sup>3</sup> Lessa (1983:70), ao abordar sobre a participação do Estado durante o Plano de Metas e a partir de estimativas da F.G.V, revela que "a participação do governo na formação bruta de capital fixo (exclusive empresas estatais) cresce de 25,8% no quadriênio 1953/56 para 37,1% nos quatro anos do Plano de Metas. Esta cifra não ilustra em toda a medida o incremento relativo do setor público no processo de poupança-inversão, uma vez que não computa o papel das empresas estatais. Se incluídas, continua ele, apenas as do governo federal elevariam a participação para 47,8%, no período 1957/60. Refletindo a acumulação de estoques invendáveis de café, teria sido de responsabilidade estatal 75% dos investimentos na formação de estoques dos anos do Plano".

desvalorização do cruzeiro" (Gonzalez et al,1990: 43) e mesmo assim o quadro não se alterou .

Também no governo Goulart (1961-1964),

"apesar de haver formulado uma política anti-inflacionária nos moldes requeridos pelos organismos internacionais de financiamento, o Plano Trienal não conseguiu promover o reatamento das relações com o Banco Mundial. A principal razão para isto, residiu na sua limitada aplicação face às reações a ele originadas, que desembocaram na interrupção deste governo pelo golpe militar de 1964" (Gonzalez et al,1990:44).

Se durante a exposição desta fase estendemos detalhes do relacionamento BIRD/Brasil, através de fatos relacionados a ação do Estado brasileiro levados por vários governos, é porque este relacionamento demonstrou uma certa incompatibilidade entre os objetivos do Banco e os objetivos do Estado. Esta barreira teria que ser rompida, pois estava em marcha o movimento de expansão do capital, no qual as instituições financeiras eram as peças fundamentais de efetivação das tarefas daquele momento histórico do desenvolvimento capitalista. O golpe de 64 abriu caminho para a compatibilização entre o Brasil e o BIRD e principalmente para a internacionalização do capital<sup>4</sup>.

Neste instante, marcado pela integração do capital mundial aos setores estratégicos (na indústria automobilística, na mecânica e na eletrônica) e pela aceleração dos conflitos entre o Brasil e o BIRD, tivemos um brusco corte no perfil do Estado brasileiro, com alteração nos grupos hegemônicos no poder e marcando um abismo no relacionamento entre Estado e classes sociais. (Voltaremos a esta questão na Parte II).

---

<sup>4</sup> Os fatos que antecederam ao golpe: 1-Contorno nacionalista dos governos Vargas e Goulart, 2- Ascensão dos movimentos sociais 3-Legislação restritiva sobre a remessa de lucros (1962), 4-Polêmica sobre os minerais: restrição na exploração e comercialização do minério de ferro e a criação da Petrobrás, com o monopólio na exploração de petróleo (Gonzales et al,1990:44).

Se o processo de internacionalização do capital dá passos decisivos no pós-guerra, o processo de internacionalização do Estado toma corpo, no Brasil, com este golpe militar - o fato decisivo para o reatamento das relações entre o Brasil e o BIRD.

## **1.2 -SEGUNDA FASE: DE 1960 A 1969.**

Com a instauração do governo militar,

"propondo restabelecer o crescimento econômico e assim, "restituir" o clima de tranquilidade social que havia desaparecido do cenário nacional", (que contrapôs ao governo anterior, JM) "e defendeu uma política econômica de estilo neo-liberal, preconizando a modernização administrativa e a interferência mínima do Estado à exceção dos setores de infra-estrutura física" (Gonzalez, 1990:46).

Todavia, o observado neste período foi exatamente o contrário. O PAEG -Plano de Ação Econômica do Governo- que visava: acelerar o ritmo de desenvolvimento; conter o processo inflacionário, durante o período 1964-65; atenuar os desequilíbrios econômicos, setoriais e regionais e as tensões sociais criadas pelo desequilíbrio social; assegurar a oportunidade de emprego produtivo; corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, efetivou-se ampliando a ação do Estado através de políticas de incentivos fiscal e creditício (criação do sistema de crédito ao consumidor e do sistema nacional de habitação) .

Por outro lado, o Estado entrou diretamente na implantação de estatais na indústria de base (siderurgia, metais não ferrosos, química, bens de capital, mineração de ferro, etc).

Para Gonzalez et al (1990:47) este programa para restabelecer os níveis de crescimento econômico registrados, neste período, "criou novas fontes de recursos, pela captação de poupança privada, através das obrigações do tesouro e as letras mobiliárias". Até

esta fase o Brasil tomou emprestado do BIRD somente U\$ 359 milhões ou 2,5% do total emprestado até 1989 (ver tab 02).

Agora uma parte dos recursos públicos deriva da venda de títulos da dívida pública já acumulada, fruto de outras intervenções deficitárias do Estado. Este mecanismo levou ao crescimento da dívida interna e marcou uma nova etapa na condução da política econômica do País.

Com o fim do governo Castelo Branco e também do Plano Decenal (67-76), teve início o governo Costa e Silva (67-69) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento -PED. Se o PAEG era um plano emergencial para controle do processo inflacionário, o PED preconizava, essencialmente, a recuperação do crescimento econômico ao reativar a demanda, via estímulos ao setor privado pela redução de custos financeiros (incentivos e crédito subsidiado) e dos preços dos insumos básicos, baseado no endividamento do Estado.

Na tabela abaixo, podemos observar como estes estímulos tiveram seu momento de auge e também as consequências para a capacidade de financiamento do Estado. Em 1980, num momento seguinte, o Estado remetiam praticamente toda sua receita tributária ou 99,28% para este fim, ficando impossibilitado de fazer outras despesas.

Tabela 01  
Participação dos subsídios e incentivos fiscais na receita tributária da União

{PRIVADO }% do PIB	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Incentivos Fiscais (1)	2,65	3,46	3,49	2,98 2,37	3,41	3,52	3,04	1,65
Subsídios (2)	0,36	1,26	1,74	5,35	2,49	1,94	3,15	5,96
Subsídios + Incentivos	3,01	4,73	5,23		5,90	5,47	6,18	7,61
<b>% da Rec. Tributária</b>								
Incent. Fiscais	28,14	35,83	39,68	31,19	37,54	39,76	39,45	21,50
Subsídios	3,84	13,09	19,84	24,82	27,44	21,90	40,87	77,78
Subsídios + Incentivos	31,98	48,92	59,53	56,00	64,98	61,66	80,32	99,28

FONTE: Revista de Finanças Públicas, MF, Sec. Geral, nº 347, 3º trim/81, p 107, in Rocha (1991), p 32. NOTAS: (1) Do IPI, IRPJ, Imp. Importação e outros benefícios (encargos financeiros). (2) Implícitos e explícitos ao crédito, diretos, na compra e venda de produtos agrícolas.

Em síntese, o PED manteve a prioridade na infra-estrutura econômica e deu início aos investimentos na agricultura, Banco de desenvolvimento, educação, abastecimento de água e saneamento. Segundo Gonzalez et al (1990:49), as prioridades do PED expressam as prioridades do Banco Mundial.

Antes de passarmos a próxima fase da relação BIRD/ Brasil, faremos uma rápida reflexão sobre o binômio energia e transportes (infra-estrutura econômica), que predominou neste período.

Para Gonzalez et al (1990:35):

"não se pode dissociar tal ênfase do BIRD, no que se refere à prioridade setorial dos investimentos no país, do movimento global de expansão do capital mundial (...) a ampliação dos mercados, naquele momento, constituía uma exigência do próprio processo de acumulação de capital a nível internacional, o que requereria, em contrapartida, investimentos prévios nas economias receptoras, basicamente em infra-estrutura econômica (...) sendo que este movimento precedeu, por isso a implantação das indústrias de bens de consumo duráveis no Brasil" <sup>5</sup>.

### **1.3- TERCEIRA FASE: DE 1970 A 1979 .**

Nesta fase tivemos a implantação do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND e II PND, pelos governos Médici e Geisel, respectivamente.

Segundo Gonzalez et al (1990:37), a partir dos anos 70, "inicia-se uma nova fase de atuação do Banco Mundial nos países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil", com a introdução dos projetos dirigidos ao setor social, à indústria e à agricultura. O sinal desta nova fase pode ser observado no montante de recursos enviados e na sua destinação. Este montante chegou a U\$ 3 431 milhões ou 23,8% do total dos recursos até 89 (ver tabela 02). Esta nova fase coincide com período de auge e crise do endividamento externo.

---

<sup>5</sup> Os investimentos estatais reduzem o tempo de rotação do capital (ver Xavier (1989) e Kautsky (1986) a seguir).

Neste momento, os setores de energia e transporte de acordo com Gonzalez et al (1990:31-37):

"passaram a dividir, quase que igualmente, cerca de 50% do volume de recursos contratados. Foram alocados 23,7% do valor dos empréstimos para projetos de energia elétrica, enquanto os 26,2% restantes dirigiram-se para o setor de transportes. A outra metade dos recursos destinou-se à agricultura (17,9%), à indústria, à área social (14,7%) e aos bancos de desenvolvimento (1.6%)... consolidando a tendência a diversificação da alocação setorial dos recursos". (ver tabela 9).

Antes de passarmos à comentar sobre algumas alterações ocorridas nos principais setores de atuação do BIRD no Brasil, faremos uma caracterização deste período. Esta década de 70 foi marcada pelos seguintes fatos: a) milagre econômico (começo da década); b) introdução dos PDRIs-Programas de desenvolvimento regional (POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA) e POLONORDESTE; c) introdução dos programas sociais; d) tendência a diversificação na alocação de recursos; e) política de integração nacional (PIN); f) intensificação da modernização industrial e agrícola (e industrialização do Nordeste); g) estrangulamento da dívida externa e aumento do déficit público; e, por último, aceleração da concentração da renda e das desigualdades regionais e sociais (ver capítulo 5) (Gonzales et al, 1990:37).

Terminado esta pequena retrospectiva do período, começaremos uma análise por setores.

## **AGRICULTURA**

O interesse do BIRD na agricultura concretizou-se com o financiamento de projetos de desenvolvimento relativos à produção e ao uso de fertilizantes, à pesquisa e à extensão rural, à concessão de crédito à agricultura, à irrigação, à melhoria e expansão da

pecuária e a elaboração de grãos e armazenamento (Gonzalez et al,1990:32).

Este interesse do BIRD no setor agrícola, revelado a partir da década de 70, não correspondeu a uma prática específica de sua atuação no Brasil, ou seja, era prática conjunta para outros países. Este fato está relacionado com a perda da hegemonia industrial americana para o Japão e a Europa e por isto a prioridade da agricultura como forma de possibilitar a expansão do capital financeiro (parasitário) através da intermediação dos respectivos Estados do continente <sup>6</sup>.

De 1969 à 1983, este setor elevou consideravelmente, a sua participação no volume de empréstimos, em particular para a América Latina (Gonzalez et al,1990:36). Este reduzido montante, apesar da elevação de recursos, destinado à agricultura, pode ser explicado pela prioridade à infra-estrutura econômica dada pelo BIRD e pelos governos, até a década de 70.

Somente a partir daí é que tivemos um aumento nos investimentos para o setor. Entretanto, como veremos mais a frente, foi a partir da década de 80 que esse setor teve recursos relevantes, via Banco Mundial<sup>7</sup>.

Para Gonzalez et al (1990:36) a atenção especial à agricultura era apresentada, naquele instante,

"como uma solução para as distorções diagnosticadas no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos (...) O Banco entendia que o processo de substituições de importações e seus mecanismos protecionistas, havia gerado uma estrutura pouca competitiva a nível internacional e, assim, introduzido desequilíbrios no setor agrícola".

---

<sup>6</sup> É bom lembrar que este interesse do BIRD pela agricultura já se manifestava no decorrer da década de 60, onde em outros países (por exemplo, no continente Africano), tinha surgido os PDRIs.

<sup>7</sup> Anteriormente a política agrícola era motivada pela complementação da política industrial que possibilitou a modernização industrial e agrícola, baseado em massivos subsídios e crédito abundante.

"Assim, o estímulo à modernização da agricultura configurava uma exigência para a obtenção de um crescimento auto sustentado. Defendia-se, portanto, uma ampla revolução agrícola (denominada revolução verde, JM), a qual requereria a utilização de máquinas e equipamentos, a construção de sistemas de irrigação, o uso de fertilizantes, e o apóio, via crédito, a agroindústria, como instrumentos capazes de elevar a produtividade da agricultura e de viabilizar a criação de excedentes exportáveis".

Nesta fase, para o setor agrícola,

"buscava-se primeiramente (I PND) a aceleração do processo de modernização do Centro Sul, bem como a integração à economia de mercado da agricultura tradicional do Nordeste. Os instrumentos de aplicação da política de modernização agrícola amparavam-se no sistema de incentivos fiscais, na difusão do uso de insumos modernos e no programa de pesquisa agrícola" (Gonzalez et al, 1990:50).

Ao mesmo tempo, tínhamos a política de integração nacional (ou de desenvolvimento regional), instituída pelo I PND, com uma perspectiva de descentralização econômica e, por conseguinte, a reorientação dos fluxos migratório, através da implantação de pólos regionais de desenvolvimento, com a inauguração do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agricultura do Norte Nordeste (PROTERRA) (Gonzalez et al, 1990:51).

Em segundo lugar, via II PND (75-79), reafirma-se a política de integração nacional (instituída pelo I PND), objetivando um maior equilíbrio entre regiões, reforçando os programas de desenvolvimento regional, bem como os de colonização e de ocupação produtiva (PIN, PROTERRA, PROVALE, PRODOESTE) (Gonzalez et al, 1990:54).

Com isso, inaugura-se a abordagem do desenvolvimento regional integrado (agropecuário e agroindustrial), através dos programas de áreas integradas (Polamazônia, Polonordeste, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial de desenvolvimento da Região Geo-econômica de Brasília) (Gonzalez et al, 1990:54).

Durante o II PND, portanto, acelerou-se o processo de modernização no Centro Sul, baseado no apoio aos grandes produtores. No final deste plano, começa a desaceleração desta modernização por conta do estrangulamento da dívida externa e intensificam-se os recursos via BIRD, para a continuidade de algumas metas restantes do II PND (o POLONOROESTE). No entanto, foi a partir de 1974 (POLONORDESTE), que passamos a ter "apoio creditício mais intenso aos pequenos produtores".

As alterações maiores que temos entre o I e II PND, não seriam nos rumos das diretrizes, mais sim do cenário econômico e social e político nacional e internacional.

Durante o I PND a economia Brasileira registrou um crescimento acelerado, iniciado a partir de 1967, onde, no período 1970-73, ocorreram altas taxas históricas de crescimento do PIB, perfazendo uma média de 11,5% a.a. Neste período, a abundância de crédito e as baixas taxas de juros contribuíram para a expansão da modernização.

Já no II PND, com a primeira grande crise da dívida externa e a elevação da inflação mundial, tivemos o início da retração dos créditos e subsídios, o que provocou alterações na política de modernização agrícola<sup>8</sup>(ver tabela 13).

## **O SETOR SOCIAL**

Na década de 70 registra-se um apoio mais efetivo do BIRD no campo das políticas sociais dirigidas aos setores de educação, saúde, nutrição, desenvolvimento urbano, abastecimento e saneamento básico (Gonzales et al,1990:32). A evidência deste caráter social é

---

<sup>8</sup> No capítulo 4 e 5, voltaremos a discutir melhor estas alterações que levaram a introdução dos PDRI's.

confirmada pelo "apoio" aos pequenos produtores, através dos projetos de desenvolvimento regional integrados.

Para Gonzalez et al (1990:32-37) estes projetos foram

"incluídos pelo BIRD no âmbito do combate a pobreza(...), pois objetivavam a elevação da produtividade da terra cultivada e, por conseguinte, da renda dos pequenos produtores das regiões mais pobres do país".

Segundo Gonzalez et al (1990:54), no II PND, tivemos o reconhecimento oficial quanto à insatisfatória estrutura de distribuição de renda, fruto dos resultados de análise comparativas com base nos indicadores dos censos de 60 e 70 (ver tabela 14).

Logo, este direcionamento dos empréstimos aos projetos de "combate a pobreza", pelo BIRD, aos países subdesenvolvidos, além de ser a aceitação por parte do Banco do padrão de desenvolvimento concentrador e excludente, foi também gerador das condições para a expansão capitalista nestas novas regiões, pois este era o álibi.

#### **SETOR INDUSTRIAL**

A intervenção direta do BIRD neste setor começa no final dos anos 60. Já no período 1970-79, o setor industrial seguiu-se à agricultura, na ordem de importância dos valores dos empréstimos contratados, caracterizando-se pela produção de insumos básicos. Por outro lado, foram assinados pelo Banco Mundial empréstimos para bancos de desenvolvimento (BNB, BNDE), que contribuíram para a ampliação de crédito para o setor industrial (Gonzalez et al, 1990:-32)- (ver tabela 8).

O BIRD financiou projetos, notadamente no subsetor de insumos básicos, que visavam o aumento da produção e exportação de ferro e o apoio aos programas de expansão dos estágios II e III da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usiminas e da COSIPA

(Companhia Siderúrgica Paulista), a fim de elevar a produção interna de aço<sup>9</sup>.

O I PND, portanto, visava a consolidação das indústrias básicas (siderurgia, bens de capital, minérios não metálicos) e a exportação de manufaturados e semi-faturados (Gonzales et al, 1990:50). Já o II PNB consagrou uma nova etapa do processo de substituições das importações, reorientando o crescimento econômico em favor da implantação de um bloco de investimentos, dentro do novo quadro político nacional e internacional.

#### **1.4 - QUARTA FASE: DE 1980 à 1989**

Esta fase foi marcada pelo III PND (80-85) e I PND/NR (Nova República-(1986-89).

Durante o III PND, a economia Brasileira ressentia-se do segundo choque do petróleo (1979) e da súbita elevação das taxas de juro internacionais,

"deixando transparecer sérios desequilíbrios em seu balanço de pagamentos (...) ao mesmo tempo em que aumentaram as dificuldades de captação de novos recursos externos ao Brasil e impos a contratação de empréstimos de curta maturação, para fazer face à substancial majoração dos compromissos da dívida externa". (Gonzalez et al, 1990:55).-(ver tabela 10 e 11, p 129).

Sua elaboração, portanto, se deu num contexto

"em que se somavam dificuldades decorrentes da crise do endividamento externo e do término da fase de abundante fluxo de recursos internacionais para fazer frente às necessidades de financiamento dos investimentos" (Gonzalez et al, 1990:56).

---

<sup>9</sup> Durante a década de 70 o BIRD financiou, basicamente a expansão de aço e na década de 80 a produção de ferro (Gonzales et al, 1990:30).

O I PND/Nova República ou Plano de Reformas, de crescimento econômico e "combate à pobreza", ocorreu quando a economia brasileira estava em processo de recuperação, tendo como eixo o extraordinário superávit da balança comercial (a partir do 2 semestre de 84), fruto da redução das importações, em resposta aos investimentos realizados pelo II PND e da elevação das exportações (Gonzalez et al,1990:59).

Nesta última década intensifica-se o movimento de desconcentração setorial e dentro disto temos o surgimento dos programas setoriais. Mesmo concentrando 34,4% dos recursos comprometidos neste período, os setores de transportes e energia deixaram transparecer uma forte perda relativa em ordem de importância frente aos períodos anteriores (Gonzalez et al, 1990:32) .

Juntamente com a agricultura que teve uma ascensão de 22,6% na participação do total dos recursos do período, a área social elevou-se a 18,7%. Destacaram-se em seguida os recém-instituídos programas setoriais com 16% (sobre as distribuição por setores (ver Gonzalez et al,1990:33)-(ver tabela 6).

AGRICULTURA: persistiu, neste período, a ênfase concedida, na década anterior, aos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados, nas regiões Norte e Nordeste, como componentes dos programas de Integração Nacional ou de valorização regional (PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, etc.) (Gonzalez et al,1990:33). Tivemos, neste período, também, o projeto SERTANEJO, os programas de irrigação e de agroindústrias.

Ao mesmo tempo, resultantes das prioridades do III PND, que era de apoiar integralmente à substituição de derivados de petróleo, tivemos o surgimento do PROÁLCOOL, que colocou o setor de

energia em choque com o setor agrícola, ao constituir uma política concorrente aos outros programas do governo<sup>10</sup>.

INDUSTRIA: Ao setor industrial e aos bancos de desenvolvimento não foi conferida relevância no contexto da atuação do BIRD no país, de forma direta. Suas participações relativas ficaram condicionadas por 11 projetos de investimento industrial (representados por 5,6% do volume de empréstimos) e de 4% de apoio aos bancos de desenvolvimentos (os quais abrangeram 4,8% dos recursos) (Gonzalez et al, 1990:35).

No entanto, alteram-se os resultados desta análise,

"quando a ordem de prioridades estabelecida pelo Banco, quando da comparação intersetorial, desagregam-se os subsetores integrantes na área social. Assim procedendo, a participação relativa do setor industrial supera, em quantidade e valor, quase todos os subsetores sociais com exceção o da área de abastecimento e de saneamento, enquanto os projetos destinados aos bancos de desenvolvimento excedem, seguindo a mesma referência, os subsetores de educação, saúde e nutrição" (Gonzalez et al, 1990:35) - (grifos meus).

Os empréstimos aos bancos de desenvolvimento, de forma indireta, contribuíram para o setor industrial, por se tratar de linha de crédito para aquisição de insumos industriais, seja para o próprio setor ou para o setor agrícola (pois a modernização agrícola se deu principalmente, pela utilização de insumos industriais), via BNDES e BNB.

Outro exemplo deste desvio, foi o setor educacional que esteve, na década anterior, principalmente, voltado para o ensino profissionalizante, visando dar suporte ao processo de industrialização, além do setor de infra-estrutura econômica (energia e

---

<sup>10</sup> O Estado, fruto do conflito de classes no seu interior, marcado pela hegemonia de uma classe, realiza políticas agrícolas que reproduzem e ampliam estes conflitos, que de certa forma neutralizam os benefícios à classe subalterna, privilegiando setores da classe hegemônica (os usineiros). Como coloca Chaloult, 1984): O Proálcool teve mais recursos que os programas de apoio aos pequenos produtores.

transportes) que, nas décadas anteriores, também, foram decisivos

11.

Na metade da década de 80, o objetivo do I PND/NR,

"consistia na "sustentação" do crescimento e combate a pobreza, com a estratégia no campo industrial que previa investimentos nos setores de ponta, com o desenvolvimento das atividades relacionadas à biotecnologia, microeletrônica e química fina"(pólo de Camaçari) Gonzalez et al, 1990:5-8).

Para Gonzalez et al (1990:60), no setor de insumos básicos, além dos investimentos previstos em energia propunha-se:

"a expansão da produção de papel e celulose, siderurgia, minero metalúrgia, fertilizantes e química básica. Para a indústria de bens de capital buscava-se o desenvolvimento tecnológico, através do financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos".

SETOR SOCIAL: Neste período mantém-se os empréstimos aos projetos de combate a pobreza iniciados na década de 70 (os PDRI's), onde por estratégia do III PND, dirigiam-se aos setores:

a) educação, visando a ampliação de seu acesso como instrumento de redução das desigualdades sociais; b) saúde, expandindo os serviços de saúde pública; c) saneamento básico, dotando as cidades, em especial as mais densamente povoadas, de serviços adequados; d) habitação popular, reduzindo o déficit habitacional, o que não o eliminou (Gonzalez et al, 1990:58).

O I PND/NR, também, objetivava a retomada do crescimento, mas que deveria ser acompanhado da implantação do programa de prioridades sociais. A este programa integravam-se as iniciativas de distribuição gratuita de alimentos (leite) e da universalização da educação básica, ou seja, é a continuidade do III PND, num quadro social muito mais grave.

---

<sup>11</sup> Nos Programas de desenvolvimento regional, pelo seu caráter integrado, estavam contidos todos os setores em questão.

Este fato revela, mais uma vez, o reconhecimento do agravamento das desigualdades sociais, durante a década de 80, fruto do modelo de desenvolvimento concentrador de renda, em grande parte bancado ou orientado pelo BIRD (esta reflexão, será retomada no capítulo 5).

Durante o período de 1949 à 1989 tivemos uma trajetória, onde alterações nos objetivos perseguidos pelo BIRD, por sua vez, modificaram as políticas de desenvolvimento no Brasil, ao longo do tempo. Estas alterações derivaram das transformações ocorridas na sua política global de empréstimos. Por outro lado, esta política global de investimentos do BIRD foi determinada por fatores políticos nacionais e internacionais, fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo, através do processo de internacionalização do capital, onde tivemos, também, a internacionalização do Estado.

Desta forma, o conjunto de políticas do BIRD levou a alterações na composição e na ação dos Estados periféricos, o que ampliou o distanciamento entre Estado e classes sociais. Dois fatos se destacam neste longo período de atuação do BIRD no Brasil.

O primeiro, logo no início da relação Brasil/BIRD, onde o Banco recomendava a intervenção Estatal como forma de gerar o desenvolvimento (a criação do BNDE) e, no final, quando recomenda exatamente o contrário, ou seja, a retirada do Estado da economia, através da privatização das empresas estatais; e segundo, quanto ao tipo de intermediação dos empréstimos, onde inicialmente tínhamos a supremacia dos empréstimos bilaterais, que no final da década de 70, são substituídos pelos empréstimos multilaterais.

Até este momento procuramos, através deste estudo da relação Brasil-Banco Mundial, recuperar historicamente os fatos que contribuíram para demarcar o período 1970/90, o nosso objeto de análise, ou seja, a exposição do concreto.

A seguir, começaremos a abstração deste concreto, decompondo este todo em suas partes principais, ou seja, faremos uma análise deste processo de internacionalização do capital, da industrialização brasileira e nordestina, do processo de endividamento externo e estatização da dívida e as conseqüências para a década de 80, e finalizando com uma retrospectiva dos PDRIs.

Ou seja, dividiremos este concreto em partes para facilitar a compreensão das suas determinações, para a seguir recompô-las.

# A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NA FASE MONOPOLISTA

## (PARASITÁRIA).

### CAPÍTULO 2

O surgimento e a lógica dos programas de desenvolvimento rural integrados<sup>12</sup>, estão diretamente relacionados com as transformações ocorridas no cenário mundial que impulsionou o processo de modernização industrial e agrícola, abrindo caminho para o processo de internacionalização do capital financeiro parasitário. Procuraremos identificar, neste momento, qual o motor deste processo de internacionalização do capital e quais as conseqüências para a continuidade do desenvolvimento econômico.

O ponto de partida para a compreensão deste processo de expansão capitalista para Teubal (1984:131):

"é a observação dos anos pós-guerra, em particular, a partir de 60/70 (...) Neste período intensificou-se a penetração e expansão das empresas e bancos multinacionais".

Antes desta expansão é bom lembrarmos de uma outra grande expansão (americana), ocorrida na Europa e no Japão, na busca da reconstrução dos países destruídos na II Guerra, através do Plano

---

<sup>12</sup> Estes programas ocorrem no momento em que o projeto global de modernização estava em esgotamento, a partir de 1974. De acordo com o Professor Robério Santos: "seriam estes programas o último ovo da política de modernização".

Marshall<sup>13</sup>. Torna-se relevante entendermos esta expansão americana na Europa e no Japão, porque o desdobramento deste processo, trará contornos ou linhas gerais na expansão para a América Latina, num momento seguinte.

Esta reconstrução ao mesmo tempo em que possibilitou um retorno dos investimentos com a elevação dos excedentes de capital nos EUA, gerou a sua antítese, que foi o acirramento da concorrência intercapitalista e a perda da competitividade industrial dos Estados Unidos para Europa e Japão.

Esta perda da competitividade industrial americana se fundamenta no tipo de investimento ocorrido nos EUA (parasitário, rentista), ou seja, ausência de investimentos produtivos ou investimentos, principalmente na agricultura, na indústria bélica e nuclear (bancados pelo Estado).

Por outro lado, a ascensão europeia e japonesa resultou do elevado montante de investimentos produtivos impulsionados pelos respectivos Estados nacionais. Logo, a industrialização de países da Europa e do Japão derivou da atuação estatal e seu posterior desenvolvimento deveu-se ao fato destes países tornarem-se imperialistas (o que não ocorreu com o Brasil, segundo Xavier, 1989).

Para Teubal (1984:132):

"ao intensificar-se a rivalidade intercapitalista, com a perda da hegemonia americana no cenário mundial e o impulso da luta social nos países centrais, foram adotadas uma série de medidas que alteraram a divisão internacional do trabalho" (...).

---

<sup>13</sup> Segundo Favre (1986:9), "Apenas entre 1946 a 1952 os EUA despenderam cerca de U\$ 40 bilhões para a restauração das economias capitalistas destruídas".

Desta forma, continua ele, a agricultura adquiriu "um significado estratégico para os Estados Unidos, para contrabalançar a sua perda da competitividade industrial".

Além disso, Teubal (1984:132) coloca que, para neutralizar as lutas sociais naquele país, tiveram que internacionalizar os custos de reprodução da força de trabalho, o que possibilitou a expansão das multinacionais. A saída americana foi reafirmar sua superioridade econômica e tecnológica com o incremento da exportação de produtos agrícolas e agroindustriais.

O impasse americano naquele momento histórico era, principalmente, um excedente de capital financeiro (parasitário), a perda da competitividade industrial (fruto do sucateamento tecnológico) e a aceleração das lutas sociais internas e externas<sup>14</sup>.

A saída para este problema seria, primeiro, a alocação deste excedente de capital; segundo, a conquista de mercado para os seus produtos industriais e agrícolas (os quais hegemonizava a produção e comercialização); e, por último, tentar promover o "desenvolvimento" nestas regiões, consideradas problemáticas, na tentativa de controlar os conflitos sociais .

Neste sentido, tivemos o processo de internacionalização do capital, que provocou a inserção destas novas regiões no mercado mundial com a expansão da modernização agrícola (revolução verde) e com isso a ampliação das empresas multinacionais. Antes tivemos como pretexto para a expansão americana, a reconstrução europeia, e, neste momento, a modernização tanto industrial como agrícola da América Latina.

---

<sup>14</sup> Quanto às lutas sociais externas, tivemos as revoluções cubana e chinesa e, no caso do Brasil, a aceleração das lutas sociais, com o surgimento e expansão das ligas camponesas, no Nordeste. Este fato motivou a presença do irmão do Presidente John Kennedy, nesta região, em 1961 (ver Langguth, 1979).

Que houve este processo de internacionalização não resta dúvida. A questão é saber como este processo se deu. Neste sentido, convém discutir qual a causa desta crise e qual o papel que os Estados periféricos terão neste processo de superação da crise.

Esta crise aparece, especificamente, no pós-guerra (depois de uma intensa industrialização na Europa e Japão) e se amplia na década de 60, amenizando-se no começo da década de 70. Porém, acelera-se, novamente, no final dos anos 70, chegando ao impasse a partir de 1980, mas, sempre precedida de um crescimento industrial.

De acordo com Coutinho e Belluzzo (1984:9), no início dos anos 60,

"o longo ciclo ascendente que havia caracterizado a economia norte americana já dava sinais de desfalecimento. A inflação e o déficit do balanço de pagamentos agravaram-se seriamente, exigindo a adoção de medidas contracionistas" (e por isso os anos 1969 e 1970 foram de recessão, JM).

Entretanto, a seguir essa política foi revertida em favor de medidas expansionistas, realimentando o crescimento, que desembocou numa superexpansão sincronizada de todas as economias capitalistas no período sobre a liderança dos EUA. Por sua vez, a taxa de acumulação, estimulada pela política expansionista, acelerou-se em todas as economias, levando a uma situação generalizada de superacumulação.

Para eles, a sincronização no auge do ciclo foi construída a partir de dois movimentos. De um lado a intensificação do processo de internacionalização do grande capital de todos os sistemas centrais. De outro, a aceleração do crescimento americano (Coutinho e Belluzzo, 1984:09-10).

Depois deste momento tivemos o retorno a crise a partir de 1973.

Segundo Coutinho e Belluzzo (1984:11),

"era inequívoco que as raízes da crise já estavam plantadas na tendência ao sobreinvestimento generalizado"(...)onde "a quadruplicação dos preços do petróleo em 1973 funcionou simplesmente como detonador da crise e não como sua causa".

Sobre esta internacionalização do capital alguns consideram

"que não é mais que o processo inexorável de expansão, tanto na sua dimensão social como geográfica, para a conformação do modo de produção capitalista a nível mundial" (Barkin y Rozo, 1981:724/725, citados por Teubal, 1984:131).

Para Arrigni, 1978; e Janvry, 1982, citados por Teubal, 1984:131):

"este processo de internacionalização do capital deve ser associado intimamente a crise generalizada do sistema que se manifesta desde fins dos anos 60.

Já Teubal (1984:131) afirma que:

"durante o período da crise intensificava-se a penetração e expansão das empresas e bancos transnacionais pelo mundo, provocando a internacionalização do processo produtivo e do capital produtivo" .

Mesmo sendo relevante a contribuição destes autores, na busca da explicação do fenômeno, todas elas apresentam limites para a compreensão do fato.

Um exemplo disto é a posição de Teubal. Se no momento desta crise intensificam-se as inversões de capital produtivo para outros mercados, como explicar a crise na existência de capital produtivo?

Se tivéssemos capital produtivo não teríamos crises, pois este fato implicaria na constante reconversão da mais valia e quanto mais reconversão ocorresse maior seria a produção industrial e geração e apropriação de mais-valia. Em outras palavras, o capital produtivo é o capital imobilizado. Mais o fato é que tivemos a crise.

Este fenômeno (internacionalização do capital) deve ser, portanto, localizado historicamente para não correremos o risco de

compará-lo com outros momentos do desenvolvimento histórico do capitalismo ou simplesmente considerá-lo como algo natural neste modo de produção .

Temos, portanto, que buscar percebê-lo dentro do seu momento historicamente dado, ou seja, como se dá esta internacionalização do capital na sua fase monopolista (parasitária/ rentista). Esta internacionalização só ocorreria se este capital parasitário se transformasse em capital produtivo. Sendo assim, temos que saber como se dá esta superação do estágio parasitário.

Por outro lado, devemos recordar da existência de abundante infra-estrutura, nestes países desenvolvidos, o que se constituía como economias externas, possibilitando uma maior taxa de lucro para as empresas lá instaladas. Sendo assim, por que estas mesmas empresas iriam se deslocar para países que não dispunham destas infra-estruturas ?

Em primeiro lugar, localizaremos a causa desta crise e em seguida a sua forma de superação. Interpretaremos estes pontos assumindo a concepção de Lênin (1979) e de Xavier (1989).

A crise econômica ou redução da atividade industrial, do emprego, do salário e aceleração dos problemas sociais, é fruto, neste momento histórico estudado, da ampliação do caráter parasitário do capital privado, sendo que este caráter deriva-se de uma crise de superprodução<sup>15</sup>.

Esta afirmação acima se baseia nas conclusões de Lênin (1979: 87-98) sobre o imperialismo:

---

<sup>15</sup> A crise de superprodução é agudizada, exatamente, pela forma monopólica que assume o capital, onde a centralização e concentração se intensificam nesta etapa histórica do capitalismo. Com a centralização e concentração utilizada como instrumento para concorrência entre os monopólios, temos a elevação da composição orgânica do capital, o que, segundo Marx, determina a tendência decrescente da taxa de lucro. Desta forma os capitais se desloca para os investimentos puramente financeiros (rentistas) na aquisição de títulos da dívida pública. Os governos para rolarem suas dívidas são forçados a elevar a taxa de remuneração, o que possibilita a elevação da taxa de lucro de maneira fictícia (sem passar pelo processo de produção).

"o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, que foi a substituição da livre concorrência pelos monopólios (...) onde o parasitismo decorre do monopólio próprio do imperialismo e, que este monopólio gera uma tendência inevitável para a estagnação e decomposição (...) a medida em que se estabelecem os preços de monopólios, isso faria desaparecer até certo ponto os estímulos ao progresso técnico e por consequência de qualquer outro progresso".

Por outro lado, Lênin (1979:99) afirma que:

"a exportação de capitais, uma das bases essenciais do imperialismo, aumenta, também, o alheamento total da produção, da camada rentista e dá à totalidade do País, um cunho de parasitismo"<sup>16</sup>.

No Estudo deste processo, Lenin, revela-nos "a noção de Estado usurário". Segundo ele, o Estado rentista (Rentnerstaat):

"é um Estado de capitalismo parasitário decomposto; e tal não pode deixar de ter influência sobre as condições sociais e políticas do país (...) que fez com que o mundo se dividisse entre um punhado de Estados-usurários e uma imensa maioria de Estados devedores (...) e que esta exportação de capitais resulta de uma maturidade excessiva do capitalismo em certos países" (Lênin, 1979:61-101).

Trata-se "de capitais de empréstimos de Estados e não de capitais investidos em empresas industriais" (Lênin, 1979:61). Esta nova modalidade de empréstimos depende de uma alteração, também, do caráter do Estado, ou seja, da transnacionalização do Estado (veremos na Parte II).

De acordo com Lenin (1979:64) "esta exportação de capitais tornou-se um meio de fomentar a exportação de produtos manufaturados" e serviços (ferrovias, etc, JM).

Estas afirmações de Lênin, de 1916, revelam o momento em que fruto do próprio desenvolvimento capitalista, este sistema chega a uma nova fase (monopolista). A crise de 1929 demonstra a precisão da sua teoria. Esta grande crise da propriedade privada foi marcada pela agudização do parasitismo privado.

---

<sup>16</sup> Sobre a tendência ao parasitismo, Xavier (1989) afirma que esta resulta da própria tendência decrescente da taxa de lucro, fruto do próprio desenvolvimento capitalista neste momento histórico.

A partir dos anos 30 este impasse é momentaneamente resolvido, com o Estado superando negativamente a propriedade privada na função produtiva direta ou indiretamente, segundo Xavier (1989)<sup>17</sup>.

Mesmo com o Estado superando este parasitismo e possibilitando este desenvolvimento, a contrapartida, num segundo momento, é a amplificação do parasitismo privado e a elevação do déficit Público (Xavier, 1989). O pós-guerra representou este movimento. Se não vejamos.

Terminada a II guerra, os EUA que de certa forma estava de fora, e por isso ativou-se economicamente, dispunha de um excedente de capital (tanto na forma-mercadoria, forma capital-produtivo, como principalmente, na forma-dinheiro). A tarefa de reconstrução dos países envolvidos, gerou um grande mercado para suas aplicações financeiras e demanda para seus bens de produção.

O Plano Marshall foi, exatamente, o momento de intensificação de investimentos de Estados para Estados<sup>18</sup>, como se referia Lenin, que possibilitou a superação daquele parasitismo e a constituição de grande volume de capital produtivo na Europa e Japão, que de um lado resolveu o impasse do excedente financeiro Americano, gerado durante a guerra, com a abertura de novos mercados para suas empresas e de outro criou a sua antítese (a concorrência industrial Européia e Japonesa).

O resultado disto, foi a amplificação da riqueza financeira privada americana e o fechamento do mercado Europeu para aquele tipo de investimento (rentista), além da perda da competitividade industrial.

Desta forma, restava aos EUA priorizar a agricultura (que mantinha a hegemonia) e buscar novos mercados (Estados) para a

---

<sup>17</sup> A sua análise prende-se a especificidade de superação ocorrida no Brasil.

<sup>18</sup> O surgimento do BIRD e FMI, representa a formação dos grandes conglomerados multigovernamentais, fundamentais nesta fase de expansão imperialista parasitária. Outra instituição importante para esta expansão foi o Serviço de Inteligência Americano -CIA, criada em 1947 (ver Langguth, 1979), responsável pela desarticulação política e social dos Estados periféricos.

alocação deste elevado montante de capital parasitário e de produtos industriais (insumos, implementos agrícolas, etc.).

Somente após esta reconstituição sintética do movimento de expansão do capital e crise (década de 50 a 60), ou desenvolvimento e estagnação capitalista na fase monopolista, é que buscaremos compreender a situação histórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, que apesar de apresentar, também, o Estado como superador do parasitismo, o faz em condições históricas diferentes e específicas, tanto a nível do desenvolvimento do capitalismo, quando da constituição deste Estado, como do Estágio de evolução das classes sociais.

É nesta perspectiva que veremos o processo de modernização industrial e agrícola no Brasil, ou seja, fruto da transnacionalização do capital que por sua vez necessitou da transnacionalização do Estado.

CAPÍTULO 3

Tendo em vista que o período que analisaremos (1970/90) foi marcado pela desindustrialização de um lado e pela aceleração das desigualdades sociais do outro, resultantes da própria característica do tipo de desenvolvimento implementado (capitalista e sob o comando do Estado), buscaremos neste capítulo uma rápida retrospectiva sobre a industrialização brasileira para depois chegarmos a industrialização nordestina e as conseqüências sociais<sup>19</sup>.

Se, no Capítulo 1, fizemos uma retrospectiva sobre os aspectos do andamento da industrialização ou como ela transcorreu, aqui faremos uma síntese da sua generalidade, para identificarmos a característica geral desta industrialização.

Como ela surge ? Sob quais agentes ? Quais as conseqüências para este agente e para a continuidade desta industrialização, ou seja, qual o destino de uma industrialização atípica ao modelo clássico ?

Para isto torna-se conveniente compreender a gênese desta industrialização, para depois entendermos a sua evolução e crise ou desindustrialização (meados de 70). Ou melhor, quais as condições

---

<sup>19</sup> Os PDRIs visavam eliminar as desigualdades resultantes do processo de industrialização.

para o surgimento desta industrialização ? Ela surge sob a iniciativa privada ou estatal?

Com esse objetivo, temos duas visões diferentes sobre a questão. A primeira, levantada por Mello (1983:100-101) coloca que:

"a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial, ou, em outras palavras, o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador, enquanto em seu seguimento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importações, serviços financeiros e de transportes) (...) Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias à essa transformação...".

A segunda, sugerida por Xavier (1989:240-249), coloca que:

(...), ou seja, a iniciativa privada foi responsável pela "a gênese e a expansão da industrialização se deu sob a iniciativa privada mas sob a ação formalmente socializada do Estado tanto na produção, quanto na circulação industrialização, mas o Estado foi o responsável pela iniciativa privada, tanto liberando crédito, como comprando, como entrando na própria industrialização com estatais para criar as bases das indústrias (...) É exatamente nesta função de intermediação, de uma forma inativa para outra produtiva que o Estado realiza a superação negativa no capitalismo parasitário (...) O Estado serve à propriedade privada, superando-a negativamente, portanto, não em natureza, sim em suas formas manifestadamente positivas na reprodução capitalista".

Para Xavier (1989:255), a nossa industrialização:

"não é mais resultado do processo histórico, mais uma construção, pois esta superação de etapas é a reconstituição do capitalismo na época de sua decadência, onde superar etapas no capitalismo significa o Estado cumprir o papel de centralizador de capital inativo, quanto a sua concentração na esfera produtiva".

Em linhas gerais podemos concluir que a diferenciação entre as duas visões é marcada pelo fato da primeira atribuir à iniciativa privada a responsabilidade, na gênese da industrialização, enquanto que a segunda atribui ao Estado o papel preponderante não só na industrialização como na reprodução capitalista como um todo. Esta diferenciação também é marcante na visão do capitalismo, do subdesenvolvimento e principalmente no método de análise (a busca da totalidade do processo em Xavier) e na periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Destas duas importantes contribuições assumiremos a segunda. A razão disto se faz pela limitação da afirmação de Mello (1982), que não discute o papel do Estado, apesar de relatar momentos decisivos da participação estatal (como nas páginas 100-101), por não explicar o que levou ao crescimento do capital dinheiro e, o mais importante, como se deu esta transformação do capital-dinheiro em capital industrial?<sup>20</sup>.

Entretanto, estas questões apesar de serem o nosso divisor de água, para a compreensão da industrialização e do capitalismo no Brasil, não será o nosso objeto principal neste momento<sup>21</sup>.

Para Xavier (1989:239), a industrialização (no Brasil):

"emerge em uma época histórica comprimida entre duas grandes guerras mundiais na qual estava em curso, de um lado, a terceira partilha do mercado capitalista mundial entre as potências imperialistas, e de outro, a crise dos métodos de enriquecimento capitalista sob o subdesenvolvimento em sua época clássica (...) por isso mesmo, sob tais pressuposições, no próprio desenvolvimento capitalista, esteve, então, a possibilidade histórica da amplificação, sob o Estado novo, da produção capitalista industrial, com efeito partindo já monopólica, concentrada e centralizada de um lado, e com a força de trabalho já arredia ao capitalismo do outro".

"Assumindo o Estado a reprodução capitalista, avança a industrialização e, também, o Estado na superação do capitalismo no próprio capitalismo, portanto, socializando formalmente, tanto a propriedade dos meios de produção, quanto os mercados comerciais (compra e venda estatal) e crédito" (Xavier, 1989:240).

"A industrialização capitalista da economia nacional, foi tanto a própria superação específica, formal, conjuntural e negativa de um parasitismo capitalista, por ter sido valorização de capital, quanto reconstituição de um outro parasitismo, por ter sido valorização de capitais de terceiros, privado e inativo, só valorizados por conta e risco do Estado" (Xavier, 1989:258).

---

<sup>20</sup> Para Xavier (1989), esta transformação do capital dinheiro em capital produtivo se deu no Brasil através da intermediação estatal, ou seja, o Estado tomava emprestado este dinheiro dos cafeicultores, remunerando-os a taxa de mercado ou então elevava as emissões, e em seguida reemprestavam subsidiadamente a estes mesmos cafeicultores, que por sua vez, investiam na indústria de um lado. De outro, o próprio Estado entrava na produção industrial, sendo assim, também, consumidor.

<sup>21</sup> Para retomar esta polêmica ver Mello (1982) e Xavier (1989).

Até agora falamos do parasitismo da iniciativa privada na industrialização. Sendo assim, torna-se necessário identificá-lo.

Quanto a isto Xavier (1989:52), coloca que:

"admitir a presença do Estado nacional na produção é reconhecer que não mais emerge das crises uma conjuntura expansiva sob a responsabilidade da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas (...) Desta forma, a medida que se admite as funções produtivas ao Estado, implica reconhecer o parasitismo das classes capitalistas e, em consequência, a falência da propriedade, da iniciativa e da riqueza privada na promoção do desenvolvimento capitalista especificamente industrial na economia nacional".

Agora falaremos sobre a periodização da industrialização sugerida por Xavier.

Para Xavier (1989:52), corresponde, essa periodização, a:

"dois momentos essenciais do próprio desenvolvimento capitalista na economia nacional: a industrialização e desindustrialização (...) Não se tratando apenas de historiografia, mas de trazê-la na tentativa de ilustrar, na crítica das periodizações correntes à lógica do enriquecimento capitalista parasitário no próprio capitalismo da economia brasileira".

Segundo Xavier (1989:168-261) esta periodização se respalda no fato que:

"quanto mais o capital se converte em produtivo (via intermediação estatal), tanto mais a apropriação vai se convertendo em rentista, tanto menos produtivo tendem a ser a determinação e movimento da apropriação, da acumulação e do desenvolvimento capitalista (...) Em consequência, as condições de partida da industrialização, estão colocadas as condições de reversão (...) pois na verdade a industrialização no Brasil exauriu o Estado (...) e de fato, o Estado contrapõe-se às crises da produção capitalista, tão somente, para fazer reaparecer-las ainda mais amplificadas nas contradições, tanto na produção quanto dos métodos estatais".

A melhor ilustração desta periodização da industrialização pode ser observada a partir da metade da década de 70. Logo após o boom da industrialização ou do ápice do Estado como superador do parasitismo privado nacional e internacional é que temos a ampliação das oposições. Neste momento tivemos alterações bruscas no sistema financeiro, o que permitiu a venda de títulos da

dívida do Estado, que passou a se constituir no principal investimento dos grupos privados nos anos 80 (Over, Btn, Ltn, etc).

A crise dos anos 80 marca a completa ausência de perspectiva de sua superação capitalista, portanto, de uma nova etapa de industrialização.

A seguir faremos uma rápida reflexão sobre a industrialização no Nordeste. O que levou a industrialização ao Nordeste? Mais uma forma de superação do parasitismo?

A industrialização no Nordeste, primeiramente proposta pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), era tida, segundo Bacelar (1984:72-73),

"como saída para combater o atraso (...) Nesse sentido o principal objetivo seria a intensificação dos investimentos industriais para se criar um centro autônomo de exportação manufatureira mediante incentivo fiscal: indústrias de base e indústrias que aproveitasse matérias primas regionais".

Visava-se, segundo ela, uma industrialização substitutiva de importações para a região.

Quanto aos resultados deste processo, Bacelar (1984:74) afirma que, "o ocorrido foi um dinamismo nos últimos 20 anos com rápida expansão de 9% a.a; uma alteração da estrutura de produção com o crescimento dos segmentos não tradicionais". Ao contrário do proposto pelo GTDN, tivemos como característica básica a dependência e a complementaridade, conclui ela.

No que se refere a dependência, Bacelar (1984:76), afirma que apenas 26% dos recursos utilizados têm origem regional, uma vez que a maioria das empresas tem sede no Centro Sul; quanto ao mercado, 58% da produção é destinada a outras regiões; quanto ao fornecimento de insumos, 48% destes são adquiridos fora da região e por

último, quanto a oferta de equipamentos, somente 4% eram da própria região Nordeste.

O caráter da complementaridade foi marcado pela própria motivação deste deslocamento industrial para o Nordeste. A industrialização Nordestina foi definida pela aplicação dos incentivos dos artigos 34/18 e depois pelo Fundo de Investimento no Nordeste-FINOR, e quem poderia utilizá-los eram as indústrias já existentes.

Logo, esta industrialização é caracterizada pela expansão das indústrias já em funcionamento (e em crise) no Centro Sul do Brasil, em busca dos incentivos. Desta forma, para o Nordeste deslocam-se suas filiais.

Coloca Oliveira (1987:45), que foi na década de 60 que se iniciou a fase de industrialização do Nordeste compreendendo a Bahia, sob a égide dos incentivos fiscais da SUDENE, que inverte a situação anterior de exportador de capital, passando a ser importador. Foram os capitais do Centro-Sul e capitais internacionais que afluíram para região favorecidos pela dedução do imposto de renda.

De acordo com o IBGE, em 1971, estavam presentes no nordeste as maiores empresas brasileiras. Assim, a estrutura industrial do Centro-Sul se desloca para o Nordeste.

A explicação deste fato é dada pela rentabilidade destas empresas que, segundo Moreira (1979:124), citado por Oliveira (1987:48), "se no Centro-Sul era de 14% a.a, nas filiais instaladas no Nordeste era de 46,8%"<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Entretanto, segundo Moreira (1979:125), "Calculando-se a rentabilidade sobre a inversão total menos empréstimos, ela cai de 46,8% para 19% e até 14% se calculada sobre a inversão total. No caso das firmas do Centro-Sul, esta rentabilidade calculada sobre a inversão total cairia de 14% para 7%".

Como revelam estes dados, as indústrias do Centro-Sul, fruto de políticas industrializantes anteriormente impulsionadas pelo Estado, estavam já num processo de desindustrialização, motivada pela amplificação do parasitismo privado, originado pela própria superação anterior.

Com esta nova política governamental (no Nordeste), através de mecanismos dos artigos 34/18 e a seguir o FINOR, retoma-se o processo de acumulação capitalista, não fruto de investimentos produtivos diretos, mas por esta nova forma de intermediação estatal, que possibilitou, de outra maneira, a superação do parasitismo privado dos industriais do Centro-Sul.

Se antes o Estado captava recursos, através de emissões, empréstimos externos e internos, e depois os devolvia subsidiadamente, naquele momento deixava de arrecadar ao devolver impostos aos próprios empresários privados mediante o compromisso de reinvestimento produtivo nestas novas regiões (FINOR e SUDAM).

Para Oliveira (1987:45), "trata-se de uma transferência de recursos públicos para as empresas privadas". Assim, o processo de industrialização do Nordeste resultou de mais uma forma de superação do parasitismo privado. Isto é, o imposto a ser pago ao Estado, que seria a forma da sociedade ser recompensada pelos investimentos realizados pelo capital social, era devolvido a estes mesmos agentes privados para reinvestimento produtivo.

Concordando com Bacelar (1984), Oliveira (1987:51) afirma ser este modelo de desenvolvimento industrial complementar à estrutura do Centro-Sul, o que possibilitou a integração da economia nordestina, de forma mais rápida, ao resto do país (...). Como

conseqüência desta integração, marcada por este caráter, tivemos alterações bruscas na estrutura de emprego<sup>23</sup>.

De acordo com Oliveira (1987:45/46) o resultado do processo de industrialização "foi a liberação de quantidades crescentes de força da trabalho", constituindo uma superpopulação relativa e o aumento da concentração e da centralização de capital no Brasil, o que ampliou as desigualdades regionais e sociais e não a redução como proposto inicialmente, pelo Estado.

Como em outros momentos que antecederam outras políticas públicas de desenvolvimento, a conjuntura é marcada exatamente pela aceleração dos problemas sociais. É nesta conjuntura que se implanta no país os PDRI's.

Provisoriamente, afirmaremos que todas as políticas públicas implantadas no Brasil tinham como bandeira, exatamente, reduzir as desigualdades sociais, isto é, políticas redistributivas.

Até este momento, observamos a manutenção da Lei Geral da Acumulação Capitalista (Marx, 1985), ou seja, que o desenvolvimento capitalista tem como resultante a formação da riqueza privada e da pobreza social, só que desta vez este desenvolvimento foi bancado pela riqueza social (capital estatal) ou superação negativa da propriedade privada capitalista. Aqui está o elemento novo na análise do desenvolvimento capitalista: a origem deste desenvolvimento.

A seguir veremos como se deu este movimento de superação do parasitismo privado que abriu caminho para a industrialização brasileira. Ao mesmo tempo, veremos as conseqüências do impasse do endividamento externo nas formas de captação ou o processo de estatização da dívida.

---

<sup>23</sup> Na obra "O Elo Perdido", Oliveira (1987), relata sobre o parasitismo privado. Segundo ele, é do parasitismo da burguesia baiana que deriva a fama de indolente dos negros, ou seja, por não haver, antes da industrialização, atividades produtivas para absorver estes trabalhadores.

# O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO E SEUS CONTORNOS NA DÉCADA DE 80.

## CAPÍTULO 4

Como já foi colocado anteriormente, o modelo de desenvolvimento sob o qual se deu o período que analisamos, esteve baseado numa forte intervenção estatal bancada pelo endividamento externo e interno. Assim, a transnacionalização do capital, a industrialização e modernização agrícola ocorreram, no Brasil, sob o Estado que superou negativamente a propriedade privada na função produtiva.

Daí surgem as condições para o auge e crise deste modelo de desenvolvimento, ou seja, a existência de fortes subsídios e crédito rural abundante que em seguida entram em declínio.

Utilizaremos no estudo deste Capítulo, principalmente, a obra de Paulo Davidoff, pela amplitude de sua percepção. Aqui veremos as conseqüências deste papel desempenhado pelo Estado.

Na busca de uma primeira caracterização, Davidoff (1984:11), afirma que:

"de um ponto de vista estritamente contábil, o estoque da dívida externa bruta, em qualquer momento dado, é o resultado da parcela dos déficits em transações correntes não financiada pelo ingresso de capital de risco ou por variações nas reservas internacionais".

A seguir, e saindo do enfoque contábil, veremos como se constituiu esse endividamento recente da economia brasileira, no período de 1969 a 1981. Assim, como Davidoff, dividiremos este processo de endividamento em 5 fases e depois analisaremos os determinantes principais em todo o período, ou seja, o seu componente financeiro, a natureza dos tomadores de empréstimos (privado e estatal), a estatização da dívida, o estrangulamento do setor externo, a necessidade de exportação, e principalmente o crescimento do empréstimos via BIRD, BID e FMI a partir de 1980.

#### **4.1- 1969- 73: A Expansão do Euromercado e o primeiro impulso do endividamento.**

Para Davidoff (1984:15),

"o primeiro grande impulso da dívida externa Brasileira, em sua história recente, se deu neste período (...) É a partir do final dos anos 60 que a dívida tem uma trajetória de crescimento acelerado, passando de U\$3,5 bilhões em fins de 1968 para U\$12,6 bilhões em fins de 1973. Esta aceleração coincide, temporalmente, com o ciclo expansivo do mesmo período"<sup>24</sup>.

Segundo o discurso oficial da época, as tomadas de recursos externos constituíam elemento de vital importância para a viabilização de altas taxas de crescimento do PIB. O apelo a poupança externa era, portanto, condição sine qua non e expressava, em última instância, a contribuição de poupanças externas ao esforço de desenvolvimento da economia nacional (Davidoff, 1984:15).

Esta apologia do endividamento externo como instrumento do desenvolvimento deriva-se das idéias dos teóricos da dependência (os desenvolvimentistas) (Davidoff, 1984:15)

Sobre isto Mantega (1988:16) comenta que

---

<sup>24</sup> Durante toda a década dos 60, a dívida externa brasileira bruta, praticamente, não se alterou.

"em frontal oposição às teses catastróficas e estagnacionistas (se refere a Frank (1970) e Marini (1969) ou dependentistas estagnacionistas, JM) surge, na segunda metade dos anos 60, um novo filão teórico no pensamento Brasileiro e latino americano, sustentando a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nesses países, que não seria, evidentemente, autônomo e nacional, mais sim dependente e associado ao capital estrangeiro".

De acordo com Mantega (1988:16),

"mesmo, ainda antes de começar o chamado "milagre econômico", os principais teóricos da dependência renunciavam a possibilidade de um novo ciclo da acumulação de capital no Brasil".

É a partir da obra de Cardoso e Faletto (1970), que temos a base teórica para este modelo de desenvolvimento.

Este período foi o coroamento da política de abertura externa que teve início com o golpe de 1964, ou seja o golpe foi a componente política decisiva deste modelo de desenvolvimento.

Para descartar a hipótese de que este ciclo expansivo foi determinado pela necessidade de poupança externa, Davidoff (1984:16) argumenta que este período não foi marcado nem pela ausência de poupança externa, pois a conta de capital de risco apresentou um saldo positivo de um bilhão de dólares, gerando assim divisas para financiar parte do déficit dos serviços produtivos, nem por déficits na balança comercial<sup>25</sup>.

Logo, para Davidoff (1984:11-17), a dívida externa nada mais é, que uma das faces das relações entre a economia brasileira e aquilo que convencionalmente é designado de resto do mundo, onde a compreensão dos determinantes do endividamento ocorrido no período só se completa quando o foco de atenção é deslocado para o cenário internacional.

Isto porque o afluxo de recursos externos à economia brasileira foi determinado, em última instância, pelas transformações

---

<sup>25</sup> Mesmo havendo um crescimento no coeficiente de importações, esse fenômeno foi acompanhado por um expressivo crescimento das exportações, dado o "boom" do comércio internacional e por isso não havia necessidade de se evitar os constrangimentos externos com mais empréstimos (Davidoff, 1984:16).

ocorridas no mercado de euromoedas e que se traduziram, sobretudo, numa extraordinária disponibilidade de crédito a prazos cada vez mais longos e spreads cada vez menores. A economia brasileira, ao elevar seus níveis de endividamento externo, acompanhou um movimento geral que envolveu diferentes economias em desenvolvimento quando o euromercado buscava novos clientes fora dos Estados Unidos e Europa (Davidoff, 1984:17)<sup>26</sup>.

Para Davidoff (1984:18),

"a economia Brasileira foi capturada juntamente com outras economias, num movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidade de valorização"<sup>27</sup>.

A grande liquidez internacional possibilitou as condições favoráveis a entrada de recursos externos, que por sua vez contribuiu para o ciclo expansivo interno movido por uma demanda por crédito em moeda doméstica exercida pelo setor privado (bancado pela intermediação deficitária do Estado). A continuidade deste processo dependia da permanente entrada de novos recursos externos.

A compreensão deste movimento, neste momento histórico, é decisiva não só para entendermos as condições privilegiadas para a industrialização e modernização agrícola, como os novos rumos que tivemos na política de endividamento externo e desenvolvimento, e é claro, do papel do Estado, ou seja, a relação entre o ciclo expansivo e endividamento externo e os contornos posteriores.

O general Andrade Serpa em entrevista ao jornal **O Estado**, em 1985, ao defender a moratória da dívida afirmou que este fato não

---

<sup>26</sup> O circuito financeiro privado (filiais de bancos e agentes privados), vulgarmente conhecido por Euromoedas, movimentava uma enorme massa de capital dinheiro sem controle de qualquer instituição oficial. Conforme Coutinho e Belluzzo (1984:10), "em 1972 o volume de euromoedas representava cerca de 50% da base monetária (M1) norte-americana e pouco mais de 53% equivalente para o conjunto da Europa Ocidental".

<sup>27</sup> Conforme Davidoff (1984:18), este ponto foi tratado pioneiramente por WELLS (1973).

significaria um calote. Na sua justificativa traz elementos que desvendam este processo de endividamento.

Para ele, "o Brasil foi quem levou o calote das nações ricas. Mais não só um calote, mais vários" (O Estado, 1985).

De acordo com Andrade Serpa, "no primeiro calote o governo brasileiro recebia como capital moeda impressa sem lastro ou seja papel pintado".

Explicando este fato, afirma ele que:

"na hora em que os árabes fecharam o canal, e aumentaram o preço do petróleo de dois para catorze dólares, as nações ricas já estavam nas duas crises iniciais. Quer dizer, já estavam com inflação, desemprego e recessão, internamente e, já estavam com o sistema financeiro abalado. Nesta hora surge a crise do petróleo. Eles não iriam danificar internamente a economia emitindo dinheiro para pagar o petróleo interno. Não eles botaram a máquina de fazer dinheiro, dolar, marco alemão, e entregaram este dinheiro aos árabes. Eles (os árabes) quiseram experimentar se dinheiro era falso, e começaram comprando castelos na França e Inglaterra. Na hora em que quiseram comprar a GM, a FORD e a IBM, imediatamente os americanos disseram isto não está à venda<sup>20</sup>. Ai os árabes viram que eram falsos. E o que fizeram? Aliaram-se com os bancos do ocidente, com as nações ricas e as sete irmãs do petróleo, e exigiram o mínimo que podiam exigir, ou seja, que fizessem a reciclagem desta quantidade imensa de petrodólares acumulados pelos bancos ocidentais. Ora as nações ricas não podiam investir este dinheiro em suas economias porque sabiam que era falso, e que iam se destruir pela inflação. E o que fizeram? Canalizaram este dinheiro para os países que tinham esses grandes homens chefiando as sua economias, que eram sempre os mesmos: doutor Delfin, Roberto Campos, Simonsen, e com os presidente nominais da época (...) os árabes empurraram todo esse dinheiro falso em cima deles. A nossa dívida é isso. Então este é o grande calote" (O Estado, 1985).

Para Serpa (1985)

"o segundo calote foi a redução do preço dos produtos de exportação: os grãos, minérios, matéria-primas, etc, no mercado internacional. Alguns preços são menores do que a 20 anos atrás".

Ou seja, estes preços não acompanharam a inflação interna dos países ricos (Inglaterra e Itália, durante vários anos, tiveram inflação de 14% a.a).

#### **4.2-1974-76 -O surgimento do" hiato de recursos "**

---

<sup>20</sup> Isto é, no momento da materialização de uma riqueza fictícia.

O segundo momento de impulsão da dívida externa

"responde a uma conjuntura internacional extremamente adversa que rebate tanto pelo lado do comércio de mercadorias e dos serviços produtivos como pelo lado do custo da dívida, que começa a operar como auto-alimentador dos desequilíbrios globais do setor externo" (Davidoff, 1984:21).

Mesmo a emergência da crise internacional em nada abalou a retórica desenvolvimentista, ao contrário buscava responder à crise internacional através do crescimento acelerado, ou seja, criar "uma ilha de tranqüilidade em meio ao mar revolto". Com essa idéia surgiu o II PND, que marcou esta fase e que pretendia romper com a estrutura de dependência da economia brasileira em relação aos países centrais.

Segundo Davidoff (1984:18),

"ao contrário do período anterior, o triênio 1974-76 é marcado por fortes desequilíbrios do balanço comercial, que apresenta um déficit acumulado de U\$10,5 bilhões (...) refletindo as condições adversas observadas no comércio internacional, dadas as taxas negativas de crescimento nas economias capitalistas avançadas e a quadruplicação do preço do petróleo ocorrida no final de 1973".

Neste momento, tivemos a redução das exportações e a manutenção de altas taxas de crescimento, que elevou o coeficiente de importações, gerando desequilíbrios do setor externo<sup>29</sup>. Ao mesmo tempo, tivemos a redução das inversões privadas, compensadas pelas inversões públicas, iniciando o processo de estatização da dívida externa.

Se para o governo estas adversidades eram vistas exclusivamente como resultante do choque do petróleo, para Davidoff (1984:20),

---

<sup>29</sup> Davidoff (1984:29) chama a diferença positiva das importações sobre as exportações de hiato de recursos. Sendo que este, por sua vez, seria financiado pelo ingresso massivo de recursos externos.

"estas restrições externas, neste período, põem a nú o caráter desequilibrado da fase anterior, que esteve não só dissimulado como agravado por uma conjuntura internacional extremamente favorável".

Este quadro de desequilíbrio é exacerbado pelo impacto que o custo da dívida exerce sobre a conta financeira: os juros vencidos no triênio montam a U\$ 4 bilhões, o que significou, em termos médios anuais, um acréscimo superior a 300% a.a em relação à média do período 1969-73.

Este aumento dos compromissos financeiros refletiu, portanto, o simples crescimento do estoque da dívida, como a deterioração das condições de crédito do período fruto da elevação das taxas básicas de juros. Este movimento só vai ser revertido em meados de 1976, quando volta a expandir-se aceleradamente as atividades do euromercado.

#### **4.3- 1977-78: O Caráter financeiro da dívida**

Esta época é marcada por um quadro de relativa regularização das relações brasileiras com o resto do mundo, dadas tanto a recuperação do nível de atividade das economias capitalistas avançadas, ocorridas a partir de 1976, como a redução da taxa de crescimento do PIB. No entanto, a dívida externa sofre um novo e significativo incremento neste biênio. Nestes dois anos a dívida bruta cresce a uma taxa média da ordem de 30% a.a, uma das mais elevadas de todo período em estudo (Davidoff, 1984:21).

Em função deste quase equilíbrio nas relações comerciais, a pressão exercida sobre a tomada de recursos externos é, por este lado, bastante tênue. Esta necessidade de recursos não superava a marca dos U\$ 2,7 bilhões. No entanto, a contratação líquida de

capitais de empréstimos chega a U\$ 13,5 bilhões. Daí, conclui, Davidoff (1984:22),

"que o acréscimo da dívida ocorrido no período, novamente, pouco tem a ver com o financiamento de recursos", tornando evidente "o caráter predominantemente financeiro da tomada de novos recursos externos".

Este caráter se revela no fato do custo da dívida

"requerer, naquela época, volumes expressivos de recursos para seu financiamento, tendo os juros líquidos atingido a cifra de US 4,8 bilhões, o que representava cerca de 36% da contratação líquida ocorrida os dois anos considerados. Além disso, a variação das reservas internacionais alcança o montante de U\$ 5,3 bilhões, respondendo por outros 40% das tomadas líquidas do período" (Davidoff, 1984:22).

De acordo com Davidoff (1984:23), este

"novo impulso da dívida externa brasileira resultou de um segundo movimento de transbordamento do Euromercado de moeda, e de uma política econômica decididamente indutora de tomada de recursos externos pelo governo brasileiro".

Esta política indutora de recursos externos fez com

"que as empresas estatais fossem induzidas a tomadas massiva junto aos bancos internacionais (...) Estes recursos passaram a ter peso crescente na estrutura de financiamentos dos grandes projetos do setor público", durante o II PND (Davidoff, 1984:23).

Logo, na redução da captação privada tem ênfase os empréstimos estatais e com isso a estatização da dívida, que mais a frente veremos com mais destaque.

#### **4.4- 1979-80: A Explosão da taxa de juro no mercado internacional.**

Este período se destaca pelo retorno a uma situação de desequilíbrio no balanço comercial, que apresenta um déficit da ordem de U\$ 5,7 bilhões. Este quadro refletiu os efeitos diretos e indiretos do segundo choque do petróleo e do retorno a conjuntura recessiva (Davidoff, 1984:24).

Conforme o autor,

"esta insuficiência para fechar o balanço de pagamento reflete não só a deterioração em geral das condições de crédito internacional ocorrida no período, como, principalmente, a pressão exercida pelos credores externos contra a política econômica heterodoxa posta em prática pelo governo brasileiro, no período, desde meados de 1979 e considerada (pelos credores, JM) como agravadora dos desequilíbrios externos" (Davidoff, 1984:24).

Davidoff (1984:24) vê no impacto explosivo que o custo da dívida tem sobre os desequilíbrios globais, o dado novo deste período, o que faz com que o efeito cumulativo, que já vinha se manifestando em períodos anteriores, assuma graves proporções neste momento. A elevação das taxas básicas de juro praticadas no mercado financeiro internacional contribuiu para esta explosão do custo da dívida<sup>30</sup>.

Como a maior parte dos contratos de empréstimos e financiamentos são firmados com cláusula de taxas de juros flutuantes, podemos compreender esta explosão do custo da dívida<sup>31</sup>.

Neste período, as tomadas líquidas chegaram a U\$ 9,2 bilhões. Assim, pela primeira vez na história recente da dívida externa, o saldo da conta financeira teve um sinal negativo, onde os novos empréstimos tomados não geraram recursos para o financiamento da conta de mercadorias e serviços produtivos, tornando-se insuficientes para pagar os juros vencidos (ver tabela seguir)

TABELA 02 - PROPORÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ABSORVIDOS PELO SERVIÇO DA DÍVIDA

{PRIVADO }Ano	Proporção	Ano	Proporção
1969	0,69	1976	0,60
1970	0,73	1977	0,73
1971	0,57	1978	0,57
1972	0,45	1979	0,92

<sup>30</sup> A libor de seis meses, por exemplo, que apresentou um valor médio de 9,9% a.a no biênio 1977-78, atinge um valor de 14,4% em 1979 e de 16,8% em 1980 (ver Davidoff, 1984:24).

<sup>31</sup> Para compreendermos porque esta cláusula foi aceita, temos que entender o caráter que o Estado brasileiro assume a partir do golpe militar, ou seja, um Estado transnacionalizado ou executivo, como coloca Souza (1985), que se distancia da sociedade e se aproxima do capital internacional (o que veremos na parte II).

1973	0,57	1980	1,13
1974	0,37	1981	0,97
1975	0,60		

FONTE: Calculado com base nos dados do Boletim do Banco Central  
Extraído de BAER (1986:114)

A queima de reservas internacionais passou a ser a condição para o fechamento das contas externas mediante a contratação de empréstimos de curto prazo e de custo mais elevados, o que agravava ainda mais o problema da dívida (Davidoff,1984:24).

Concluindo sobre este período, Davidoff (1984:25) afirma

"que os desequilíbrios do setor externo assumem um caráter predominante mente financeiro como resultado do impacto desequilibrador que o próprio endividamento externo exerce sobre o balanço de pagamentos".

#### **4.5-1980-81:A virada do sinal e o superávit na balança comercial.**

A emergência de superávit na balança comercial inaugura uma nova fase na história recente do setor externo brasileiro. O resultado favorável, neste ano, da balança comercial de um bilhão de dólares, resultou da queda drástica do valor das importações, que atingiu, em termos nominais, o percentual de 16% em relação a 1980.

Este desempenho restrito das importações foi fruto da política ortodoxa, posta em prática pelo governo brasileiro desde o final de 80, em função da forte pressão exercida pelos credores internacionais (ver Davidoff,1984).

Segundo Davidoff (1984:26) esta política centrava-se

"no corte do gasto público e redução dos subsídios, controle quantitativo da expansão do crédito, liberação das taxas de juros praticadas no seguimento de livre mercado financeiro e contenção salarial".

O que significou a recessão na economia brasileira. No lado das exportações, tivemos um resultado aquém das expectativas dado a nova onda de protecionismo provocada pela crise internacional.

Esta alteração ocorrida na política governamental representa a adaptação do modelo de desenvolvimento à nova realidade do cenário nacional e internacional. Esta nova realidade será o cenário de onde derivará as políticas governamentais da década de 80.

Para Davidoff (1984:27), o movimento cumulativo da dívida

"continuava a ter um impacto fortemente desequilibrador nas contas externas, tendo os juros líquidos alcançado a cifra de 10 bilhões de dólares".

Por outro lado, a aceitação pelo governo brasileiro, desta política ortodoxa, apenas

"serviu para atenuar momentaneamente as restrições impostas pelos bancos internacionais quanto à continuidade do fluxo de empréstimos para o país" (Davidoff,1984:27).

No entanto, este ingresso líquido de novos empréstimos foi suficiente apenas para cobrir a conta financeira, sem possibilitar a reposição das reservas internacionais.

Ao mesmo tempo,

"persistiam elevadas taxas de juros no mercado financeiro, aliados a spreads igualmente elevados que, potenciavam os desequilíbrios financeiros, deixando a economia exposta às vicissitudes do sistema bancário internacional" (Davidoff,1984:27).

Concluindo sobre esta fase, Davidoff (1984:27) percebe ao final do período, um aparente paradoxo:

"o endividamento externo, justificado como elemento de superação de constrangimentos externos, como potenciador do crescimento econômico, revela-se o contrário,ou seja, um elemento agudizador das dificuldades externas ou elemento gerador de constrangimentos externos" .

Até este momento estudamos o endividamento recente (1969-81) em fases, fruto das diferenciações ocorridas entre o ciclo expansivo e o impasse do endividamento externo.

A seguir veremos os traços principais que determinaram estas fases ou resultaram delas. Destes traços que marcaram o processo de endividamento externo na economia brasileira, no decorrer da década de 70, o que mais se destacou foi a crescente estatização das tomadas diretas e repasses junto ao sistema financeiro internacional.

Se a dívida externa nasce, e ganha vulto, sob a forma predominantemente privada, no seu momento seguinte ela transforma-se em dívida essencialmente pública (Davidoff, 1984:94) (ver tabela 3). Em outras palavras, se no primeiro período (anos 1972-73) de forte aceleração de recursos externos, o setor privado respondia por cerca de 67%, em média, do total captado via Lei 4131, em 1975 tem sua participação reduzida para cerca de 50%, enquanto no biênio 1979-80 tivemos a predominância quase que absoluta do setor público, que respondia por cerca de 77% das captações totais (Davidoff, 1984:93)<sup>32</sup>.

#### **4.6 - As Captações Privadas**

Para entendermos o processo de estatização da dívida externa temos que analisar o comportamento das captações privadas. Como já foi colocado anteriormente, o crescimento das captações públicas nos moldes da Lei 4131 ocorrem no momento em que as captações privadas, sejam por empresas nacionais ou de capital externo, decrescem. Dentro das captações privadas vale destacar que a

---

<sup>32</sup> Se as captações via Lei 4131 e resolução 63 decrescem a partir de 1981, as captações via BIRD se elevam a partir daí. Estas últimas, durante a década de 80, corresponderam a 72% de todos os recursos vindo deste organismo ou US\$ 10 bilhões. Assim, no esgotamento dos empréstimos bilaterais, tivemos a ascensão dos empréstimos multilaterais.

participação das empresas nacionais tiveram uma participação insignificante ao longo da década de 70<sup>33</sup>.

Foram as empresas de capital externo, por sua vez, as principais tomadoras de recursos via Lei 4131. Durante o período 1972-78, captaram volumes crescentes acima de 40% de todas as captações realizadas (Davidoff, 1984:99). Este desempenho das captações privadas realizadas por empresas de capital externo é determinado pelas captações das grandes empresas internacionais (multinacionais) que operam no País<sup>34</sup>.

Segundo Davidoff (1984:101), estes fatos

"se por um lado, confirmam que as operações de captação direta via Lei 4131 privilegiam, por sua própria natureza, as grandes empresas, em especial as de capital externo, mostram por outro, que o segmento de capital privado nacional só teve alguma expressão enquanto tomador de recursos externos por esta via nos anos de auge do ciclo expansivo"<sup>35</sup>.

A liquidez restrita que prevaleceu no mercado financeiro internacional, após 1974, afetou o segmento nacional. Quanto as captações privadas tivemos, ainda, como característica uma elevada e crescente concentração no decorrer da década de 70. Esta concentração se revela no fato de que em 1972, 178 empresas respondiam por 70% do total captado pelo setor privado, já em 1980, esse mesmo percentual era de responsabilidade de apenas 35 empresas (Davidoff, 1984:106).

#### **4.7- Os Determinantes da Estatização da Dívida**

---

<sup>33</sup> Se em 1972 as empresas nacionais chegaram a participar em 27% das captações privadas, em 1981 tiveram somente 5,6%. (ver Davidoff, 1984:99).

<sup>34</sup> Davidoff (1984:181) divide as empresas de capital externo em: internacionais, estrangeiras, conglomerados e joint-ventures.

<sup>35</sup> As empresas de capital nacional reduzem sua participação já em 1975, enquanto as de capital externo reduzem a partir de 1978 (ver Davidoff, 1984:142).

#### 4.7- Os Determinantes da Estatização da Dívida

Na metade da década de 60, com a institucionalização de canais de ingresso, se constituiu uma das peças fundamentais da reestruturação do esquema de financiamento dos setores público e privado, levando a reformas em relação as esferas fiscal, monetária e financeira, onde tivemos modificações nos padrões de financiamento (Davidoff, 1984:108).

De acordo com Davidoff (1984:108),

"no bojo dessa ampla reordenação do marco institucional, foram tomadas medidas que refletiam uma progressiva adequação dos esquemas internos de financiamento às transformações que se processavam em escala internacional".

Estas medidas visavam ampliar a base fiscal e viabilizar o instrumento da dívida pública .

Fruto destas transformações ocorridas, os setores públicos e privado passaram a satisfazer parte de suas necessidades de crédito em cruzeiros, através de operações que envolviam o simultâneo ingresso de divisas internacionais.

Assim, os movimentos de expansão ou retração da demanda por crédito em cruzeiros levaram ao movimento de ampliação ou retração por crédito externo (Davidoff, 1984:108)<sup>36</sup>.

O crédito externo passou a ser alternativa<sup>37</sup>, extremamente atrativa às empresas públicas e privadas, primeiro por significar um alargamento das bases de financiamento, possibilitando crédito

---

<sup>36</sup> Com a dificuldade de captação externa, principalmente a partir de 1979, tivemos as dificuldades internas na política de crédito e subsídio. Foi basicamente através da abundância de crédito e subsídio que desencadeou o processo de industrialização e modernização agrícola no Brasil. O impasse na dívida externa marcará uma mudança brusca, que resultará na desindustrialização de um lado e na alteração da política de desenvolvimento rural, com a introdução dos PDRIs, do outro.

<sup>37</sup> O diferencial do custo de dinheiro foi o principal instrumento a que recorreram as autoridades governamentais para o estímulo às captações privadas no período estudado (ver Davidoff, 1984:109).

de longo prazo (que o sistema privado era incapaz de atender) e segundo por

"constituir-se numa modalidade de crédito cujo o custo ao mutuário tendeu a situar-se em níveis significativamente inferiores aos observados nas faixas não subsidiadas do crédito disponível nas instituições domésticas" (Davidoff, 1984:109).

Sobre este fato, Baer (1986:14) coloca que a existência de ajustes periódicos do tipo de câmbio, pela adoção do mecanismo de correção cambial, fez com que os riscos de captação externa praticamente se equiparassem aos de uma fonte interna de financiamento.

Além das vantagens quanto a prazos e custos e da equiparação de riscos entre as captações internas e externas,

"os empréstimos em moeda nos moldes da Lei 4131, mostraram-se especialmente atrativos às empresas de capital externo, por representar um mecanismo de burla das restrições quanto a remessa de lucros originaria de investimentos estrangeiros realizados no País (...) dada as vantagens quanto ao volume passível de remessa e quanto a taxação incidente sobre os montantes remetidos" (Davidoff, 1984:110)<sup>38</sup>.

Entretanto, mesmo com os inegáveis atrativos, o setor privado perde importância relativa enquanto tomador de recursos via Lei 4131 no final dos anos 70. Esta participação relativa do setor privado começa a declinar a partir de 1975.

A redução das captações privadas para Davidoff (1984:113) decorreu,

"fundamentalmente, da desaceleração da taxa de crescimento do produto e da redução das inversões privadas, a medida que ambas afetaram negativamente a demanda por crédito em cruzeiros inclusive em sua componente externa".

As captações privadas foram aceleradas quando o crescimento do PIB era elevado. A medida que tivemos

---

<sup>38</sup> "Parcela expressiva dos empréstimos externos contratados por filiais de empresas internacionais nada mais eram do que capital de risco buscando gozar as vantagens oferecidas pela legislação quanto aos capitais de empréstimos" (ver Davidoff, 1984:110).

"a redução da taxa de crescimento e ao mesmo tempo se ampliaram as necessidades de recursos externos para o equilíbrio do setor externo, o setor privado reduz suas captações, fazendo com que o setor público fosse a única forma de assegurar ingressos de recursos externos" (Davidoff, 1984:113).

Esta redução, portanto, ocorreu sem haver nenhuma política restritiva ou desestímulo às captações privadas. Ao contrário, as autoridades governamentais com o impasse do setor externo adotaram várias medidas para estimular a captação privada de recursos externos:

"redução dos prazos mínimos de amortização e carência exigidos pelo Banco Central-BACEN para registros dos novos empréstimos; redução da alíquota do imposto de renda incidente sobre a remessa de juros e comissões; insenção do imposto sobre operações financeiras, etc" (Davidoff, 1984:113) (mesmo que em 1976 tenham as autoridades governamentais ensaiado medidas restritivas, que em seguida foram retiradas, JM)<sup>39</sup>.

Mesmo quando do segundo transbordamento do euromercado de moeda, ocorrido no biênio 1977-78, onde as condições de captação eram favoráveis, o endividamento externo se deu principalmente via captações públicas.

Se todas as condições para a captação privada estavam dadas por que esta redução? A resposta a esta questão está no acentuado processo de estatização da dívida externa, não somente na captação mais, também, na conversão da dívida externa em dívida pública<sup>40</sup>.

A progressiva estatização da dívida externa brasileira para Davidoff (1984:118) foi

"se impondo como resultado de um fenômeno que começa a se manifestar já por meados dos anos 70 e que se intensifica ao final da década: ou seja, necessidade crescente de recursos externos combinadas com a ausência de agentes privados dispostos a realizar tomadas, nos volumes exigidos, junto ao sistema financeiro internacional".

Por outro lado, a redução das captações privadas externas fica mais claro quando examinamos as alterações ocorridas a partir

---

<sup>39</sup> De acordo com Davidoff (1984:114), em meados de 1977 foi instituída um mecanismo de proteção contra eventuais modificações na política cambial (resolução 432-BACEN), que representou um estímulo adicional às novas captações privadas dado o elevado peso das variações cambiais na composição do custo final em cruzeiros, especialmente num período de elevadas taxas de inflação (...) que institucionalizou um mecanismo de "socialização" das perdas decorrentes de desvalorizações cambiais (...) que foi bastante útil às empresas endividadas por época da mádesvalorização realizadas em fins de 1979".

<sup>40</sup> Este processo já tinha suas bases institucionais na reforma bancária iniciada em 1964 e acentuada em 1967 e ampliada com a resolução 432-BACEN.

de 1974, com a desaceleração das atividades privadas e pelo simultâneo lançamento do II PND, que levou a uma reordenação estrutural da industrialização brasileira (Davidoff, 1984:118).

Este programa, como já foi colocado no capítulo 1, previa a expansão do setor de bens de produção e uma readequação da infraestrutura econômica, onde as empresas estatais tiveram um papel decisivo responsabilizando-se pelos projetos-chaves, que criariam demanda ampliada por máquinas e equipamentos, dando impulso a indústria nacional de bens de capital.

Os grandes projetos do II PND<sup>41</sup>, derivaram principalmente de investimentos públicos. Os investimentos privados giraram em torno da efetivação destes programas públicos, além de serem estes projetos privados bancados por recursos estatais, via BNDE, ou seja, prestavam serviços ou produziam bens de produção para estes projetos estatais financiados pelos bancos estatais.

O que queremos destacar é que mesmo que uma empresa privada estivesse participando da construção de uma rodovia ou de uma siderúrgica, estavam participando indiretamente dos programas estatais, ou seja, a natureza do capital era estatal, tanto no financiamento destas empresas quanto na realização do produto e serviços privados.

Assim, as empresas privadas trocaram os empréstimos externos pelos empréstimos internos subsidiados.

Sobre este fato observa Davidoff (1984:119),

"que na época do lançamento do II PND houve um grande fortalecimento do BNDE enquanto instituição financeira destinada a dar suporte a execução dos novos projetos de inversão".

---

<sup>41</sup> De siderurgia, metalurgia, fertilizantes, petroquímica (polos petroquímicos do Nordeste e do Sul), transportes e telecomunicações.

Logo, a contribuição estatal aos grupos privados ocorreu por um lado na produção, ao viabilizar os projetos do setor privado nas áreas de bens de capital e de insumos básicos, tanto por empréstimos diretos subsidiados do BNDE, como da participação acionaria das três subsidiárias- IBRASA, FIBRASA e EMBRAMEC- e por outro lado, no consumo, quando do financiamento por parte de linhas de crédito, quase que exclusivamente, da FINAME para a aquisição de equipamentos nacionais (Davidoff, 1984:119).

Com esse novo esquema de financiamento, via as linhas de crédito do BNDE, fortemente subsidiadas para os grupos nacionais, torna-se claro porque as empresas nacionais, que ampliaram suas inversões após 1974 -as dos setores priorizados pelo II PND- praticamente nada contrataram junto ao sistema financeiro internacional (Davidoff, 1984:119).

Portanto, a amplificação do parasitismo privado após o ciclo expansivo, leva o Estado a nova superação deste parasitismo, via II PND.

A partir de 1976, observa Davidoff (1984:120), "a dívida pública por sua vez, era vista essencialmente como instrumento de política monetária". Os financiamentos dos grandes projetos das empresas estatais vinham das tomadas de recursos junto aos bancos internacionais, com o destaque para o Banco do Brasil.

Este Banco, que foi o mais utilizado na captação externa no biênio 1974-75, e no final do período estudado, se transformou em reciclador de recursos para o país, quando as condições de crédito tornaram-se precárias. Através de suas agências no exterior, captava recursos de curto prazo a taxas elevadas no mercado internacional e ofertava, internamente, empréstimos de longo prazo,

constituíram-se em recicladores de recursos externos a partir de 1974, sendo que o Banco do Brasil se colocou como o grande ofertador de crédito subsidiado, ou seja, possibilitava o surgimento de capital produtivo para a economia brasileira, no II PND, a medida que assumia todos os déficits desta função de intermediação do capital parasitário internacional.

Quanto as conseqüências desta função, Davidoff (1984: 137), afirma

"que o ganho de importância experimentado, ao final do período estudado, pelo Banco do Brasil (...) deu origem a um elemento adicional de vulnerabilidade ao processo de endividamento recente..."

Anteriormente havíamos abordado a questão do endividamento externo e a contínua estatização da dívida externa, principalmente a referente às captações diretas pela Lei 4131.

Agora, faremos uma reflexão a partir das operações de repasse pela resolução 63. Esta modalidade de captação foi o canal de ingresso de quase 30% dos empréstimos realizados no período estudado.

Esta resolução, fruto da reforma de 1967, se constituiu em canal de ingresso de recursos de importância secundária nos anos 70. A seguir, apresentaremos algumas de suas características principais, visando revelar novas facetas do processo de endividamento externo recente.

Segundo Davidoff (1984:123), estas operações de repasse representaram um importante elo de articulação entre o sistema financeiro doméstico e o sistema financeiro privado dos países capitalistas avançados. Esta operação de repasse revela um momento dos empréstimos bilaterais que no final dos anos 70 dará lugar aos empréstimos multilaterais (BIRD, BID, FMI)<sup>42</sup>.

Foi através deste elo que os bancos locais absorveram massivos recursos do sistema financeiro dos países avançados, dando continuidade ao movimento de internacionalização do capital. Os principais beneficiários destas operações de repasse de recursos foram os Bancos comerciais estrangeiros, o que provocou a ampliação da atuação destes bancos no país.

Todavia, esta importância assumida pelas operações de repasse deve-se às atratividades oferecidas pelas autoridades governamentais<sup>43</sup>.

Como vimos, mesmo quando dos repasses dos grupos privados de recursos externos, estavam estabelecidos os mecanismos de estatização antecipadamente, pois para estimular estas captações, as autoridades governamentais criavam dispositivos, que implicitamente traduzia-se em déficit para o Estado, ou seja, para se **criar atratividade às captações privadas, o Estado criava mecanismos que antecipadamente já estavam estatizando os riscos e os déficits da operação.**

---

<sup>42</sup> Os empréstimos bilaterais são aqueles que ocorrem de bancos privados para outros bancos ou de bancos privados para Estados. Já os multigovernamentais ou multilaterais, ocorrem de Estado para Estado, sendo que estes recursos originam-se das captações realizadas através da venda de títulos destes governos junto aos bancos privados e ao contrário dos anteriores têm taxas de juro fixas, ou seja, é a estatização da intermediação financeira.

<sup>43</sup> Quanto a estas facilidades, Davidoff (1984:124), revela-nos que "em primeiro lugar, logo no início dos anos 70, foi estipulado que o prazo do repasse interno das operações efetuadas nos moldes da resolução 83, poderia ser inferior ao do contratado com o credor externo. Em segundo lugar, além dos encargos financeiros e fiscais, o risco de câmbio era integralmente transferido ao mutuário final, e por último, ficou estipulado, a partir de agosto de 1974, que no intervalo de tempo entre a contratação externa e a efetivação do repasse, ou o intervalo entre os dois repasses, os recursos em moeda estrangeira ficariam depositados automaticamente junto ao BACEN, que assumia todos os encargos devidos ao credor externo (...) Tais características, especialmente a última, acabavam por isentar os agentes repassadores de qualquer risco que não o da inadimplência do mutuário final".

Se inicialmente os repasses pela resolução 63 beneficiavam os bancos comerciais estrangeiros e depois os privados nacionais, a partir de 1977-78 tivemos uma participação expressiva dos bancos estatais. Se em 1972-73 os bancos comerciais estatais tinham uma participação de 12% nas operações de repasse, pela resolução 63, em 1980-81, passam a participar em quase 28% (Davidoff, 1984:132)<sup>44</sup>.

O comportamento das captações via repasse, portanto, trás em si a discussão sobre os desequilíbrios externos, a estatização da dívida externa e o tipo de política econômica executada neste período de endividamento recente e por esse motivo procedemos esta rápida retomada.

No estudo deste comportamento, Davidoff (1984:139) indica a existência de três diferentes fases:

"na primeira, que corresponde ao triênio 1972-74, observa-se uma elevada participação, ainda que secundária, das operações para repasse no conjunto dos empréstimos em moeda registrados junto ao Banco Central (...) Estas operações respondem por 33% dos empréstimos contraídos, ilustrando a importância destas operações no primeiro momento de impulsão da dívida externa. A segunda fase, que vai de 1975-79, tem como característica principal uma perda de participação das captações via resolução 63, chegando a ordem de 22% (...) Já no último período, biênio 1980-81, há uma sensível mudança de comportamento, onde voltam a ganhar importância, chegando a responder por mais de 40% em média". (ver tabela 10, p 131)

Logo, o comportamento cíclico das operações de repasse, "são semelhantes àquelas já descritos anteriormente, para as captações privadas efetuadas nos moldes da Lei 4131" (Davidoff, 1984:141).

Como vimos anteriormente, o processo de estatização da dívida externa, que ocorreu no bojo do processo de endividamento externo e se intensificou a medida que cresceu a necessidade de recursos externos, fruto do impasse do setor externo, levou, num momento

---

<sup>44</sup> A resolução 63 constituiu-se num dos pilares da estratégia de crescimento dos bancos comerciais estrangeiros no Brasil (ver Davidoff, 1984:132).

seguinte, a crescente captação das empresas estatais, culminando com a defrontação com crescentes obstáculos.

Agora, veremos momentos deste impasse na estatização da dívida externa. Segundo Davidoff (1984:142-143), estes obstáculos podem ser identificados de duas maneiras:

"de um lado, a necessidade de recursos externos se mostram ampliadas por conta do segundo choque do petróleo e, principalmente, da explosão das taxas de juros no mercado financeiro internacional. Do outro, as empresas estatais se vêem impossibilitadas de acelerar seu ritmo de captação em função, tanto do elevado grau de endividamento, já atingido, em varios setores, com a conseqüente deterioração da relação capital próprio/recursos de terceiros, como do escasseamento relativo de projetos capazes de fornecer substrato as novas tomadas diretas junto sistema financeiro privado internacional"<sup>45</sup>.

Este segundo fator é fortemente agudizado em 1981, quando no bojo da política abertamente recessiva, são impostos cortes generalizados nos investimentos públicos (Davidoff, 1984:143).

A partir de 1980, frente a esse novo impasse, as autoridades governamentais promovem uma radical guinada nos esquemas indutores da tomada de recursos. Assim,

"dada a resposta pouco efetiva das captações privadas -diretas e por repasse - aos estímulos que vinham sendo acionados, e dado o relativo "esgotamento" do processo de endividamento das empresas estatais, optou-se por um caminho, que passou pela intensificação da dolarização da estrutura passiva dos bancos comerciais e de investimentos..."

"...Além da medida principal - fixação dos tetos quantitativos -várias outras formas foram adotadas visando dar suporte a uma tomada massiva de recursos externos via resolução 63, como por exemplo, a ampliação, processada em janeiro de 1980, do limite operacional de captação de recursos externos dos bancos comerciais de duas para quatro vezes a soma do capital realizado mais reservas livres" (Davidoff, 1984:143).

Com a conjuntura recessiva vivida pela economia brasileira, reduziu-se a demanda por crédito do setor privado. Assim, mais uma vez, parcela significativa do maciço volume de recursos tomados via

---

<sup>45</sup> Segundo Belluzzo (1984), a partir de 1977/78 as empresas públicas passam a contrair débitos, em moeda estrangeira, superiores às suas necessidades reais de recursos : "não mais são os projetos que atraem os financiamentos, mais a necessidade imperiosa de rolar a dívida externa é que cria os projetos" (ver prefácio de Davidoff (1984:5). Sobre este fato, Adriano Reis (PIMES-PE), durante entrevista, colocou os PDRIs, como pretexto para a captação de recursos externos, visando o equilíbrio externo.

resolução 63 acaba tendo de ser absorvida pelo o setor público e mais especialmente pelas empresas estatais (Davidoff,1984:154).

Ao mesmo tempo, a partir do primeiro semestre de 1980, é revogada a proibição a tomadas de recursos externos, via resolução 63, pelos estados, municípios e autarquias e ampliada as facilidades de operações de repasses pelo Conselho Monetário Nacional (Davidoff,1984:146). Com isso, Estados e municípios se endividaram externamente.

Assim,

"é rompida a divisão até então prevalecente que contemplava a tomada direta de recursos por parte de empresas de capital externo e de empresas estatais, reservando os recursos de repasse a empresas privadas de capital nacional"(id ibid).

Antes de passarmos para o próximo item, faremos um breve resgate do processo de endividamento na América Latina e da estatização da dívida, citando o caso Argentino.

Sobre isto coloca Kucinski (1987:10) que

"entre 1976 e 1981,o apogeu do endividamento,a América Latina contraiu U\$ 272,9 bilhões em empréstimos. Mas, desse total, continua ele, apenas 8,4%, ou U\$ 22,9 bilhões, entraram efetivamente no continente, podendo ou não ter sido usados para investimentos produtivos. Mais de 60%, num total de U\$ 170,5 bilhões nunca entraram no continente, pois foram pagos aos mesmos bancos como amortização de dívidas anteriores ou juros. Outros U\$ 22,9 bilhões também ficaram nos bancos como reservas, uma espécie de garantia adicional para a própria dívida. E U\$ 56,6 bilhões saíram na forma de fuga de capitais".

Quanto ao significado desta dívida, Kucinski (1987:10), afirma que

"ela sintetiza e aprofunda um sistema de dominação, tornando a superexploração do trabalhador latino americano uma dupla necessidade: a necessidade intrínseca ao sistema capitalista e a necessidade cambial, onde as classes dominantes lucram na indústria da dívida ainda mais que antes".

Sobre a estatização da dívida externa latino americana, Kucinski (1987:10) declara que

"a dívida foi sendo socializada e ao final do período (1976 a 1981), até 70% da dívida externa de grandes países, como o Brasil eram do Estado".

A Multisectorial por La Solucion De La Deuda Externa, entidade que reúne várias associações e sindicatos da Argentina, ilustra esta afirmação de Kucinski (ver tabela 3). Já em 1975 a dívida estatal correspondia a 51% do total da dívida externa. Em 1982 a participação estatal fica em 65,7%, chegando em 1985 a uma participação de 83,7% do total da dívida Argentina. O Brasil, finalizando este ponto, como mostra a tabela 11, p 131, realiza este processo de estatização no mesmo período. Se a partir de 1975 tivemos o grande impulso da estatização da dívida brasileira, em 1981 a participação estatal na dívida chega a 70%. Tanto no Brasil, como na Argentina, a grande parte desta dívida fora contraída pelas empresas estrangeiras. Com esta estatização, estas empresas foram as grandes beneficiadas desta socialização das perdas.

Tabela 03-DÍVIDA EXTERNA ARGENTINA-1975-85-Em Milhões de dólares

{PRIV ADO }Ano	Pública	%	Privada	%	Total
1975	4.021,3	51,06	3.853,8	48,93	7.875,1
1976	5.189,0	62,67	3.090,5	37,32	8.279,5
1977	6.043,7	62,44	3.090,5	37,55	9.678,2
1978	8.357,0	66,87	4.169,1	33,36	12.496,1
1979	9.960,3	52,33	9.074,4	47,67	19.034,7
1980	14.459,0	53,23	12.703,0	46,76	27.162,0
1981	20.024,0	56,14	15.647,0	43,86	35.671,0
1982	28.616,0	65,58	15.018,0	34,42	43.634,0
1983	33.176,0	72,11	12.829,0	27,88	46.005,0
1984	37.628,0	78,68	10.193,0	21,32	47.821,0
1985	42.134,0	83,72	8.195,0	16,28	50.328,0

FONTE: BANCO CENTRAL DE LA REPUBLICA ARGENTINA

A seguir veremos como o estrangulamento da dívida externa e agudização do processo de estatização desta dívida, levou a

estatização da intermediação financeira através da ascensão dos empréstimos multilaterais via BIRD, BID e FMI.

#### **4-8 - O Crescimento das Captações via Organismos Multilaterais.**

Após este estudo sobre o endividamento até 1981, retornaremos a Gonzales et al (1990:57) que colocam que com o agravamento das dificuldades externas, no início da década de 80, tivemos a aprovação dos primeiros empréstimos setoriais. Assim, em 1983 no período crítico do balanço de pagamento 32,1% do valor total dos empréstimos contratados junto ao BIRD vincularam-se à apenas dois programas setoriais<sup>46</sup>.

Segundo Gonzalez et al (1990:58),

"a implantação destes programas está vinculado aos desequilíbrios do balanço de pagamento e a ação do BIRD, de ampliar o seu grau de intervenção". Logo, "estes programas terminaram por representar a extensão da atuação do BIRD no país, através da instituição de uma política de macrocondicionalidades que, pressupondo as estabilidades de curto prazo, visava obter um ajustamento estrutural da economia de modo a patrocinar uma mais eficiente alocação e emprego de recursos".

O quadro social, delicado internamente, servia de justificativa para a obtenção de novos recursos. Assim, as mazelas sociais ampliadas acabavam contribuindo para a continuidade da intervenção do BIRD, cujos recursos, na verdade, eram utilizados, em grande parte, para regularizar o balanço de pagamento ou amortização da dívida. Junto com os programas sociais, tivemos, também, a aceleração dos problemas ecológicos que a seguir passaram a ser o carro chefe para a justificativa de implantação de novos programas pelo BIRD (em 1990, tivemos a implantação do PRODEAGRO em Mato Grosso e do PLANAFLORO em Rondônia).

---

<sup>46</sup> Um destes programas visava o desenvolvimento do crédito para as exportações agrícolas, enquanto, outro, destinava-se a intensificação das exortações de manufaturados via sistema de drawback (Gonzales et al,1990:57).

A ascensão dos empréstimos multilaterais, em especial, através do BIRD, fica evidente na tabela 5 p 125. O BIRD emprestou no período 1947 a 1988 o montante de U\$ 155.225 bilhões a vários países, sendo que até 1968 havia emprestado apenas 7,4% deste total.

De 1969 a 1979, início da ascensão, tivemos 25% desses recursos ou U\$ 38.107 bilhões emprestados. No entanto, é a partir de 1980 que o BIRD tem o maior acréscimo no volume de seus empréstimos, chegando a um montante de U\$ 104 bilhões ou 67% do total de recursos. A periodização do fluxo de recursos do BIRD para o Brasil aproxima-se desta tendência geral.

O Brasil teve uma participação nestes empréstimos de aproximadamente 10% do total aplicado pelo BIRD, em seus vários programas, sendo que de 1947 a 1989, tomou emprestado um total de U\$ 14 bilhões (ver tabela 5).

Se de 1949 a 1969 tomou emprestado somente U\$ 626 milhões ou 4,3% do período 1947 a 89, de 1970 a 1979 saltou para 23,8% ou 3.431 bilhões, chegando no período 1980-89 a um montante de U\$ 10 bilhões, ou 72% do total dos empréstimos até 1989.

Deste quadro, o movimento que podemos perceber é que quando o processo de endividamento via empréstimos bilaterais entra em colapso no final da década de 70, ascende os empréstimos multilaterais, que se somaram ao processo de estatização da dívida externa, ou seja, foi a forma superior de estatização da dívida, pois os bancos emprestadores já eram multigovernamentais. Com a crescente ampliação das funções do BIRD, convém relacionarmos a atuação deste banco com a do FMI. Este último tem sido, tradicionalmente, o organismo que cuida dos desequilíbrios fundamentais, via acordos

"stand-by", os quais financiam temporariamente o desequilíbrio do balanço de pagamentos, exigindo a adoção de rígidos programas de estabilização (Gonzalez et al, 1990:79).

De outro lado, o discurso do BIRD enfatiza a necessidade dos países subdesenvolvidos adotarem políticas de ajustamento setorial e estrutural, com um horizonte temporal de médio e longo prazo, de modo a compatibilizar os objetivos de estabilização às mudanças estruturais, que propiciem a retomada do crescimento e o equilíbrio sustentado do balanço de pagamentos (Gonzales et al, 1990:79).

Tanto o BIRD como o FMI diagnosticam com relação à origem de desequilíbrios como sendo **o uso de políticas internas inapropriadas e ineficientes**, negando o caráter lesivo inerente ao processo de endividamento externo. Para estes organismos, esta suposta alocação eficiente seria a liberalização da economia e privatização das estatais. Agora o que é alocação eficiente para eles é ineficiente para a sociedade brasileira.

Para isso, o BIRD se propõe, através do fortalecimento dos empréstimos por programas, a alterar a estrutura de oferta dos países em desenvolvimento (Gonzales et al, 1990:80).

Assim, estabilização e ajustamento constituem componentes inseparáveis do FMI e do BIRD nas suas políticas para os países em desenvolvimento (Gonzalez et al, 1990:8)<sup>47</sup>.

Concluindo sobre este assunto, Gonzalez et al (1990:80), colocam que

"ao contrário do que muitos acreditam as políticas desses dois organismos são perfeitamente compatíveis na medida em que, abstraindo-se de todos os aspectos financeiros do balanço de pagamentos (...) objetivam

---

<sup>47</sup> Para Gonzalez et al (1990:79), "o objetivo básico dos programas de estabilização é corrigir o déficit do balanço de pagamentos, originado do lado da conta corrente, através de três instrumentos: a) eliminação do déficit fiscal; b) desvalorização da taxa de câmbio; e c) controle do crédito interno, da moeda e dos salários monetários". Ou seja, é a interferência máxima nos destinos do país, no sentido de facilitar a remessa de riqueza líquida aos credores internacionais.

coerentemente, garantir a geração de saldos comerciais que, dado o atual esquema de financiamento do balanço de pagamentos, poderão servir para assegurar, também, a manutenção de transferências de recursos financeiros aos credores internacionais".

Quanto à dívida externa na atualidade, conforme dados do Banco Central, referente ao período 1971 a 1989, foram pagos US\$ 122.771 bilhões correspondentes aos juros da dívida, enquanto que o estoque da dívida totaliza US\$ 111.916 bilhões, ou seja, esta dívida já teria sido paga (os valores não estão corrigidos)-ver tabela 04.

Por outro lado, o Banco Central indica, que

"a dívida junto às entidades multilaterais (inclusive FMI) e agências governamentais, que ao final de 1989 representavam 27,5% do total da dívida registrada, passou em dezembro de 1990, a representar 28,1%. Este acréscimo, segundo o Bacen, é consequência do aumento da participação de entidades internacionais (de 11,6% para 12,5%), destacando-se o BIRD (de 8,4% para 8,9% e o BID (de 2,4% para 2,7%)", (Boletim BACEN-Junho/91,p.7)-(ver tabela 09).

Desta forma esta modalidade de empréstimos contribuiu com quase um terço da dívida externa nos últimos anos.

## UMA RETROSPECTIVA DOS PDRI's.

### CAPÍTULO 5

Só recapitulando, foi precisamente na tentativa de evitar as desigualdades sociais que o Estado viabilizou a industrialização no Brasil. Industrialização esta que propiciou a concentração e centralização da riqueza nas mãos privadas no Centro-Sul.

A industrialização se desloca em seguida para o Nordeste, com o objetivo teórico de reduzir as desigualdades regionais, integrando o Nordeste à economia nacional, para assim eliminar os conflitos sociais. Só que na prática a industrialização, novamente, acelerou a concentração e a centralização dos capitais e da propriedade fundiária, agudizando ainda mais os problemas sociais.

O objetivo deste capítulo é ilustrar as observações realizadas anteriormente, ou seja, qual o contorno das políticas estatais de desenvolvimento no momento de declínio das inversões públicas, com o impasse da dívida externa e interna

Os PDRI's (Polonordeste, Projeto Nordeste, Polonoroeste, Prodeagro, Planaflo) são criados explicitamente para eliminar estas desigualdades amplificadas por parte das autoridades governamentais.

## 5.1 - O POLONORDESTE

Como vimos anteriormente, as diversas experiências de polos de desenvolvimento integrado emergem no planejamento agrícola do II PND. Com o Polonordeste, que foi lançado em 1974 e constituído em 1975,

"a partir de uma definição de um público meta de pequenos agricultores e concentração espacial de serviços (eletrificação, armazenagem, irrigação, estradas vicinais, crédito e assistência técnica), orientados pelos PDRIs (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados), esperava-se reverter simultaneamente as condições de baixa produtividade agrícola e a pobreza social dos agricultores" (Delgado, 1985:108).

Este Programa foi precedido pelo PROTERRA, surgido juntamente com o PIN, a partir de 1970, que pretendiam resolver o problema do excedente de mão-de-obra no Nordeste, agudizado pelo processo de industrialização nordestina, com a transferência para a Amazônia e a redistribuição de terras no Nordeste<sup>48</sup>.

Para Wilkinson (1986:29), o Proterra foi marcado pelo fracasso pelos desvios do componente crédito rural que estimulou a especulação imobiliária urbana, enquanto que o Polonordeste visava a modernização dos pequenos produtores.

Segundo Bursztyn (1984:109/110),

"a idéia central implícita na formulação do Polonordeste era de criar pólos rurais de desenvolvimento, espalhados estrategicamente pelo território nordestino, para frear o fluxo migratório e aumentar a produção de alimentos," (ou seja, a fixação do homem à terra e à modernização agrícola, JM).

De acordo com Bursztyn (1984:110), o Polonordeste foi a recuperação da idéia de desenvolvimento polarizado, formulada por Perroux et al (1975) na década de 50, que se acreditava "aposentada

---

<sup>48</sup> Estes dois programas contribuíram para a fase áurea do processo de modernização agrícola subsidiando os grandes e médios produtores, nas regiões de sua abrangência.

por invalidez"<sup>49</sup> vestida de uma nova roupagem e adaptada a um novo contexto, pois no lugar dos pólos industriais, o objetivo deste Programa era a criação dos pólos rurais, que só poderia ser concebida sob um regime autoritário, onde o sistema de planejamento leva a concentração e segregação ao invés de se orientar para a democratização espacial e social dos recursos.

Alerta Bursztyn (1984:111), que

"a análise do Polonordeste não pode ser circunscrita à adoção deste, enquanto instrumento de planejamento na esfera nacional (...) ela deve ser inserida dentro do quadro de evolução das estratégias do capital internacional no que diz respeito ao alinhamento das regiões mais atrasadas dos países da América Latina quanto ao papel estas últimas na expansão e na reprodução do primeiro"<sup>50</sup>.

Segundo Sampaio et al (1980:78), citados por Bursztyn (1984:114), o objetivo central do Polonordeste:

"é promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias, transformando progressivamente a agropecuária tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado".

A implantação do Polonordeste implicaria na adoção de ações de crédito rural, assistência técnica e rural, pesquisa e experimentação agrícola, fornecimento de sementes e reprodutores de matrizes melhoradas, abastecimento de insumos, serviços de mecanização, perfuração de poços, construção de açudes, implementação de sistemas rudimentares de irrigação e apoio ao cooperativismo (Bursztyn, 1984:115).

Para a complementação destas linhas de atuação este Programa buscava, também, a constituição de infra-estrutura, como a construção de estradas vicinais, a eletrificação rural, a construção de armazéns e serviços de educação e saúde.

---

<sup>49</sup> Sobre isto ver nota 1, citada por Bursztyn (1984:110).

<sup>50</sup> De acordo com Bartra (1978:102), citado por Bursztyn (1984:111), "ao mesmo tempo em que estas regiões atrasadas servem de apoio para a reprodução ampliada do capital, elas também representam, e cada vez mais, um obstáculo".

Desta forma, segundo Bursztyn (1984:115), o "Estado assume o papel de locomotiva da transformação acelerada da sociedade local", onde incorporou setores arcaicos à economia de mercado<sup>51</sup>.

Como a criação de pólo

" não oferece emprego na mesma proporção em que atrai trabalhadores, o resultado é um aumento desmedido do contingente de "lupem" e de favelas nos centros urbanos, repetindo-se em escala miniaturizada o mesmo fenômeno que se verifica nas grandes metrópoles" (Bursztyn, 1984:118)<sup>52</sup>.

Refletindo o caráter conflitante da sociedade e do Estado e o caráter concentrador do modo de produção capitalista de produção, o Polonordeste, mesmo mostrando explicitamente valorizar os pequenos produtores, possibilitou através da constituição de infra-estrutura, que os grandes proprietários fossem os reais beneficiários do Programa<sup>53</sup>.

Para Bursztyn (1984:118), esse caráter contraditório reflete o caráter das instituições que deveriam implementar as ações. A EMATER, por exemplo, encarregada da política de promoção da agricultura de baixa renda, executa, ao mesmo tempo, os programas de "bovinização" ou o Proálcool, que favoreceram os grandes produtores. Daí, conclui ele, que

"Se o Polonordeste visa fixar o homem à terra, outros programas levados a prática pela EMATER- e que frequentemente se superpõem espacialmente-valorizam culturas geradoras de desemprego rural" (Bursztyn, 1984:118).

Segundo Sampaio et al (1980:403), citados por Bursztyn, (1984:118), este destaque à infra-estrutura é reforçado pela

---

<sup>51</sup> Para Bursztyn (1984:116), foi "exatamente por esta razão que o capital financeiro internacional se aliou ao Programa". Para ele, os 80% a 90% da população do Nordeste rural (pequenos produtores de baixa renda), "constituíam um dos maiores reservatórios de mercado do mundo capitalista que ainda continuavam intactos", isto é, mercado potencial. No entanto, os resultados do Polonordeste mostram que a maioria deles continuam a margem do consumo.

<sup>52</sup> Para Bursztyn (1984:117), ao invés da criação de um oásis, com a constituição de Polos, acabaram tomando-se verdadeiras miragens para os pequenos produtores.

<sup>53</sup> Segundo Chalout (1980:12), citado por Bursztyn (1984:119), "ao mesmo tempo que a pequena produção era o alvo oficial - e o aspecto mais explorado politicamente - do Programa, 33% dos recursos tinham sido destinados à construção de estradas e para a eletrificação". O Polonoroeste teve 52% de seus recursos aplicados na BR-364.

participação do BIRD no financiamento no Programa. Para ele, com a longa tradição do BIRD no financiamento de projetos de infra-estrutura econômica, este banco acaba justificando ou mesmo pressionando a inclusão destes subprojetos nos Programas<sup>54</sup>.

A seguir apresentamos uma série de contradições observadas por Chaloult (1980:22-37), citadas por Bursztyn (1984:119): a) ao mesmo tempo que o Programa visa formalmente facilitar o acesso à terra a sua implantação torna estes objetivos ainda mais difíceis de serem atingidos, pois as infra-estruturas valorizam as terras, tornando a sua aquisição mais cara, o que expulsa o público meta para os centros urbanos; b) devido ao montante de produção e a não transformação das estruturas de comercialização tradicional, são os grandes proprietários e comerciantes que se beneficiam das melhorias nas estradas; c) mesmo que o crédito subsidiado favorecesse efetivamente os trabalhadores sem terra, a resultante seria uma maior demanda por terras, o que garantiria a sobrevivência da estrutura tradicional do latifúndio com a elevação da renda da terra; d) quanto à criação de emprego, a modernização é geradora de desemprego, enquanto a elevação da renda real (principalmente dos produtores médios e grandes) não se justifica em relação ao montante de recursos investidos pelo Estado.

## **5.2 -O PROJETO NORDESTE**

Com o término do Polonordeste, tivemos o início, em 1985, do Projeto Nordeste, durante a "nova república", fase de transição do

---

<sup>54</sup> Esta priorização das obras de infra-estrutura nestes programas, se explica pelo fato destas regiões, em processo de penetração do capital, não disporem desta infra-estrutura, que fora implantada na década de 60 e 70 nas regiões centrais (Centro-Sul), durante o processo global de modernização industrial e agrícola (sobre a modernização retardatária ver Xavier, 1990).

regime militar, mais uma vez visando diminuir as disparidades regionais e sociais no Brasil. Tinha objetivo de beneficiar o pequeno produtor rural, pela elevação da qualidade de vida, visando atender dois milhões de famílias de pequenos produtores rurais, num espaço de 15 anos.

Este Projeto constaria de seis programas, sendo o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor-PAPP, o mais importante.

Carvalho (1986), citado por Chaloult (1988:2), expõe as principais inovações deste projeto: a) a definição de um projeto geral centrado na erradicação da pobreza absoluta na região; b) uma inversão na ordem das linhas de intervenção modernizadora, isto é, a política agrária (reestruturação fundiária) antecedendo as políticas agrícolas; c) abrangência em todo Nordeste rural destas intervenções estatais e não só os polos de desenvolvimento selecionados a partir de critérios econômicos (como foi o Polonordeste); d) que o público meta da ação modernizadora conservadora do programa seria essencialmente o pequeno produtor rural; e) estimular a participação, mobilização e organização dos beneficiários e as formas de propriedade alternativa: comunitária ou empresas multi-familiares.

Para Chaloult (1988:2), o Projeto Nordeste é estruturalmente contraditório, devido ao fato de ter sido elaborado durante os últimos anos do regime autoritário (criado por decreto), não contando com a participação da sociedade civil nem passando pelo congresso nacional.

O Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (PDSFN) - o componente fundiário do PAPP, considera que o grande problema para o pequeno produtor é a concentração fundiária, por

isso visa a regularização e titulação fundiária e a redistribuição de terras, para 700 000 beneficiários dando acesso à terra a 129.500 famílias. Ele, contou com um montante de U\$ 250,5 milhões, sendo que o BIRD financiou mais de 38%. Ressalta Chaloult (1988:5) que 68% dos recursos do PDSFN foram alocados para a aerofotogrametria (U\$ 91,2 milhões) e discriminação e regularização fundiária (U\$ 79,2 milhões) e somente U\$ 22,5 milhões foram destinados à redistribuição de terras, que favoreceriam diretamente os pequenos produtores, enquanto as outras intervenções beneficiaram a todas as classes de produtores.

Conclui Chaloult (1988:5) que o principal objetivo do PDSFN era a titulação, ficando em segundo lugar a desapropriação por interesse social<sup>55</sup>.

Depois de três anos de execução, Chaloult (1988:6), coloca que foi realizado o aerolevanteamento, até dezembro de 1987, de cerca de 65% da meta-programa, segundo o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD,1988); a identificação cadastral atingiu apenas 17% da meta que era de 31.500.900 ha; as ocupações de diversos tipos chegam a cerca de 115.000 famílias, quando estavam previstas 700.000. Assim, conclui Chaloult (1988:6), que "a execução do PDSFN é lenta e muito aquém do esperado".

Ao analisar o Plano Operativo Anual (POA) 1987/88, percebe Chaloult (1988:8), que da meta total de aquisições do PDSFN de 3.056.900 ha, para fins de redistribuição, até fins de 1987, somente 405.363 ha tinham sido distribuídos, ou seja, menos de 14% da meta; que do número de assentamentos previstos 129.500 famílias,

---

<sup>55</sup> Mesmo quando se tratou de ações de interesses sociais, garantiu os interesses privados. Trata-se da aquisição de terras de péssima qualidade a preços irreais, onde favoreceu aos grandes latifundiários, e dificultou a fixação dos pequenos produtores, após o assentamento. Ou seja, foi a criação de uma "imobiliária" para vender caro terras que nada valiam, com o dinheiro público.

apenas 10.742 famílias tinham sido atingidas (menos de 9%). Como as 129.500 famílias representavam muito menos de 10% dos potenciais beneficiários, pode-se concluir que este programa deu acesso a terra a menos de 1% da população que realmente necessitava .

Nos subcomponentes desenvolvimento institucional e assistência jurídica do PDSFN, avalia Chaloult (1988:8) que no tocante ao primeiro aspecto houve avanços, pois foram treinados cerca de 500 técnicos sobre a questão agrária, e quanto a assistência jurídica foram contratados 81 advogados para as Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais (FETAGs), para atuação nos sindicatos, permitindo maior integração entre o aparelho de Estado e os sindicatos. Ou seja, o Estado dá assessoria jurídica ao movimento social, recebendo em troca um controle sobre os dirigentes destas entidades .

Como as ações do componente fundiário do PDSFN não resolveram a questão principal, que é a redistribuição de terras, os pequenos produtores, especialmente os sem terra, não foram beneficiados. Esta discriminação de terras públicas e privadas (dos grandes e dos pequenos), beneficiou, segundo Chaloult (1988:9), os médios e grandes proprietários e o capital agrário como um todo.

Por outro lado, este segmento fundiário do PAPP traz em si uma grande contradição. Conforme denúncias de diversos sindicatos rurais, este processo veio reforçar e legalizar o processo de grilagem de terras antes devolutas, o que ampliou a violência no campo de forma assustadora (Chaloult,1988:10).

O fato do PDSFN dar prioridade a titulação e não a redistribuição de terra, segundo Chaloult (1988:10), resulta de que este programa foi criado durante o regime militar, momento em que não se

admitia a possibilidade de qualquer tipo de reforma agrária, para não esvaziar o poder dos latifundiários. Estes grupos reacionários passaram a ter dentro do Estado um papel cada vez maior.

Segundo Chaloult (1988:12),

"em termos podemos afirmar que o PAPP como um todo padece de sérias dificuldades (SUDENE, 1987a) e (CEPA/RN,1987) e de várias contradições a diversos níveis que enumeraremos a seguir: a) a perda parcial de coerência em relação à concepção original porque a metodologia participativa do PAPP permaneceu, em boa medida, um discurso teórico bonito ou tornou-se um instrumento do clientelismo político, havendo todavia uma pequena abertura para uma maior participação da sociedade civil através da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR)... ; b) perda parcial de identidade do programa em muitas administrações estaduais, dado a sua transformação em mera fonte de financiamento de diversos outros programas e sua função de fornecedor de recursos para a manutenção de órgãos estaduais; c) esquecimento progressivo de que o pequeno produtor é muito diferenciado e, conseqüentemente, não pode ser realizado a partir de uma visão funcionalista, sendo visto como homogêneo; d) existência de diversas instâncias de decisão que dificultam a execução e representam conflitos potenciais na operacionalização do PAPP, devido a multiplicidade de órgãos e informações desencontradas e contraditórias e a pulverização de segmentos e ações sem integração entre eles; e) dependência excessiva dos estados frente as orientações da Sudene, dos órgãos federais e sobretudo do BIRD; f) forte ingerência política estadual e local no preenchimento dos cargos; g) mudanças bruscas na estrutura institucional, devido as mudanças políticas...<sup>56</sup>.

O PAPP contém diversas políticas agrárias: recursos hídricos, acesso à tecnologia via pesquisa adaptada e assistência técnica, acesso ao capital via crédito de custeio e investimento, acesso aos mercados, via comercialização e abastecimento e, finalmente, a organização e desenvolvimento comunitário.

No tocante a recursos hídricos, o Projeto Nordeste, além do PAPP, criou um programa de irrigação, prevendo a irrigação de um milhão de ha no polígono das secas do Nordeste. Da área reservada ao PAPP, para irrigação de 43.350 ha, menos de 10% foi atingida (Chaloult,1988:15). Este componente comporta também ações de abastecimento e piscicultura.

---

<sup>56</sup> Além desses problemas, Chaloult (1988:14), acrescenta outros: a) a falta de integração entre o PDSFN/PAPP e PNRA; b) um planejamento desligado da conjuntura nacional e estadual, fruto da ação de grupos políticos em detrimento dos beneficiários; c) a apresentação dos programas como obras dos governos locais; d) falta de continuidade nas ações realizadas; e) irregularidades e os atrasos na liberação dos recursos dos POAs.

O componente acesso a tecnologia via pesquisa adaptada e assistência técnica, apesar de ter sido implantado mais de 600 ensaios experimentais e produzidas mais de 1,5 milhão de mudas de vários tipos, a pesquisa focaliza demais tecnologias altamente demandantes de capital, ficando descompromissada com a diminuição dos riscos da atividade agropecuária, "não atendendo as reais necessidades do sertanejo" (Sudene,1987(a) citado por Chaloult (1988:18).

Sobre o componente **assistência técnica** e extensão rural, que tem importância decisiva para o sucesso do programa, embora os dados quantitativos sejam expressivos, Chaloult (1988:19) aponta alguns problemas, como a inadequação dos conteúdos da extensão em relação às características da pequena produção; inadequação dos métodos e técnicas de difusão dos extensionistas; baixa eficiência e um elevado custo na prestação de serviços.

O componente crédito rural, que foi o principal fator que viabilizou a modernização conservadora da agricultura brasileira nas últimas décadas e ajudou a criar um mercado sólido para o subsetor industrial produtor de insumos, máquinas e equipamentos para o setor primário, neste programa, via crédito de investimento, acelerou a tecnificação e intensificação do processo produtivo (Chaloult,1988:20). Ele foi o último a ser implantado (a partir de novembro de 1986). Por outro lado, conforme a Sudene (1988.b), citada por Chaloult (1988:20),

"este segmento continuava altamente insatisfatório porque até novembro de 1987 as aplicações financeiras de crédito não ultrapassaram 5% de todo o montante programado no POA 87/88".

Segundo as FETAGs, este crédito não atende a um amplo setor da pequena produção nordestina, constituído por parceiros,

posseiros, assalariados e minifundistas, devido a exigência de garantia de financiamento impostos pelos agentes financeiros.

Por outro lado, o BIRD e FMI se opõem a qualquer política de crédito rural subsidiado, o que dificulta o acesso a crédito aos pequenos produtores<sup>57</sup>.

Quanto ao componente comercialização e abastecimento, estes ainda não introduziram mecanismos que garantissem, efetivamente, a comercialização da produção. Segundo Chaloult (1988:24/25), esta não efetivação resulta do fraco desempenho do programa de Financiamento à Comercialização da Produção Agrícola (FINACOM), a espinha dorsal do componente, mesmo já tendo, ele, liberado mais de 25 milhões de cruzados em 1986 e mais de 186 milhões em 1987<sup>58</sup>. Entretanto, o subcomponente Serviço de Informações de Mercado (SIMA) apresenta índices altamente satisfatórios (Chaloult, 1988:24/25).

A última política do PAPP é o Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR), tem suas ações baseadas no Fundo de Apoio Comunitário (FAC), e possui três linhas de ação: a) mobilização e organização do produtor; b) apoio a empreendimentos geradores de emprego; c) implantação de equipamentos públicos e comunitários.

Este componente é de fundamental importância para o bom funcionamento dos demais componentes do PAPP. Entretanto, como já foi colocado, existe uma desarticulação entre as ações do APCR e os demais componentes do PAPP<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> A este obstáculo juntam-se a correção monetária e a incerteza do produtor quanto a comercialização, num momento em que este pequeno produtor é cada vez mais dependente do mercado, a medida que é orientado para comprar insumos industriais.

<sup>58</sup> A compra antecipada da produção é a via de crédito para os que não têm acesso ao crédito bancário.

<sup>59</sup> Para Chaloult (1988:26), existe o perigo de alguns sindicatos ao se envolverem, principalmente, no andamento e avaliação do APCR, "fiquem atrelados ao Estado ou mesmo tutelados, sendo utilizados para referendar o programa". Por outro lado, os agentes comunitários pertencem a quadros dos aparelhos de Estado. Considerando que as principais decisões continuam nas mãos do Estado e

Os recursos do PAPP são oriundos do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e de recursos externos, quase exclusivamente do BIRD.

Quanto ao montante, segundo Carvalho (1987:208), citado por Chaloult (1988:30),

"os recursos anuais destinados ao Projeto Nordeste representam uma soma 7,6 vezes superior ao total dos gastos anuais com os programas que antecederam ao Projeto Nordeste: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Arida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o antigo Programa de Irrigação, o Programa de Apoio às Populações Pobres das zonas canavieiras (PROCANOR) e o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (PROHIDRO)"<sup>60</sup>.

Sobre as debilidades das administrações locais, recorda Chaloult (1988:31) que, em novembro de 1986, o Estado da Paraíba, após várias prorrogações, devolveu U\$ 8 milhões ao BIRD, referente a recursos do Projeto Nordeste, por falta de aplicação.

Além do Projeto Nordeste, os aparelhos de Estado no Nordeste lançaram, também, o Programa de Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste (Programa São Vicente) e o Projeto Padre Cícero. Segundo Chaloult (1988:32), o Programa São Vicente "tenta superar as formas individuais e tradicionais de financiamento que não permitem aos pequenos produtores terem acesso aos serviços agrícolas governamentais". Este Programa teve um desembolso de 851,8 milhões de cruzados (valores não corrigidos), segundo a Sudene (1986 b), representando cerca de 5% dos custos do PAPP no mesmo período.

---

do capital internacional, via BIRD, este componente abre caminho para uma intervenção ainda maior destes aparelhos de Estado sobre os beneficiários.

<sup>60</sup> Não dispomos de valores precisos pela dificuldade de apreciação, pois grande parte destes recursos estão embutidos em custos normais do funcionamento das instituições envolvidas no Programa.

Para Chaloult (1988:32) o Programa Padre Cícero vai até as bases para captar os anseios das comunidades com a participação e organização dos pequenos produtores, fazendo chegar os recursos financeiros às comunidades, gastando tanto quanto o PAPP gasta com os salários dos tecnocratas. De certa forma, ele é a reprodução dos componentes do PAPP e APCR, porém sem resolver o principal problema, que é o acesso à terra.

O Projeto Padre Cícero, a segunda política, criado em 1988, visa implantar no semi-árido nordestino, em pequenas propriedades e comunidades rurais, infra-estrutura hídrica permanente com o uso de tecnologia simples e de baixo custo, para implementar infra-estrutura social e produtiva (Minter,1988c:6, citado por Chaloult, 1988:33).

A maior parte dos recursos deste Projeto provêm das mesmas fontes do PAPP, não trazendo benefício novos para os pequenos produtores. Pelo contrário, contribui para pulverizar a intervenção Estatal, desqualificando frontalmente um dos maiores motivos para a criação do Projeto Nordeste, que era a unificação das políticas do Estado durante a "nova república", evitando a pulverização de recursos financeiros e humanos que eram totalmente desarticulados durante o regime militar<sup>61</sup>.

Finalizando sobre este ponto, Chaloult (1988:35), afirma que o PAPP, o Programa São Vicente e Projeto Padre Cícero "reforçam, com o aval e apoio dos aparelhos do Estado, o próprio continuísmo em tendências à concentração/centralização do capital, reproduzindo as

---

<sup>61</sup> Muitas ações deste Projeto são iguais àquelas executadas por sub-componente do PAPP e pelo Programa de irrigação do Projeto Nordeste. Tal pulverização poderá ser observada, também, quando da implantação do Prodeagro, em Mato grosso, tendo em vista a execução, ao mesmo tempo de outros programas, o que veremos a seguir.

relações sociais vigentes". Entretanto, estes programas, continua ele, revelam uma das contradições da "nova república":

"políticas de legitimação se transformam como se poderia se prever analisando a própria composição da antiga aliança democrática em política de acumulação para o capital agrário, comercial e financeiro"

Tendo em vista as alianças de classes no interior do Estado e no próprio bloco de poder, conclui Chaloult (1988:35),

"que o capital é o lado mais privilegiado e é o mais interessado e beneficiado pelas políticas modernizadoras, via novo padrão tecnológico, e pelas diversas intervenções no setor primário"

Para Chaloult (1988:36), a contrapartida de um Estado que continua autoritário sem muita participação do poder legislativo, a não ser via conciliação de elites, é a parcial alienação sócio-política dos trabalhadores e a sua reduzida soberania. Onde a opção das classes dominantes por um caminho modernizante conservador, sem abandonar totalmente o "entulho autoritário", **é a condição de viabilização no campo e na cidade da acumulação capitalista e da reprodução das relações sociais atuais.**

Quando se refere a alternativas para a transformação da estrutura social no Nordeste, Chaloult (1988:36), coloca a necessidade de uma reforma agrária massiva e participativa e sem a presença do fundo monetário internacional - FMI, o que levaria a universalização dos direitos de cidadania, fruto da democratização da sociedade e do poder ou pela mobilização e articulação dos trabalhadores rurais de todo o país.

Destas proposições de Chaloult, concluimos que só poderiam ocorrer com a superação desta forma de Estado, hoje vigente ou seja fora dos limites do capitalismo. Na direção da superação não bastaria somente a articulação de todos os trabalhadores rurais, mas a constituição de uma aliança operário-camponesa.

Por tratar-se de uma luta anti-imperialista, e como tal, esta mobilização não pode se prender ao território brasileiro, nem apenas aos trabalhadores do setor produtivo, e dos excluídos (desempregados, sem terra, etc), mais de todos os trabalhadores de todos os países, isto é, a reconstrução de uma Internacional operário-camponesa.

Esta preocupação se justifica em função de que o conflito interno não resulta somente dos interesses de classes dentro dos marcos geográficos, mais sim dentro do marco da transnacionalização do capital e por sua vez do Estado, que agrega na luta social maiores obstáculos. O melhor exemplo disto, podemos observar no Golpe militar de 1964 no Brasil e nos demais países da América latina<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> De acordo com a descrição de Langguth (1979), não só a articulação do Golpe como a montagem do aparelho repressivo estiveram a cargos de assessores militares (técnicos em tortura), embaixador (Lincon Gordon), CIA - Serviço de inteligência americano (estratégia política e apoio militar), apoiados por empresas nacionais e multinacionais. Isto é, o Estado burguês é mais amplo do que os Estados nacionais.

### 5.3- O POLONOROESTE

O Polonoroeste, foi criado através do decreto N° 86 029 de 27.05.81, para dar resposta às desigualdades regionais e sociais resultante do processo de modernização agrícola, iniciados na década de 70 e prolongado de forma precária pelo Polonordeste, Prohidro, Proin, etc. Ou melhor, o Polonoroeste visava absorver o contingente populacional expulso dos estados do Sul (onde a modernização foi intensa), e do Nordeste (onde esta modernização agrícola ocorreu já na sua fase retardatária).

Este programa tinha como objetivos principais:

"I- Concorrer para uma maior integração nacional, pavimentando a BR-364, no trecho Cuiabá- Porto Velho; II-Promover a adequada ocupação da região programa, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões; III- Lograr o aumento significativo da produção da região e na renda de sua população; IV- Favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a nível intra-regionais; V- Assegurar o crescimento da população em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e da proteção às comunidades indígenas" (Cartilha Planafloro, 1990:5/6).

De acordo com o governo de Rondônia,

"no período de 1982 à 85, o POLONOROESTE teve um desempenho satisfatório no tocante aos projetos de investimentos e obras, tais como a pavimentação da BR-364, a construção de 23 núcleos urbanos destinados ao apoio às comunidades rurais, as construções de escolas, postos de saúde, hospitais, estradas vicinais, escritórios de órgãos públicos, etc, trazendo significativo apoio e dotando de infra-estrutura à produção, interiorizando e descentralizando serviços. Porém, nos aspectos do desenvolvimento harmônico social e ecológico, as ações, tanto do governo federal quanto estadual, estes recentemente instalados em 1982, não corresponderam às expectativas e não atingiram os objetivos propostos no programa" (Cartilha Planafloro, 1990:6).

A reformulação no Polonoroeste ocorrida a partir de 1985, procurava desenvolver ações visando a correção dos rumos das atividades econômicas para amenizar o problema ecológico. Daí resultou a formalização da primeira aproximação do zoneamento sócio-econômico-ecológico, visando disciplinar e racionalizar o

processo de ocupação e desenvolvimento de Rondônia, definindo critérios de investimentos públicos e privados.

De acordo com o Governo, o Estado de Rondônia experimentou, nestas últimas décadas, intenso processo de ocupação territorial, com um crescimento demográfico bruto médio de 14,83%, fruto basicamente de migrações provenientes de todas regiões do país. Neste período instalaram-se em Rondônia cerca de 100 mil famílias, oriundas das camadas rurais de baixa renda dos estados do Sul e do Nordeste, que ocuparam 4,0 dos 6,0 milhões de ha, que atualmente formam o patrimônio fundiário privado.

Enquanto que esse processo de ocupação permite, nos Estados de origem dos migrantes, estimulado pelos governos anteriores, a reestruturação e neutralização de fontes vivas de pressão social, em Rondônia desencadeou um desigual confronto homem-natureza, que levou este Estado a perder pelo menos 21% da sua cobertura florestal original (5 milhões de ha aproximadamente), sendo que foram abandonados, após curto período de tempo, cerca de 3,2 milhões de ha, na forma de capoeira. Ou seja, 63% da área desmatada foi abandonada.

Em outras palavras, os estados de Mato Grosso e Rondônia servem como regularizador dos problemas nacionais resultante do processo de industrialização e modernização agrícola, do qual estiveram a margem anteriormente. A proposta de modernização desta região se justifica pela possibilidade deste fato reduzir ou amenizar os conflitos nas regiões modernizadas. Por outro lado, quanto a população já assentada, esta não tem assegurada sua sustentação, a médio prazo, o que traz a expectativa de que se processe como acelerador de migração nos próximos anos (rural-

urbano), no âmbito de Rondônia, ou rural-rural no âmbito amazônico, com a concentração fundiária, e o avanço, em grande escala, da pecuária no Estado (Cartilha- Planaflores, 1990:5).

Quanto a outros aspectos sobre as conseqüências do POLONOROESTE, o primeiro a ser colocado é que 52% dos recursos deste Programa foi destinado ao asfaltamento da BR 364-Cuiabá-Porto Velho.

Sobre isso, Raimundo Noronha<sup>63</sup>, durante entrevista ao jornal Folha de São Paulo, ao comentar sobre a construção de rodovia que ligaria o Brasil ao Pacífico, afirmou que "vamos fazer esta estrada para a população e não para empreiteiros, caminhoneiros e madeiros". De acordo com o jornal, o governo federal admite que a BR-364 -espelho negativo da estrada para o pacífico- "é um dos maiores erros cometidos no manejo de ecossistemas tropicais".

Segundo Noronha, "o governo aprendeu a dura lição e não deseja ser responsável pela reedição". Ainda, segundo Ele, o governo Collor está disposto, inclusive, "a quebrar o modelo de expansão que só favorece as elites". A orientação do governo, afirma Noronha, contrapõe-se aos últimos anos de colonização:

"A urgência, o oportunismo, a impunidade, a improvisação e a especulação transformaram a BR 364 na via de circulação da miséria de milhares de colonos que chegaram ao norte com as bagagens cheias de esperança e ilusão". (FSP,1990:A18).

Já de acordo com a avaliação da coordenação do Programa,

"o Polonoroeste, ou as suas diferentes fases, enquanto formulação ou discurso, tem como público meta os segmentos mais vulneráveis ao inexorável avanço do capital - e que no caso do presente relatório, que abrangeos componentes agrícolas do PDRI, seriam os pequenos produtores rurais. Para o Estado de Rondônia, com uma economia **débil**, alicerçada em agricultura redominantemente de pequena produção familiar, isto pode significar o seu desenvolvimento e consolidação ou no caso de desvio e disvirtuamento dos objetivos, a inviabilização desta sua base de

---

<sup>63</sup> Secretário adjunto de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

sustentação, com a conseqüente estagnação do próprio Estado..." (Relatório de monitoria, 1988).

Monteiro (1990:47), ao analisar documentos, deste Programa, faz a seguinte avaliação parcial:

"a) em nenhum momento a organização dos produtores foi considerada um dos eixos centrais da interveniência estatal para viabilizar o desenvolvimento rural...; b) os autores do projeto, os avaliadores da FIPE e os executores do mesmo possuíam enfoques diferenciados e/ou, simplista da dinâmica do desenvolvimento. O enfoque dos autores e executores parecia acreditar piamente na viabilidade da pequena produção a partir dos "modelos desenhados" e da garantia da infra-estrutura de acesso (rodovias e vicinais); c) a prioridade passou a ser as grandes inversões e o homem, ficou com um elemento secundário, onde a sua participação foi insignificante ou frustrada".

Quanto ao montante de recursos investidos no Programa, as estimativas, segundo sua coordenação, totalizam 1.548 milhões de dólares, sendo os recursos provenientes do BIRD e PIN -Programa de Integração Nacional, divididos em partes iguais. No tocante aos recursos do BIRD, tivemos a destinação a fundo perdido aos Estados envolvidos, e a dívida com o BIRD a cargo da União.

#### **5.4- O PLANAFLORO**

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia -PLANAFLORO, que segundo o governo de Rondônia,

"materializa o processo, ora em curso, de afirmação de uma concepção de manejo de recursos naturais para as condições amazônicas"... (que procura, JM) "reunir e harmonizar e aplicar conceitos produzidos pelas experiências nacional e internacional em termos de trópico úmido, relativos as seguintes aspirações: difundir, a longo prazo, a manutenção dos recursos da flora e fauna amazônica; adotar uma visão de longo prazo, coerente com a diversidade biológica do meio ambiente, para experimentar e difundir novos modelos de exploração agropecuária e florestal, auto-sustentável, consistente com as potencialidades dos recursos naturais e economicamente viáveis; e adequar o sistema produtivo a uma política de conservação ambiental pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais, conservando o ambiente produtivo, preservando e protegendo os ecossistemas frágeis (...) com vistas a obter a melhoria da qualidade de vida da população" (Cartilha Planaflo, 1990:7).

O Planaflorem tem como ferramenta básica o zoneamento e a planificação a nível zonal, o qual define a política de ordenamento ambiental para a ocupação racional das terras de Rondônia.

"Em termos de conservação e proteção ambiental o PLANAFLORE, busca promover manutenção do equilíbrio ecológico no Estado, assegurando a estabilidade das unidades de conservação e preservação existentes e priorizando a criação, implantação e desenvolvimento com a proteção, de 12 unidades de âmbito estadual (parques estaduais, reservas biológicas, estações ecológicas e Hortos)..." (carta consulta, 1990:1).

Segundo a Carta Consulta (1990:1) elaborada pelo governo do Estado,

"o Plano retrata uma idéia de planejamento rural integrado com uma característica singular, porquanto prioriza o manejo de recursos naturais como forma de garantir a sustentação social e econômica da população rondoniense, respeitando o equilíbrio natural do meio, através da conservação e preservação ambiental".

O discurso: "a proposta do Planaflorem, desenvolvida pelo Governo de Rondônia, pretende mudar o destino dos brasileiros que trabalham no Estado..." (C,C, 1990:1).

O custo de implantação do PLANAFLORE, está orçado em US\$ 229 milhões e as fontes de financiamentos estão assim constituídas: 72% de recursos externos oriundos do BIRD<sup>64</sup>, 14% do Governo do Estado e 14% do Governo Federal (estes dados podem ter sido alterados quando da aprovação do Programa).

Entretanto, como estes recursos externos são captados pelo governo federal e depois repassados a fundo perdido para o governo de Rondônia, 86% deles caberá ao governo federal<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> De acordo com o jornal Folha de São Paulo, de 15/10/91, o BIRD aprovou projetos ligados à preservação do meio ambiente no valor de US\$ 1,6 bilhão para o período fiscal 1991- de julho de 1990 a junho de 1991, para vários países. Em relação ao ano anterior, que teve um valor de 404 milhões, o crescimento foi de 296%, que corresponderam a 13 novos projetos. Informa, ainda, o jornal que os projetos anteriores, citando a BR-364, causaram danos ao Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, o BIRD lançou o Fundo Geral para o meio ambiente, que deverá ter um montante de recursos de US\$ 1,5 bilhão. Assim, mais uma vez, o BIRD encontra justificativa para alocação de recursos, o que aumenta sua intervenção no continente.

<sup>65</sup> De acordo com o Profº Adriano Reis-PIMES, esta tarefa de preservação ambiental não necessita de dólares, pois as ações a serem implementadas neste sentido seriam realizadas em moeda nacional corrente.

Para o governo federal este projeto possibilitará a captação de recursos externos, que ficarão no Banco Central, para amenizar os desequilíbrios do setor externo. Em outras palavras, servirão para pagamento da dívida externa junto ao próprio BIRD ou para importação de componentes industriais para outros projetos (como deixou a entender o professor Adriano Reis durante entrevista dada ao autor).

Como mostramos no capítulo 4, a dívida com estes organismos multilaterais chega a quase 1/3 do total da dívida externa e o crescimento destes empréstimos multilaterais ocorreu com o estrangulamento dos empréstimos bilaterais.

#### **5.5- O PRODEAGRO**

Daremos início a este ponto resgatando a capacidade de investimento do Estado de Mato grosso. Segundo o governo deste Estado, ele,

"convive com uma escassez de recursos, que passa a ser um determinante na viabilização de programas e de projetos. Para redirecionar a melhoria da qualidade de vida de sua população, o Estado tem reordenado suas ações, compatibilizando os seus investimentos com as prioridades, abrangendo assim s instituições públicas e privadas" (Prodeagro, 1989:2).

Após a colocação das dificuldades deste Estado, vem a "nova preocupação", que será o dispositivo utilizado para obtenção de financiamentos :

"o governo pretende implantar um modelo de desenvolvimento econômico-social, que evite o desastre ecológico que observou-se em Mato Grosso, como o grande percentual de desmatamento de suas florestas, sem que uma agricultura técnica e economicamente viável tenha sido implantada" (Prodeagro, 1989:2).

Neste contexto surge o Projeto de Desenvolvimento Agro ambiental de Mato grosso- PRODEAGRO, representado pelas ações de

preservação ambiental, zoneamento agroecológico, ação fundiária, ações de apoio à pequena produção e ações de desenvolvimento social (Prodeagro,1989:2). Este Programa está orçado em U\$ 240 milhões.

No entender do governo, as ações do Prodeagro compreende uma política que "garante uma compatibilidade viável entre a promoção do desenvolvimento econômico-social e a harmonia dos sistemas ecológicos produtivos", sendo, no entanto, pelo seu alto custo, imprescindível o apoio do governo federal e de instituições internacionais (Prodeagro,1989:2).

As características sócio-econômicas do Estado de Mato Grosso são marcadas pelo fato da população neste Estado ter crescido vertiginosamente a partir de 1960 com a intensificação das migrações estimuladas pelos programas de colonização pública e privada. Estes projetos de assentamento visavam transferir pequenos produtores do Sul do país para as áreas ainda inexplorada do Estado.

Se em 1970 a densidade demográfica era de 0,7 hab/km<sup>2</sup>, a estimativa para 1989 era de 2,3 hab/km<sup>2</sup>.

Na estrutura fundiária, segundo o IBGE-1985, observa-se que

"61% dos 78.370 estabelecimentos rurais eram de proprietários que concentravam grande parte da área (93%). Os posseiros são também, bastante expressivos, ocupando cerca de 18% dos estabelecimentos e 3% da área, seguindo-se os arrendatários que representavam aproximadamente 14% dos estabelecimentos e 2% da área" (Prodeagro, 1989:5).

No tocante a taxa de ocupação dos estabelecimentos agrícolas

"passou de 39,2% em 1980 para 43,1% em 1985, significando que mais de 50% das terras permaneciam sem ocupação até este ano. Em 1985, dos 34,6 milhões de ha, ou seja, 48% eram ocupados por lavouras (permanente e temporária) e pastagens" (Prodeagro,1989:5).

A produção de grãos (soja, arroz, milho e feijão) é significativa, sendo que em 1988 registrou-se uma produção de 4,8 milhões de toneladas, com um incremento de 132% nas últimas quatro safras. A pecuária bovina, estimada em 7,4 milhões de cabeças em 1987, é explorada de forma extensiva e com baixa produtividade. A agropecuária tem sido o setor de maior agregação da população economicamente ativa, com cerca de 43,3% em 1980, seguida do comércio, transporte e comunicação e outros serviços com 39,7% e da indústria de transformação com 16,9% (Prodeagro, 1989:5/6).

Este quadro é resultante da implementação de programas de desenvolvimento nas últimas décadas<sup>66</sup>.

O Prodeagro abrangerá 64 municípios, com superfície total de 477 126 km<sup>2</sup>, representando 54,2% do Estado, dividido em 3 áreas programas: AP sudoeste (14,8%; AP sudeste (13%) e AP norte (26,4%), da superfície estadual.

A população da área programa global em 1980 era de 674.397 hab, segundo o IBGE, sendo que cerca de 53% localizavam-se na área rural. Desta população total, neste período, 44% estavam na AP sudeste, 40,2% na AP sudoeste, e 15,8% na Ap norte (Prodeagro, 1989:9). De acordo com estimativas para 1989, a população desta área programa chegaria a 1.186.600 hab, ou seja, um crescimento de 56,8% em relação a 1980 ou cerca de 6,5% a.a.

Esta estimativa revela significativas mudanças na participação de cada área, isto é, AP sudoeste 35%, AP sudeste 38,3% e

---

<sup>66</sup> Os programas em execução: O Programa Nacional de Irrigação- PRONI, que pretende viabilizar projetos de eletrificação rural, assistência técnica, pesquisa agropecuária, fomento, e ainda a financiar projetos de irrigação no Estado; o POLAMAZÔNIA -Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Mineral da Amazônia, destinado a financiar projetos de interesse ao desenvolvimento da região; o PRODEPAN -Programa de Desenvolvimento do Pantanal, que objetiva viabilizar ações de proteção do pantanal, porém com pequena atuação, e, finalmente, o Polonoeste, que já abordamos anteriormente (Prodeagro,1989:6).

26,2% na AP norte. Assim a AP norte teria um acréscimo de 10,4% (Prodeagro, 1989:9).

As grandes extensões de terras ainda desocupadas - de exploração garimpeira, pecuária, agricultura e da extração de madeira, fazem com que a AP norte seja um grande pólo de atração populacional<sup>67</sup>.

O fato de 53,1% da população estimada para 1989 estar na zona rural, reflete a predominância do setor primário na atividade econômica. A cana-de-açúcar destaca-se como a atividade mais importante nesta área programa, ou seja, voltada para a indústria de transformação energética. A AP sudeste produz 64,9 % do total desta atividade na área programa, com 6 usinas de álcool (exatamente uma atividade nociva ao meio ambiente). A soja vem a seguir, representando cerca de 51% da produção total do Estado, sendo que a AP sudeste concentra 91% a produção da área total<sup>68</sup>.

A estrutura fundiária, na área programa, é caracterizada pelo acentuado grau de concentração da propriedade. Segundo o último censo (em 1985), os estabelecimentos de até 100 (cem) ha representam 73% do total e ocupam apenas 4% da área recenseada, sendo que os estabelecimentos acima de 1 000 ha representam apenas 6% dos estabelecimentos e apropriam-se de 80% da área total. O restante é distribuído entre posseiros, que representam 16% do total, com uma área de 3% e os arrendatários com aproximadamente 15%, porém com uma área de 2% do total (Prodeagro, 1989:11)<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Terras desocupadas não quer dizer sem proprietários. Grande parte destas terras, principalmente da região Norte, hoje, fazem parte do patrimônio de colonizadoras e grandes empresas nacionais e estrangeiras. Somente a Cotriguacú detém mais de um milhão de ha. (ver Delgado, 1985:102).

<sup>68</sup> Para mais informações sobre a produção agrícola na área do Prodeagro, ver Prodeagro (1989:10).

<sup>69</sup> Cerca de 84% dos produtores são originários dos Estados de São paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. E o tempo de permanência médio é 10 anos e 90% destes não possuem o primeiro grau completo (Prodeagro, 1989:13).

A infra-estrutura física e serviços sociais: rodovias, sistema elétrico, comunicação, abastecimento de água e esgoto, serviços de saúde e educação, são precários na área programa total. Entretanto, as maiores debilidades são registradas na AP Norte. Nesta região, as rodovias não têm condições de tráfego ou não existem, o sistema elétrico é isolado do sistema Sudoeste, Sul, com a energia de origem termoelétrica, a maioria dos municípios não dispõem de comunicação direta e inexistem esgotos sanitários, ou seja, são áreas de ocupação recente.

Quanto a questão indígena, o Estado possui 37 povos indígenas, com uma população de 15.000 hab, distribuídas por 44 áreas identificadas, ocupando 9,85 milhões de ha de terras, representando 11% da área total do Estado, dos quais apenas 60% estão demarcadas, existindo, ainda, vários grupos em estado de isolamento (Prodeagro,1989:17). Vale destacar que a maior parte desta população indígena encontra-se na AP Norte, onde pretende este programa construir estradas, que cortarão estas áreas facilitando a migração. Ou seja, pretende-se preservar as reservas indígenas e ao mesmo tempo criar mecanismos para facilitar a ocupação das terras<sup>70</sup>.

Os objetivos básicos (explícitos) do Prodeagro são desenvolver políticas de intervenção regional assegurando a promoção do desenvolvimento econômico e social da população matogrossense, de maneira a coibir o uso irracional dos recursos naturais, ou seja: a) instrumentalizar a política agro-silvo-pastoril no Estado, estabelecidos pelo zoneamento agro-ecológico; b) compatibilizar políticas e estratégias de desenvolvimento regional, desestimular

---

<sup>70</sup> Mesmo com a falta de infra-estrutura (obstáculos naturais) já existem ocupações destas reservas.

os desmatamentos; c) apoiar e estimular o crescimento da economia agrícola de pequenas propriedades pela oferta de crédito; d) viabilizar condições mínimas à implantação de infra-estrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento social; e) favorecer às condições de trafegabilidade permanente em trechos de estradas de interligação rural. (Prodeagro,1989:24).

Se nestes objetivos gerais existem uma certa "compatibilidade" entre o desenvolvimento e preservação, a medida que analisamos os subcomponentes passamos a perceber o que está **implícito** no Programa.

No componente **conservação e desenvolvimento**, quando das ações concretas para a sua viabilização através da criação de um fundo florestal para custear as atividades de repovoamento e recuperação de áreas desmatadas, começa a despontar o caráter positivo do Estado.

Isto é, na hora da exploração das florestas e do solo o agente privado (com os subsídios do governo) se apropria da riqueza. Mas depois da depredação do solo, da cobertura vegetal e dos rios, o Estado é chamado para intervir e reconstituir as condições de produtividade da propriedade privada, em nome da preservação ambiental<sup>71</sup>.

Assim, o capital social que já foi usado para incentivar a ação privada, que levou a depredação, agora é chamado para a reconstituição desta mesma propriedade, ou seja, a sociedade irá transferir riqueza para as mãos privadas, pois as propriedades a serem beneficiadas estão dentro do domínio privado.

---

<sup>71</sup> Para se ter uma idéia dos recursos naturais, segundo o governo do Estado, "restam, em 1988, 0,5 bilhão de m<sup>3</sup> de madeira a ser explorado, que se atribuído um valor médio de US\$ 50,00/ m<sup>3</sup> de madeira, este patrimônio representaria aproximadamente 25 trilhões de dólares, que no entanto, se persistir a exploração nos moldes e níveis praticados, este estoque se esgotaria em 25 anos (ver Prodeagro,1989:31).

No Brasil, em especial no Mato Grosso, a degradação ambiental está inteiramente relacionada com o processo de desenvolvimento, principalmente a partir de 1970. Este processo foi dinamizado exatamente pelos programas de desenvolvimento agrícola executados e em execução. Ocorrem exatamente sob os recursos públicos ou incentivados pelo Estado (Sudam).

Em síntese, coube ao Estado não só financiar a destruição, como propor a sua recuperação. Sendo que nestes dois movimentos estão garantidos os interesses privados em nome do interesse social ou garantindo a reprodução da propriedade privada.

Neste momento, a interiorização da fronteira agrícola coloca a AP Norte sob forte pressão demográfica. Esta região é a mais sensível à depredação ambiental e ocupação das terras indígenas, ou seja, a interiorização da fronteira agrícola expõe esta região a ocupação desordenada.

Evitar a depredação nestas novas regiões do país é efetivamente implementar reforma agrária nos Estados de onde esta população se deslocou, como também em Mato Grosso, nas regiões de maior infra-estrutura.

As ações fundiárias propostas pelo Prodeagro são: cadastramento, discriminação de terras, regularização fundiária e redistribuição de terras (como no Projeto Nordeste).

O cadastramento consiste no levantamento documental para identificação e quantificação da situação fundiária do Estado; a discriminação visa separar as terras devolutas de domínio privado ou público, para regularização; a redistribuição da propriedade consistirá na desapropriação por interesse social e na compra de terras (férteis ou encapoeiradas - abandonadas).

Novamente em nome da preservação ambiental e da redistribuição de terras, o Estado irá adquirir áreas abandonadas (de capoeiras), para a recuperação e em seguida assentar pequenos produtores que num momento seguinte, após sua nova valorização, será novamente concentrada nas mãos dos grandes e médios produtores. Ao mesmo tempo, teremos a reestruturação do Internat (Instituto de Terras de Mato Grosso), para execução destas ações fundiárias. Assim, os recursos do Programa possibilitarão o aparelhamento de órgãos deste Estado.

Enfim, as ações fundiárias visam

"fixar o pequeno produtor rural nas áreas de maior potencial produtivo agrícola e em terras degradadas já recuperadas, assim como contribuir na proteção da floresta amazônica não explorada e na regularização das áreas indígenas" (Prodeagro, 1989:73)<sup>72</sup>.

No tocante a extensão rural a EMATER-MT, que será a responsável pela execução, sofrerá uma reestruturação tanto na parte física, com a aquisição de 280 veículos, como técnica na mudança de orientação<sup>73</sup>.

Para atender aos pequenos produtores a EMATER-MT, dará ênfase ao associativismo buscando uma efetiva organização destes<sup>74</sup>.

O componente **microbacias hidrográficas** visa exatamente reverter as conseqüências ambientais fruto da incorporação predatória destas novas áreas, promovendo a recuperação e reestruturação de áreas localizadas em pontos estratégicos.

O componente **crédito rural** em função da sua importância para o bom andamento do conjunto dos outros componentes, é decisivo para

---

<sup>72</sup> Assim como no Projeto Nordeste, o Prodeagro visa delimitar as terras devolutas e a titulação de terras, assentamento, ou seja, ações que não constavam nem no POLONORDESTE e POLONOROESTE.

<sup>73</sup> Segundo o governo, "estas instituições geralmente estão aparelhadas para atenderem os grandes produtores e grandes empresas", o que dificulta o atendimento aos pequenos (Prodeagro, 1989:83).

<sup>74</sup> Sobre as dificuldades e possibilidades do associativismo em pequenos produtores em regiões de fronteira agrícola, ver Monteiro (1990).

a efetivação das metas propostas pelo Prodeagro. Neste sentido ganha destaque a ação do Banco do Estado de Mato Grosso-BEMAT. Para execução desta ação creditícia este banco informatizará agências localizadas em pontos estratégicos, além da aquisição de unidade móvel, ou seja, mais uma vez com o pretexto de melhor executar ações do Programa, outro aparelho de Estado será beneficiado com estes recursos<sup>75</sup>.

O Prodeagro cria o crédito alternativo, que se diferencia das demais modalidades já executadas, por buscar a equivalência entre o produto e capital financiado, que segundo o governo, protege o produtor ao evitar a defasagem entre o custo de produção e o preço de mercado (Prodeagro, 1989:113).

Os subcomponentes do crédito alternativo são: Propequeno e o Proconservação (ver Prodeagro, 1989:114/115).

O componente **comercialização**, que esteve ausente durante o Polonoroeste, foi incluído neste Programa, prevendo as seguintes ações: a) Pequenas estruturas de armazenagem e secagem à nível da propriedade (tulhas e pequenos silos); b) Unidade de Armazenagem, Processamento e Transformação -UAPT, com a construção de 50 unidades que funcionariam como pequenas agroindústrias para beneficiamento e empacotamento de arroz, café, algodão, esmagamento de grãos, fabricação de farinha, fubá, doces, etc, que seriam financiadas pelas Ações de Apoio ao Pequeno Produtor (AAPP)<sup>76</sup>; c) Unidades de armazenagem estratégica: construção de 5 unidades de estruturas de maior porte e complexidade para centralizar a armazenagem e comercialização ; d) Unidade Coordenadora de

---

<sup>75</sup> Grande parte dos recursos destes programas são gastos na recuperação da máquina administrativa do Estado executor destas ações.

<sup>76</sup> Este mecanismo é semelhante ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) - principal Programa do Projeto Nordeste.

Armazenagem e Comercialização -UCAC: criação da sala de vendas e do serviço de informação de preços e aquisição de um super microcomputador e 3 terminais; e) transporte: aquisição de 10 caminhões para a coleta dos produtos; f) construção e equipagem de 18 bases físicas de classificação de produtos pelo INDEA-MT -Instituto de Pesquisa Agropecuária (Prodeagro, 1989:130/133)<sup>77</sup>.

O componente estradas vicinais é o que mais explicita o caráter contraditório dentro do horizonte do desenvolvimento econômico e da preservação ecológica. No entanto, é deste componente que é cobrada uma participação maior junto ao BIRD quanto a recursos. Se o Polonoroeste esteve voltado para o asfaltamento da BR 364 com 52% de seus recursos, o Prodeagro visa a conservação de cerca de 68.660 km de rodovias. Nesta tarefa o Departamento de Estradas de Mato Grosso-DEMAT, será aparelhado com novas máquinas. O orçamento para este componente é de U\$ 26 milhões, sendo 50% do BIRD e o restante dividido entre o Estado de Mato Grosso e a União.

Quanto as Ações de Apoio ao Pequeno Produtor -AAPP, este componente terá o envolvimento com todos os outros que fazem parte do Prodeagro, funcionando como ativador da ação coletiva destes componentes. Segundo o governo,

"a estratégia de AAPP, pretende através da organização de pequenos produtores fortalecer e incentivar o trabalho associativo, melhorar as condições socio-econômicas e apoiar as medidas de preservação ambiental" (Prodeagro, 1989:151)<sup>78</sup>.

Vale destacar que este componente se esbarra na dificuldade de organização dos beneficiários, tanto originados das características da população (migração recente), do despreparo do corpo

---

<sup>77</sup> Ações similares ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) componente do Projeto Nordeste que substituiu o Polonoroeste que possibilitará a implantação de pequenas fábricas como casa de farinha, indústria de rapadura, de doces, etc.

<sup>78</sup> Sobre as linhas de ação deste componente ver Prodeagro (1989:151).

técnico do órgão executor, como principalmente da própria necessidade de controle social destes aparelhos de Estado.

## RESUMO E CONCLUSÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO 6

Nesta primeira parte identificamos como traços principais a internacionalização do capital, a industrialização e modernização agrícola, o endividamento, o estrangulamento e estatização da dívida externa, a ascensão dos empréstimos multilaterais e ao mesmo tempo o surgimento e expansão dos PDRI's.

Vimos que a internacionalização do capital financeiro ocorre a medida que este capital parasitário se constituiu como capital produtivo, através da intermediação estatal (superação negativa da propriedade privada); que a industrialização brasileira e nordestina é a concreção da superação realizada pelo Estado, ou seja, é o capital produtivo que o Estado superou; que o processo de endividamento externo é motivado pela possibilidade de intermediação estatal e que na própria motivação deste endividamento já estavam dadas as condições para o estrangulamento e a estatização desta dívida; que o estrangulamento da captação por empréstimos bilaterais leva a ascensão dos empréstimos multilaterais; que a política de industrialização e modernização agrícola se alteram a medida que o Estado, o agente produtivo principal, entra em crise, com a

redução dos créditos e subsídios; que os PDRI's surgem como a tentativa de continuidade da modernização, quando da crise do modelo global de modernização industrial e por último que todo este processo de desenvolvimento acelerou as desigualdades sociais e regionais, sendo que todo este processo resultou do corte brusco ocorrido no Estado como o golpe militar de 1964.

Os Estados de Mato Grosso e Rondonia, localizados na área destes programas estavam em fase de implantação ou de constituição de sua máquina administrativa. No entanto, eram estas instituições que iriam executar as ações dos programas. Estes programas visavam não somente a constituição de infra-estrutura física, como também da estruturação destas instituições.

Entretanto, não podemos considerar a fragilidade destas instituições estatais nas ações do Polonoroeste como causa única do não cumprimento dos objetivos sociais. Este conflito entre os interesses privados e sociais resulta sim da natureza deste Estado e do próprio desenvolvimento capitalista especificamente neste momento. A apropriação privada já estava garantida no momento da captação dos recursos via BIRD.

Este movimento de superação do parasitismo privado realizado pelo Estado, ou transformação de capital inativo em capital produtivo, já significa a garantia da remuneração parasitária daqueles capitais privados canalizados pelo BIRD.

A partir daí teremos primeiro a apropriação da força de trabalho envolvida na execução das obras, pelas empreiteiras, montadoras de veículos e tratores, indústrias de insumos, etc e por último a apropriação da infra-estrutura instalada via valorização fundiária.

A apropriação social destes programas ocorreria se as políticas contribuíssem de fato para a fixação do pequeno produtor no campo, com a elevação da renda e do emprego, da melhoria dos serviços sociais: saúde, educação, transporte, habitação; da desapropriação dos latifúndios e assentamento dos sem terra. Enfim de medidas que de fato levassem a uma reestruturação da sociedade e do Estado.

Todavia, a ocorrência destes fatos implicaria num desvio dos objetivos do Estado capitalista, que é o da reprodução das formas de propriedade e do poder, ou seja, a sua conservação. A tarefa de transformação deste Estado cabe aos setores subalternos, via sua organização e não de aparelhos de Estado com programas de desenvolvimento gestados sob regimes autoritários, conforme decisões de organismos internacionais responsáveis pela defesa do Estado capitalista coletivo.

Assim, fazer com que os resultados da ação estatal sejam direcionados para a maioria da população é lutar para a transformação desta sociedade e do Estado. E nesta perspectiva as barreiras enfrentadas não se encontram somente no Estado burguês transnacionalizado, mas também nos aparelhos do Estado burguês coletivo cristalizado por estes organismos multilaterais (BIRD, BID, FMI, Clube de Paris, etc)<sup>79</sup>.

Estes empréstimos multigovernamentais, além de serem a forma estatal de exportação de capitais, são principalmente mecanismos de

---

<sup>79</sup> Bursztyn (1984:111), ao abordar sobre a interferência dos Estados ricos nas ações dos países periféricos, coloca que "se no passado os empréstimos concedidos pelo capital financeiro internacional se destinavam principalmente às grandes obras de infra-estrutura (energia, transportes, etc) programadas pelos governos dos Estados-nações, atualmente esses recursos estão cada vez mais condicionados à adoção das estratégias formuladas pelas instituições, que parecem querer encarnar o papel de Estado capitalista coletivo, situado acima mesmo de cada Estado. Desta forma, as limitações representadas pelo jogo de alianças políticas a nível nacional seriam superadas pela tomada de decisões do exterior ... ou seja, o próprio capital se encarrega de resolver este impasse".

expansão destes supra estados ou do Estado burguês coletivo que buscam a reprodução da ordem internacional vigente.

Assim como a industrialização, em todos os seus momentos, a agricultura, também, ocorreu sob forte intervenção estatal, desde o ciclo da cana-de-açúcar e do café até a modernização e expansão da fronteira agrícola no final da década de 60 à década de 70. Sendo que este processo, também resulta da superação negativa da propriedade privada ou do parasitismo nos seus específicos momentos.

Entretanto, no final do período estudado, encontramos o Estado endividado de um lado, e do outro a iniciativa privada enriquecida e parasitária. Ou seja, a ausência de agentes produtivos, que impossibilita uma nova superação e a retomada do desenvolvimento. Este período analisado, portanto, desde o ciclo expansivo até a fase de regressão, teve em si uma ação decisiva do Estado.

Sendo assim, na Parte II procuraremos compreender esta Categoria. Qual a caracterização deste Estado ? Quais os grupos hegemônicos que ascenderam ao poder? Qual a ação destes grupos no planejamento governamental? Como se constituiu este Estado neste período? Como se manifestou este Estado junto aos movimentos sociais?

PARTE II : UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO

CAPÍTULO 1

Após as observações feitas na PARTE I, ficou patente a forte intervenção estatal no Brasil, seja na industrialização, na modernização agrícola, na constituição de infra-estrutura econômica, no fomento das empresas privadas e por último na implantação dos PDRI's. Este fato justifica por si só uma reflexão sobre o Estado .

Para iniciarmos esta discussão necessitamos discutir uma questão metodológica básica. Esta preocupação se justifica em função de que para os clássicos e neoclássicos o Estado sempre foi visto como algo imutável, ou seja, mudam-se os governos e as políticas, mas permanece constante o Estado capitalista - sendo a sociedade composta por firmas e famílias e o conflito entre estes dois componentes resolvidos pelo mercado.

Além disso, como coloca Sweezy (1983:189), os liberais "consideram a origem da estrutura de classe de alguma forma natural e se impõem necessariamente". A escolha deste método está ligado ao papel que estes intelectuais orgânicos à burguesia têm de reprodu-

zir esta estrutura de poder. É exatamente a categoria que condensa todas as relações sociais derivadas das relações de produção que é dada como variável exógena.

Aí reside o segredo do método neoclássico, pois retira do seu objeto de estudo toda a riqueza de movimentos opositivos inerentes à própria sociedade, como historicamente constituída, ou seja, uma concepção idealizada da sociedade. Ao retirar a possibilidade de conflitos essenciais desta sociedade legitimam a propriedade privada e a exploração da força de trabalho, dela derivada.

Segundo Sweezy (1983:189),

"os teóricos liberais vêem o Estado como uma instituição estabelecida no interesse da sociedade como um todo, com a finalidade de mediar e reconciliar os antagonismos a que a existência social dá origem"<sup>80</sup>.

A pergunta que ele faz é: como começou a existir uma determinada estrutura de classes, e quais os meios que garantem a continuidade de sua existência? Ao responder, Sweezy (1983:189), afirma que o Estado tem na sociedade uma função anterior e mais fundamental do que lhe atribuem os liberais.

Logo, não será este o nosso ponto de partida metodológico. Buscaremos compreender o Estado a partir da perspectiva marxista, porque esta tem a História como ponto de partida e a luta de classes como o seu motor.

A categoria Estado, pelo fato do Estado ser a condensação das relações sociais, historicamente determinadas, apresenta um grau de complexidade que dificulta a sua análise, tal o grau de abstração necessária para a sua compreensão. Não é esta a nossa intenção

---

<sup>80</sup> Carnoy (1987:13) ao comentar sobre os liberais a cerca do conflito na sociedade afirma que para eles "essas lutas são resolvidas por regras e regulamentos universalmente aceitos porque são imparciais e justos: os conflitos econômicos são resolvidos pelo sistema de mercado, particularmente pelo sistema de preços e salários e os conflitos sociais e políticos são resolvidos pelo sistema legal em vigor no Estado democrático. E as mudanças nesses sistemas são atingidas através do consenso democrático, o voto". Vale lembrar que o período estudado, em sua grande maioria, é marcado pela ausência do voto.

neste momento. Pelo contrário, buscaremos a concretização desta categoria, num momento historicamente determinado.

Nesta direção, num primeiro momento, procuraremos identificar os seus elementos constitutivos (propriedade privada, sociedade civil e política, estrutura e superestrutura, etc) e por último localizaremos historicamente, no caso, o Estado brasileiro no período 1970/90.

A existência do Estado precede ao seu estabelecimento especificamente capitalista, mais é este último que nos interessa, neste momento.

Como colocam os principais teóricos liberais: **Bodin, Hobbes, Rousseau, Smith, Kant e Hegel** (ver Gruppi, 1986), um dos principais papéis que o Estado assume é o da defesa da propriedade, seja qual for a forma de propriedade<sup>81</sup>.

Assim, a constituição da propriedade privada capitalista, fruto do processo de acumulação primitiva que dissociou o trabalhador dos meios de produção ou da separação das duas formas de propriedade: a dos meios de produção e a da força de trabalho, foi o fato decisivo para a constituição do Estado nos moldes capitalista. Quanto a isto, Marx (1985:830) afirma,

"que o processo que cria o sistema capitalista, consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, que transforma em capital os meios de subsistência e de produção e converte em assalariados estes produtores diretos".

Em outras palavras, a dissociação da propriedade leva ao surgimento das classes sociais que trazem em si os antagonismos

---

<sup>81</sup> Neste sentido, Smith (1983:164), afirmava que a aquisição de propriedade valiosa e extensa é que necessariamente exige o estabelecimento de um governo civil, e onde não há propriedade não o é necessário.

(interesses divergentes) que tornaram necessário a constituição do Estado capitalista<sup>82</sup>.

Para Sweezy (1983:189),

"um determinado conjunto de relações de propriedade serve para definir e demarcar a estrutura de classe da sociedade, ou seja, possuídos e possuidores".

Segundo Marx, na produção social de suas vidas,

"os homens estabelecem relações definidas que são indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção material. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se ergue uma estrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção das condições de vida material condiciona o processo geral da vida intelectual, política e social. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência" (prefácio à crítica da economia política, citado por Carnoy (1987:14)

Para Gruppi (1986:27), dizer que o Estado é uma superestrutura

"não significa afirmar que seja uma coisa acessória ou supérflua - tampouco significa separar o Estado da sociedade civil. Na verdade a sociedade civil, isto é, as relações econômicas, vivem num quadro de um Estado determinado, na medida que o Estado garante aquelas relações econômicas. Pode-se dizer que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante".

A sociedade civil entendida como o conjunto das relações econômicas e a sociedade política (o Estado) estão entrelaçadas entre si, na visão de Marx colocada por Gruppi, onde "a sociedade política, o Estado, é a expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram" (Gruppi, 1986:26).

(...) "Por conseguinte, não é o Estado que funda a sociedade, como afirmava Hegel; pelo contrário, é a sociedade civil entendida como o conjunto das relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante" (Gruppi, 1986:27).

Para ilustrar esta colocação, Gruppi (1986:27-28), diz que

---

<sup>82</sup> O Estado capitalista nasce da opositividade entre estas duas formas de propriedade, por isso nele estão condensadas e a sua ação reflete seu conteúdo.

"o Estado escravagista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações; e o Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalista, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garantindo a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista: portanto é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produções capitalistas, mas é determinado por estas".

Para Marx (1985:830), "a estrutura da sociedade capitalista nasceu da estrutura da sociedade feudal (...) a decomposição desta liberou elementos para a formação daquela". Na busca de uma concretização do Estado, neste momento falaremos do Estado capitalista.

Para Carnoy (1987:21), o Estado é a expressão política da estrutura de classes emergentes à produção:

"a burguesia, na produção capitalista, tem um controle particular da mão de obra no processo de produção, ela também estende sua relação de poder ao todo e a outras instituições sociais (...) O Estado, emergindo das relações de produção, não representa o bem comum, mas é a expressão política da classe dominante. Assim, o Estado capitalista é a resposta à necessidade de mediar o conflito de classe e manter a "ordem", uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia (...) é um aparelho repressivo da burguesia (um aparelho para legitimar o poder, para reprimir, para forçar a reprodução da estrutura de classes e das relações de classe)", (onde o aparato jurídico, a medida que traz em si as normas e valores da burguesia como regras de comportamento da sociedade como um todo, legaliza a repressão e controle, JM).

Logo, conforme Sweezy (1986:189), contra a teoria do Estado como mediador de classes, temos então a concepção da teoria do domínio de classes. Para ele, a distinção entre as duas principais concepções de Estado se resume ao fato de que:

"a primeira considera definitiva uma determinada estrutura de classes e vê no Estado uma instituição que concilia os interesses das várias classes; a segunda, por outro lado, reconhece que as classes são produto do desenvolvimento histórico e vê no Estado um instrumento nas mãos da classe dominante, para imposição e manutenção da estabilidade da própria estrutura de classes".

Sweezy (1986:189), considera domínio de classes igual a defesa da propriedade privada. Entretanto, segundo ele, "os liberais tendem a considerar o domínio de classes como algo repreensível e a proteção da propriedade como algo meritório".

Sobre a consistência da teoria burguesa de Estado, Sweezy (1986:189), coloca que o fato dos pensadores liberais "fazerem desaparecer todas as diferenças históricas, através do seu método de análise", determina a fragilidade desta teoria.

Talvez, partindo deste entendimento, Gruppi (1986:25) afirma

"não existir uma teoria burguesa de Estado mas uma justificação ideológica e por isso esta teoria burguesa está condenada a ficar numa ideologia".

Já quanto a teoria marxista de Estado, Gruppi (1986:25), coloca que ela,

"está implícita na análise das relações económicas (...) Sendo o Estado um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalista, mas que é determinado por estas".

# SOBRE O ESTADO NO BRASIL: a fase concreta de investigação.

## CAPÍTULO 2

Procuraremos, com a análise do Estado brasileiro, avançar na concretização deste Estado abstratamente tratado acima. Numa primeira etapa, veremos a gênese deste Estado no Brasil, em seguida estudaremos, rapidamente, as mudanças ocorridas nele, culminando com a sua caracterização específica a partir de 1964.

Para abordarmos sobre a origem do Estado no Brasil, temos que retornar à origem do Estado moderno na Europa, mais principalmente da expansão destes Estados com a conquista de novas terras. A razão disto é evidenciado pelo fato da origem do Estado brasileiro ou das bases para este Estado, ter ocorrido fora do seu território, por sua condição de colônia de Portugal. Logo, o surgimento do Estado no Brasil, embrionariamente, é fruto da expansão de um outro Estado

83

---

<sup>83</sup> Neste processo de expansão tivemos uma forte intervenção estatal. Para compreendermos melhor esta intervenção, temos que decifrar a sutileza colocada por Smith (1983:147), para encobrir tal fato. Para ele, os três grandes deveres do soberano eram: 1- o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; 2-administrar a justiça; 3- manutenção de obras públicas. No entanto, o primeiro e último dos deveres do soberano implicavam num montante relevante da atividade econômica naquele momento histórico. Porém, segundo Smith, as mães pátrias açambarcavam apenas com as despesas e inconvenientes inerentes a posse das colônias. Todavia, a atividade econômica principal girava em torno da produção e consumo de armas, construção de fortificações e embarcações, montagem de exércitos e empresas de exploração, contratação de navegadores e tripulantes, aquisição de provisões e montagem de uma máquina administrativa no local conquistado. Enfim, estes inconvenientes levavam a que quase tudo fosse realizado pelo soberano ou Estado. De privado mesmo, nesta fase tínhamos a pirataria (ver Gomes,1991:2).

Foi, portanto, da expansão do sistema colonial para a expropriação das nossas riquezas que derivou as bases deste Estado, e não da manifestação desta sociedade civil. A sociedade civil ou conjunto das relações econômicas no Brasil foram amplamente influenciadas pelo Estado Português durante todo o período colonial, pois era esta metrópole que regulamentava a propriedade no Brasil.

O surgimento de formas de poder no Brasil visava, basicamente, gerar mecanismos para melhor administrar os interesses dos exploradores portugueses.

Para compreendermos melhor os contornos do Estado brasileiro é necessários voltarmos para a análise das classes sociais que o compõe.

Nesta direção, identifica Ianni (1984:7),

"que a sociedade brasileira sempre foi marcada pela sua dimensão agrária (...) A industrialização e a urbanização, que se acentuaram desde 1930, modificaram largamente o mundo agrário (...) As classes agrárias e urbanas misturaram-se e influenciaram-se em muitos lugares".

Para Ianni (1984:142),

"os vários ciclos de expansão da economia brasileira são ciclos da expansão agropecuária. E dentro dessa história de século, encontramos um ciclo de industrialização; isto é, um período de industrialização acelerada"(que se realizou principalmente, nas décadas de 50 e 60 indo até meados da década de 70, JM).

Segundo Ianni (1984:143/4),

"as classes sociais se formam nas cidades com algumas conotações especiais (...) Essas classes sociais urbanas têm articulação com as classes sociais rurais; não são independentes (...) São economicamente articuladas na medida em que o nível de salário pago na indústria é, em boa parte, financiado pelo trabalhador rural, cujo o produto não é remunerado na mesma escala".

Na sua visão não se pode entender as características do Estado brasileiro sem compreender a origem da sociedade brasileira.

Para ele, "talvez a explicação da forma autoritária e oligarquica do poder Estatal, se explica por sua origem agrária" (Ianni,1984:144).

Ao abordar sobre os blocos de poder dentro deste Estado, afirma Ianni (1984:253),

"que do mesmo modo como o Estado desenvolve diretrizes e atividades, de maneira a organizar e orientar a agricultura, também a agricultura ressoa nas diretrizes e atividades do Estado (...) assim como a cidade vai ao campo, o campo vai a cidade".

Assim, de acordo com Ianni (1984:253),

"sob vários aspectos a questão agrária é um elemento importante para explicar tanto as diversas formas adquiridas pelo Estado com as principais rupturas ocorridas em sua história".

Entretanto, à questão agrária juntam-se outros elementos básicos da formação da sociedade brasileira: exército, igreja, imperialismo e intelectuais. Estes são, na sua visão os principais elos que constituem o Estado nacional. Foram esses elos que polarizaram as relações e os antagonismos de classe que fundam o movimento da sociedade brasileira (Ianni,1984:253).

Para Ianni (1984:253),

"a monarquia e a república, assim como a abolição, proclamação da república, revolução de 30, deposição de Vargas em 45, golpe de estado em 1964 e outros acontecimentos tem muito a ver com o jogo das classes sociais rurais e urbanas".

Ianni (1984:253/254) considera que

"todas as formas e rupturas explicam-se pelos blocos de poder que se compõem, rearranjam ou rompem: são produtos das conjugações de forças expressas em classes sociais dominantes e subordinadas, combinando o campo com a cidade".

Agora, e a partir do que sugere Ianni (1984:254), veremos os blocos históricos de poder constituídos ao longo da história: Primeiro, em 1822-1888, predominou um bloco agrário de base açucareira, inicialmente; e açucareira e cafeeira, depois, em

especial a partir de meados do sec XIX. Segundo, de 1888-1930, predominou um bloco agrário fortemente determinado pela cafeicultura de São Paulo. Nesta época, primeira república, constituiu-se o Estado oligárquico. Terceiro, de 1930-64, predominou um bloco de composição industrial agrária, marcado pelo Estado novo e o populismo. Essa é a época em que a estrutura econômica passa por um drástica mudança, quando a indústria instalada no país se impõe sobre a agricultura, subordinando-a à acumulação que se realiza na cidade. Quarto, desde 1964 onde passou a predominar um bloco propriamente industrial, onde pouco a pouco toda a economia e sociedade, assim como a tessitura do poder Estatal, passou a ser determinado pelo capital financeiro, que combina a indústria e banco em escala nacional e internacional.

Ao se referir a fase de transição iniciada em 1985, Chaloult (1988:11), afirma que a nova república foi esboçada por uma estratégia de conciliação, onde

"a recomposição liberal conservadora deslocou do centro do poder os grupos autoritários e levou a constituição de um novo pacto sob a hegemonia de novos mentores burgueses" (grupos nacionais que têm base na grande empresa oligopolizada e internacionalizada).

A seguir teremos a fase mais concreta do Estado, ou seja, como ele se manifesta no Brasil a partir de 1964.

## 2.1 - ESTADO TRANSNACIONALIZADO: a caracterização do período

Agora, procuraremos a caracterização do Estado no Brasil, no período 1970/90, que resulta das mudanças bruscas ocorridas dentro deste Estado após o golpe militar de 1964.

Segundo Souza (1985:15),

"o processo de transnacionalização da economia e da política submeteu os Estados nacionais na América Latina a crises profundas em relação ao conteúdo de suas funções à forma de dominação. O resultado dessas crises, que deriva, em última análise, da correlação de forças entre as classes dominantes e subordinadas, deu origem a este tipo de sistema de poder com as características".

Para Souza (1985:14/15), o perfil do sistema de poder transnacionalizado se manifesta nos seguintes pontos:

"a) O Estado é praticamente reduzido ao poder executivo, altamente centralizado, tecnificado, constituído a partir de decisões autoritárias com base nas forças armadas, organizado para atender às necessidades fundamentais da transnacionalização da economia nacional...; b) os movimentos e partidos populares devem ser submetidos à lógica da lei de segurança nacional. O inimigo, agora interno, é o povo; c) os processos eleitorais devem ser banidos, de forma a não ameaçar o núcleo central de poder no executivo; d) os parlamentares, onde de alguma forma refletem os interesses nacionais e populares, são transformados em instâncias decorativas, chamados a legitimar os atos do poder executivo, ou são fechados; e) os órgãos de formação da opinião pública são submetidos à censura estatal, e de modo geral transformados em geradores de "imagens" do que os setores dominantes pretendem que seja a realidade do país e do mundo. E como a realidade é estatal, a produção de dados sobre a realidade é um privilégio e um monopólio, de fato, do Estado (...). E o Estado sem fiscalização e controle democrático, quem nos diz o que o quanto produzimos, como pensamos e o que aspiramos. A sociedade civil passa a pensar como uma realidade reflexa do Estado ou a partir dos dados estatais, sem condições de contrapor a eles de forma global e ao mesmo nível; f) os movimentos sociais de oposição ao regime são tratados segundo os princípios da guerra (repressão) e não da política. Não há jogo político, mas guerra política; g) as instituições militares (estatais) são colocadas na direção política do Estado, por força da lógica da ordem, sem contudo serem elas as que realmente dirigem as opções e destinos do país. Como profissionais da guerra e da ordem assumem o Estado, porém no Estado transnacionalizado, caem prisioneiros da lógica de um sistema que em última instância dirige e demarca a política que militares no poder devem seguir. No poder estas lideranças militares quanto mais se aproximam do Estado transnacionalizado mais se afastam da sociedade, do povo e da nação"<sup>84</sup>.

<sup>84</sup> Para Souza (1985:7/8), "o Estado tem se transformado numa espécie de absoluto de nosso tempo. É tido como responsável pelo desenvolvimento, subdesenvolvimento, estabilidade ou crise, pela ordem e segurança, bem estar social ou pela injustiça dominação e miséria do povo, pela independência ou dependência, ditadura ou democracia (...). Neste contexto, e para os adeptos desta nova religião estatista, só adquire sentido a ação do Estado ou ao redor do Estado". Para ele, a "ideologia estatista é como um círculo de giz que aprisiona o pensamento e a ação de milhões de pessoas, imobilizados ante o absoluto do nosso tempo". Se esta visão já era dominante no golpe de 1964, a partir daí passou a uma etapa superior com a separação entre o Estado e a sociedade civil. No entanto, "esta

Para Souza (1985:16), este Estado transnacionalizado contém três "debilidades essenciais: a) a perda da soberania nacional; b) a perda de substância popular; c) a perda de sua substância democrática".

Segundo Souza (1985:17):

"a terceira debilidade sintetiza as duas anteriores e constitui a essência mesma da crise do sistema de poder. Na medida em que a sociedade civil se reorganiza em grande escala, desvincula-se e, em muitos casos, em oposição frontal ao Estado. Onde a questão da democracia passa ser o elemento unificador do movimento social, potencializador de sua ação em todos os planos, e o elemento de crise permanente do Estado".

Agora veremos algumas etapas para a consolidação do Estado transnacionalizado ou autoritário no Brasil.

Segundo o relatório Brasil Nunca Mais (BNM), o embrião do golpe militar já se manifestava anteriormente, porém com a aceleração das lutas populares que pediam por reformas, que por sua vez, barravam as iniciativas de internacionalização, detonou o golpe militar de 1964. (BNM, 1985:58)<sup>85</sup>.

Com o golpe militar toma corpo de um lado a internacionalização da economia e do outro a edificação do Estado autoritário. Para isto foi necessário alterar a estrutura jurídica, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Em outras palavras: "foi necessário montar um Estado forte, apesar de se manterem alguns disfarces de normalidade democrática" (BNM, 1985:60)<sup>86</sup>.

---

percepção de Estado corresponde a uma realidade. Entretanto, aí reside o equívoco dos que buscam a resposta somente no Estado, pois as relações de poder se condensam no Estado, mas não nascem, nem se definem no Estado, mas fora dele na sociedade". Finalizando, Souza, afirma que o "que está por trás do mito do Estado absoluto é a estratégia de deificar o Estado e ocultar a sociedade civil".

<sup>85</sup> No campo foram criadas as ligas camponesas, que atingiram em 1964, um total de 2181 participantes, espalhadas por 20 Estados (BNM, 1985:58)

<sup>86</sup> Para Souza (1985:7): "a chamada revolução de 64 se fez Estado, separou-se da sociedade civil, e começou a aprofundar o abismo entre o Estado e a realidade comum e corrente".

Quando no Ato Institucional de 9 de abril era colocado que: "a revolução vitoriosa, como poder constituinte se legitimava por si mesma", ficou evidente o caráter deste Estado. Neste Ato foram cassados 378 cidadãos, entre eles, governadores, ex-presidentes, senadores e deputados e criado o Serviço Nacional de Informação (SNI).

Com o AI 2, que acabou com todos os partidos políticos e permitiu ao executivo fechar o congresso e tornar as eleições indiretas, tivemos a criação de dois partidos políticos: um do governo e o outro da oposição, que não poderia contestar o regime (BNM, 1985:61).

Assim, a disputa pelo poder dentro do Estado passou a se dar dentro dos quartéis e a seguir referendado pelo congresso. Com a posse de Costa e Silva em 1967 e surgimento da nova constituição e nova lei de segurança nacional é colocada a **infallibilidade** do Presidente e de seus auxiliares (BNM, 1985:62).

Entretanto, ao mesmo tempo em que este Estado auto institucionaliza-se, o movimento social ganhava amplitude, crescendo o enfrentamento e as denúncias contra a repressão e tortura<sup>87</sup>. Para refrear a vitalidade da luta operária é **editado o AI 5**, que retira os disfarces da ditadura e coloca o congresso em recesso, ampliando as cassações.

Segundo o relatório Brasil Nunca Mais (BNM, 1985:62):

"o resultado de todo esse arsenal de atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase que completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicações, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina".

---

<sup>87</sup> A ligação entre os torturadores brasileiros e os assessores militares americanos ficou clara, com criação de uma tortura chamada de estátua da liberdade. Esta técnica consistia em colocar o preso político descalço sobre duas latas de sardinha abertas com um peso na mão direita. Este nome foi dado em homenagem aos treinamentos feitos no EUA nas escolas de torturas. ver Langguth (1979:177).

Em outras palavras, a sociedade civil torna-se clandestina e a sociedade política (o Estado) determinante da sociedade civil.

Com isso intensifica-se a luta armada de um lado e do outro a junta militar adota a pena de morte e o banimento, enquanto é outorgada uma constituição, ainda mais autoritária, que foi batizada de Emenda Constitucional nº 1.

A partir de 1969 tem início o Governo Médici, que marca o período mais absoluto da repressão, violência e supressão das liberdades civis, onde os "órgãos de segurança" assumiram poderes autônomos e transformaram a tortura e assassinato em rotina (BNM, 1985:63).

Enquanto isso, do outro lado, o país vivia a fase do milagre fruto da transnacionalização da economia que possibilitou, através da intermediação do Estado (endividamento) a intensificação da industrialização e a modernização agrícola.

Portanto, o período em análise (1970 a 90) tem a sua gênese sob o lema da segurança nacional e desenvolvimento ou em outras palavras, com a transnacionalização do Estado e da economia.

Neste contexto, Souza (1985:18) observa duas vertentes políticas em luta na América Latina:

"de um lado, a vertente capitalista-internacionalista, que necessita de um Estado forte, apesar de seu discurso liberal, e um regime autoritário apesar de sua retórica democrática; e do outro, a vertente democrática (popular e nacional), que busca um Estado e um regime voltados a atender às necessidades sociais das maiorias nacionais".

O Estado transnacionalizado, portanto, é aquele resultante do capitalismo monopolista (parasitário), onde a exportação de capitais, de mercadoria e a seguir a expansão do processo produtivo (via superação negativa), leva a constituição do Estado rentista

nos países centrais e de Estados devedores nos países periféricos (como colocado por Lenin no capítulo 2 da parte I).

Neste Estado transnacionalizado o traço principal é o distanciamento entre estado e classes sociais, fruto da forma autoritária que assume a medida que se constitui. Por outro lado, acompanhando este processo de transnacionalização do Estado, temos a ascensão das instituições financeiras multigovernamentais (BIRD, BID, FMI), que serão os instrumentos de administração desta transnacionalização do capital e, é claro, do mercado<sup>88</sup>.

Este processo só pode ocorrer se a luta de classes interna for atropelada pelas necessidades destas grandes corporações. Esta expansão do capital significa a expansão dos Estados centrais, que por sua vez, combina-se com a militarização da economia ocorrida nos países ricos, como forma de possibilitar a reprodução capitalista, via a entrada decisiva do Estado na economia (economia para a guerra).

Se antes estes Estados centrais em especial, os Estados Unidos, cumpriam o papel de Estado policial interno, a partir deste momento constitui-se como Estado policial do mundo.

A seguir abordaremos aspectos da ação deste Estado transnacionalizado.

---

<sup>88</sup> A mundialização do mercado resulta da expansão do capital, primeiro na forma mercadoria e depois na forma dinheiro com a transformação do capital parasitário em capital produtivo pelos Estados periféricos, e assim, expansão do processo produtivo. Com a expansão das multinacionais, os grandes monopólios necessitando uniformizar várias políticas econômica em uma só para permitir a centralização de suas decisões, passam a intervir diretamente nas questões internas destes países. Ou seja, na expansão da propriedade privada além da fronteira nacional expande, também, os aparelhos do Estado capitalista coletivo que agem em defesa desta propriedade, como no caso da A&T (empresa telefônica americana), que durante o golpe militar no Chile, foi a grande sustentadora financeira e política deste fato. Tudo isto, por que o governo Allende pretendia estatizar esta empresa.

### 3- ASPECTOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Como no Estado capitalista temos como principal objetivo a defesa dos interesses dos grupos que hegemonizam o poder, veremos, neste momento, quais os grupos que ascenderam ao poder depois do golpe militar de 1964, e que participaram das decisões e que se beneficiaram das políticas públicas que estamos tratando.

Para Cardoso (1979:69):

"o golpe militar, deslocou o setor nacional burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista, da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado, mais dinâmico e mais "moderno", da burguesia, parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional (...) A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se no contexto atual da economia mundial, que não excluiu a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas".

Segundo Chaloult (1988:3/4),

"o Estado não é neutro e, conseqüentemente, seu planejamento e as suas políticas estão relacionados à interesses específicos (...)O Estado moderno é o lugar onde se formula a articulação política entre as classes" (de um lado, representa e defende os interesses das classes dominantes, reproduzindo e reforçando as relações sociais existentes enquanto, de outro, possui uma autonomia relativa, ou seja, não é totalmente controlado por estas classes)".

Para Ianni (1986:307):

"a história da política econômica governamental brasileira desde 1930, indica que esta oscilou entre duas tendências principais. A primeira, que pode ser denominada de estratégia de desenvolvimento nacionalista, predominou nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64. Ela continha como pressuposto implícito e explícito o projeto de um capitalismo nacional, como uma única alternativa para o progresso econômico e social. A outra, que pode ser chamada de estratégia de desenvolvimento associado, predominou nos anos 1946-50, 1955-60 e 1964-70, pressupunha um projeto de capitalismo dependente e associado, como única alternativa para o progresso econômico e social".

Segundo ele, essa polarização não se sucedia, exclusivamente, como se uma fosse substituída pela outra, ao longo do processo político-econômico...O que ocorria, efetivamente, era a coexistência dessas duas tendências principais... Com freqüência o mesmo

governo foi levado a atuar segundo metas que implicavam, por sua vez, uma opção nacionalista e, outras vezes uma opção internacionalista (Ianni, 1986:308).

A partir do início dos anos 70 houve uma centralização do planejamento no Brasil, através dos planos nacionais de desenvolvimento regional, que tornou ainda maior a influência dos grupos ligados ao capital financeiro nacional e internacional na determinação dos objetivos dos planos de desenvolvimento. Este fato está diretamente ligado a ascensão dos empréstimos multigovernamentais.

Com o crescimento dos empréstimos do BIRD, o planejamento no Brasil passou a ser uma tarefa de adequar as políticas nacionais de desenvolvimento regional à política global do BIRD, quanto aos meios e fins dos projetos.

O planejamento no Brasil, especialmente com o Estado autoritário que se instalou após o golpe de 1964, tendo a finalidade de beneficiar os grupos hegemônicos, se deu diante de uma sociedade politicamente paralisada, pela repressão, com o Estado e sua burocracia determinando os fins e meios do planejamento<sup>89</sup>.

Neste momento objetivamos interpretar as políticas públicas derivadas do planejamento estatal e da ação dos grupos hegemônicos que formam o bloco de poder dentro no Estado. Procuraremos identificar os conflitos e as conseqüências para a sociedade.

Partiremos da contribuição de O'connor (1977:19), de que o Estado capitalista "tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: **a legitimação e a acumulação**". Isto quer dizer que o Estado deve tentar, ou criar, as condições em que

---

<sup>89</sup> Para Carvalho (1988:243), "não há evidências mais claras sobre o autoritarismo do Estado do que as veiculadas pelos seus técnicos, tendo por suposto a "neutralidade técnica" e a imparcialidade dos critérios de decisão utilizados por eles. Os técnicos entendem que suas concepções são as mais legítimas e essenciais para assegurar o atendimento das necessidades básicas da população considerada carente" (sic).

se faça possível uma lucrativa acumulação de capital e ao mesmo tempo este Estado deve manter ou criar as condições de harmonia social.

Desta forma, O'connor (1977:19), revela o conflito de classes que está contido no interior deste Estado. Se de um lado:

"um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade", do outro, se "um Estado capitalista ignora a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente".

Se este conflito é irreconciliável o que deve fazer este Estado para impedir que a sociedade civil perceba este caráter de classe das políticas públicas?

Neste sentido, coloca O'connor (1977:19) que:

"o Estado deve envolver-se no processo de acumulação, porém tem de fazê-lo mistificando sua política, denominando-a de algo que não é, ou tem que ocultá-la (por exemplo, transformando temas políticos em temas administrativos)".

Para essas duas funções principais as despesas públicas tem um caráter duplo num Estado capitalista: capital social e despesas sociais, (O'connor, 1977:19).

Sendo que o capital social "é a despesa exigida para a acumulação privada lucrativa ; indiretamente produtiva". Na sua opinião há dois tipos de capital social: investimento social e consumo social. Estas duas formas de investimento contribuem para a elevação da taxa de lucro (O'connor, 1979:20).

No primeiro caso (os investimentos sociais), citando o exemplo dos parques de desenvolvimento industrial financiados pelo Estado, servem para aumentar a produtividade do trabalho; e no segundo exemplificado pelo seguro social, rebaixam o custo da reprodução da força de trabalho, reduzindo o custo.

Para O'connor(1977:20), as despesas sociais,

"que compreende os projetos e serviços exigidos para a manutenção da harmonia social - para cumprirem a função de "legitimação" do Estado, como por exemplo o sistema previdenciário, também serve aos interesses privados a medida que contribuem para a manutenção da ordem vigente, além de contribuírem, para a reprodução da força de trabalho".

Logo, se o Estado é cortado por esses interesses antogônicos, por sua vez, terá que se legitimar perante estas duas classes. Assim, a função de acumulação, também, será uma forma deste Estado se legitimar junto a classe dominante.

Ao mesmo tempo, o Estado na função de acumulação (ao subsidiar uma indústria que gerará alguns empregos), também estará procurando a sua legitimação junto a classe subalterna, por possibilitar novos empregos. Desta forma, legitimação e acumulação são funções dúplices, o que torna esta categoria ambígua.

Sobre isto conclui O'connor(1977:20), que:

"devido ao caráter dúplice e contraditório do Estado capitalista, quase todas as agências estatais ficam envolvidas nas funções de acumulação e legitimação, e quase todas as despesas públicas têm este caráter duplo".

Para O'connor (1977:21):

"o crescimento do setor estatal e da despesa estatal funciona cada vez mais como a base do crescimento do setor monopolista e da produção total". Ou melhor, "a socialização dos custos do investimento social e do capital de consumo de caráter social aumenta com o tempo e é cada vez mais necessário a acumulação lucrativa do capital monopolista".

Entretanto, segundo O'connor (1977:22), este processo é contraditório e cria tendências para crises econômicas, sociais e políticas, pois mesmo o Estado já socializando crescentemente os custos do capital (inclusive os lucros) continua a sofrer a apropriação privada. E a socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram a **crise fiscal** (ou uma brecha entre despesas e receitas estatais).

Assim, para demonstrar os conflitos reais da sociedade e do Estado capitalista no Brasil neste momento, a categoria da legitimação apresenta limites, pois mesmo quando esta função é desempenhada está garantindo a acumulação privada, pois os agentes são privados. No Brasil temos determinantes no Estado e nas classes sociais e principalmente no desenvolvimento capitalista, diferentes das encontradas nos Estados Unidos, de onde O'connors analisa. Ou seja, cada país tem suas determinantes históricas que determinam esta legitimação<sup>90</sup>.

O quadro se complica quando estes agentes, após a apropriação privada não reconvertem produtivamente suas riquezas. Este é o caso do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Agora veremos outros aspectos da intervenção estatal na economia, no caso os PDRI's.

Estes PDRI's, que ocorrem em regiões de modernização retardatária, deram um grande destaque a destinação de recursos a infra-estrutura econômica (transporte e eletrificação, etc.). Este fato exige o esclarecimento sobre a importância dos investimentos estatais para a acumulação.

Nesta direção Kautsky (1986:210/214), levanta as seguintes premissas (algumas específicas para o seu momento histórico e outras que permanecem atuais): a)-a necessidade de expansão do mercado além das fronteiras nacionais e regionais; b)essa tendência de expansão contínua do mercado para a indústria, faz-se acompanhar, também, de "uma revolução completa dos meios de transporte"; c) a ausência de um sistema de transporte diversificado leva a

---

<sup>90</sup> Esta "legitimação" do Estado, no Brasil, é fruto mais da geração de uma ideologia ou distorção da realidade através de seus aparelhos no sentido de obscurecer o processo social e impedir que a sociedade civil perceba os conflitos e comprometa estas estruturas de poder, do que do atendimento das reivindicações da classe trabalhadora.

concentração da atividade econômica em determinadas regiões (litoral), o que provoca a elevação das rendas diferenciais nas terras mais próximas; d) **a existência de vias de transporte faz reduzir o tempo de rotação do capital e quanto menor for esta rotação, menor será o montante necessário para o prosseguimento da produção em escala e quanto menor o tempo de rotação do capital, maior será a acumulação;** e) este fato levou a que os governos necessitassem de dinheiro para entrar em competição com outras entidades capitalistas<sup>91</sup>, o que casou com a necessidade do outro lado, que era exatamente ter que investir o excedente de capital que ameaçava sufocar a classe capitalista; f) estes meios de transporte "permitem a abertura, quiçá a própria criação de novos mercados para a indústria européia" (se refere a aquele momento, JM); g) a medida que estes meios de transporte são construídos contribuem para a ascensão da renda fundiária nas novas terras, que cabe aos proprietários; h) que estas obras não levam a superprodução de alimentos como imaginado; i) que esta nova forma de produção estabelecida, mediante a internacionalização do capital, deteriora as condições de vida da população rural.

Quanto a redução do tempo de rotação do capital, aqui refere-se apenas aos meios de transporte. No entanto, neste período recente estudado, a contribuição estatal a acumulação privada vai mais longe reduzindo o tempo de rotação global da economia. O exemplo mais claro deste fato é o sistema financeiro da habitação, onde o Estado adianta capital para as construtoras e só recebe do mutuário após 20 anos, isto é, propicia o enriquecimento privado de

---

<sup>91</sup> Aqui, também relaciona a citação de Lenin do capítulo 2 da parte I.

imediate e assume uma dívida no longo prazo, criando uma tendência permanente para um déficit fiscal.

No entanto, este é um aspecto da intervenção. O outro e mais importante, realizado pelo Estado é a superação negativa da propriedade privada ou a constituição do capital produtivo, que possibilita a reprodução capitalista na fase monopolista. Ou seja, mais que reduzir o tempo de rotação é possibilitar a reprodução.

Em outras palavras, a contribuição estatal a acumulação privada no Brasil tem determinantes específicas. Uma delas é o caráter autoritário que este Estado assumiu. Este Estado foi "institucionalizado" pelo golpe militar e a sociedade civil comprimida pela repressão e tortura, durante a maior parte de execução dos PDRIs. No Brasil, muito mais buscava-se a implantação do Estado transnacionalizado.

### PARTE III : REFLEXÕES E CONCLUSÕES

O Estado brasileiro num primeiro momento, superou o parasitismo privado do capital cafeeiro. Ao assumir as variadas funções produtivas, possibilitou o surgimento da industrialização e constituição da propriedade privada. Ao ampliar a riqueza privada, por sua vez, amplificou o parasitismo desta riqueza, reduzindo o investimento (desindustrialização).

No segundo momento, quando esgotado a sua primeira fonte de capital (cafeeiro), passou a superar o parasitismo do capital financeiro nacional (amplificado anteriormente) e internacional, através do endividamento externo, possibilitando um novo momento da industrialização (iniciada nos anos 50 com seu ápice no final dos anos 60 até meados de 1970).

A partir deste período, tivemos novamente a amplificação do parasitismo privado ou a desindustrialização como colocada no capítulo 3, que resultou do fato de que quanto mais o capital se converteu em produtivo (via intermediação estatal), tanto mais a apropriação se converteu em rentista, e tanto menos produtivo passou a ser a determinação e movimento de apropriação, da acumulação e do desenvolvimento capitalistas. Ou seja, nas condições de partida da industrialização, estavam colocadas as condições de reversão.

Ou melhor, as condições para a industrialização no Brasil ou a superação do parasitismo (endividamento externo), levou a exaustão do Estado. Assim, o Estado ao contrapor às crises da produção capitalista, levou num momento seguinte ao reaparecimento destas ainda mais amplificadas nas contradições, tanto na produção quanto dos métodos estatais, porque o Estado não tem mais as condições de contrapor a nova crise.

A crise dos anos 80, portanto, marca a completa ausência de perspectiva de uma nova superação deste parasitismo pelo estrangulamento do Estado. Este estrangulamento é fruto do impasse da dívida externa e da elevação da dívida interna, que foram os motores do desenvolvimento econômico, no primeiro momento, e que no momento seguinte passam a representar os freios não só do desenvolvimento como da atuação do Estado na geração de políticas básicas como: educação, saúde, segurança, habitação, etc.

Para agravar, ainda mais, a situação observamos o processo de privatização, que nada mais é que a busca da materialização da riqueza fictícia ou seja, a riqueza nominal que está em mãos privadas sob forma de títulos da dívida pública, transformar-se em riqueza material concretizando a etapa de apropriação privada.

Observamos, durante este estudo, que todas as políticas implantadas no Brasil tinham como bandeira, exatamente, reduzir as desigualdades sociais, isto é, políticas redistributivas, que no entanto, contribuíram para uma maior concentração da renda e da propriedade em mãos privadas no momento seguinte.

Todas políticas públicas visam contrapor a lei geral da acumulação capitalista- erradicar a pobreza e as desigualdades sociais - todavia no seu final tem-se a manutenção da lei geral, só

que amplificadamente. Isto é, que o desenvolvimento capitalista tem na sua resultante a formação da riqueza privada de um lado, e do outro, a pobreza social.

O elemento novo da análise do desenvolvimento neste período estudado não é a manutenção da lei geral, mais sim o ponto de partida deste desenvolvimento, ou seja, o capital estatal que é a superação do capital financeiro que amplifica a lei geral, pois possibilita a apropriação privada duplamente: no ponto de partida ou constituição do capital produtivo (função deficitária para o Estado) e na exploração da força de trabalho derivada do processo produtivo.

Daí é possível identificar com profundidade o confronto da natureza privada com a social. Desta vez, este desenvolvimento foi bancado pela riqueza social (capital estatal ou intermediado pelo Estado) ou da superação negativa da propriedade privada capitalista. Estes PDRIs, de certa forma, reconstituíram as relações sociais anteriores de forma ampliada. Só que agora, respaldada pelo voto, ou seja, estas políticas encaminham para o clientelismo político que contribuem para a reconstituição destes grupos conservadores dentro do Estado.

Se num primeiro momento tínhamos o conservadorismo destes grupos no interior do Estado respaldados pelo regime militar, em seguida através destes PDRIs e de outras políticas, tivemos a reconstituição destes grupos reacionários no Estado, utilizando-se do clientelismo destas políticas públicas. Cada programa até agora efetivado teve como consequência a aceleração das desigualdades regionais e sociais.

Os grandes e médios fortalecidos de um lado e os pequenos enfraquecidos e dependentes de novas políticas, do outro. Sendo assim reconstitui-se, também, o conflito em dimensão ampliada. O que se observa é a redução do grau de autonomia dos movimentos sociais, além do enfraquecimento das bandeiras de luta e da cooptação das lideranças sindicais, o que no entanto não inviabilizou o aparecimento de movimentos como os sem terra.

No entanto, parte deste movimento, sem autonomia e ligados à aparelhos de Estado, passam a contribuir para a reconstituição dos grupos dominantes.

Em síntese, podemos afirmar que os programas que facilitam a penetração do capital (estatal) no campo, em regiões de modernização retardatária, via crédito e obras de infra-estrutura econômica, possibilitando o "desenvolvimento" capitalista, tem como consequência de um lado a manutenção da lei geral da acumulação capitalista de forma ampliada e do outro a reconstituição dos grupos conservadores no interior do Estado.

O elemento novo, daí resultante, são os mecanismos de reconstituição dos grupos conservadores (o processo eleitoral) e a natureza social do desenvolvimento capitalista neste momento estudado. Ao mesmo tempo, com a amplificação dos problemas sociais, tem novamente estes grupos conservadores no interior do Estado motivo para o surgimento de novas políticas de "interesse social", que possibilitam a valorização de suas propriedades, com a entrada de novos recursos estatais nestas regiões.

O Estado, no decorrer deste processo de intervenção, obteve a elevação do seu déficit, tanto pela dívida interna como externa que, por sua vez, levou a agudização da crise fiscal. O Estado,

portanto, defendeu, ao mesmo tempo, os interesses de setores capitalistas: as empreiteiras, as indústrias dirigidas ao setor agrícola, aos grandes proprietários rurais (valorização fundiária) e por último a lucratividade do capital financeiro nacional e internacional.

Ao tratarmos do Estado, neste período, não basta afirmarmos que este Estado estava acima das classes, mais sim que este Estado (a superestrutura) interviu fortemente na estrutura (a base econômica), através da superação negativa da privada, seja na liberação de créditos e subsídios, como na estatização da produção e na circulação. Ou seja, ele esteve acima das classes, porém agiu em defesa da classe dominante. Esteve distante sim da classe subalterna, que foi utilizada como justificativa para as políticas de interesse do capital em nome do interesse social.

As regiões excluídas do desenvolvimento são incorporadas para abrigar os excluídos das regiões de intenso desenvolvimento. No entanto, a medida que o capital penetra nestas novas regiões surgem novos excluídos que se somam aos excluídos anteriores, que buscam uma nova região. Este movimento é ilustrado pelo fluxo populacional para a região Norte de Mato Grosso.

Os PDRI's longe de serem a continuidade do processo de modernização, foram na verdade a forma de captação de recursos externos para a amortização de juros da dívida externa. Dívida esta que possibilitou o auge da modernização industrial e agrícola. Isto é, no ponto de partida da modernização está o obstáculo para a sua continuidade.

Ao contrário do que afirmam os neoliberais, quanto mais se desenvolveu o capitalismo (a sua fase monopolista), mais tornou-se

necessário a intervenção do Estado. Desta vez, na superação do caráter parasitário que teve sua grande manifestação mundial na década de 30, e que a seguir prosseguiu, porém, com novas determinações, culminando com a crise dos anos 80, no Brasil marcado pela desindustrialização e regressão social.

Outro fato novo está na debilidade do agente produtivo principal (o Estado), determinado pelo seu endividamento nas intervenções anteriores. Este fato se soma a amplificação do enriquecimento privado, e por sua vez, do parasitismo. Assim, este período recente é marcado pela ausência de agentes produtivos e, por isso, a desindustrialização e agudização das opositividades.

Em síntese esta intervenção estatal contribuiu com a acumulação de capital, mesmo quando se tratava de políticas sociais.

TABELA 04  
EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DE JUROS E DA DÍVIDA EXTERNA-1971-89

Ano	Juros(pagamentos)	Dívida Externa
1971	0,344	6,621
1972	0,489	9,521
1973	0,639	12.166
1974	1,370	17.166
1975	1.862	21.171
1976	2.090	25.985
1977	2.482	32.037
1978	3.343	43.510
1979	5.347	49.904
1980	7.457	53.847
1981	10.305	61.410
1982	12.550	70.197
1983	10.263	81.319
1984	11.448	91.091
1985	11.238	95.856
1986	10.245	111.045
1987	9.310	121.174
1988	10.600	114.941
1989	11.200	111.916

FONTE: Banco Central do Brasil

TABELA 05

Participação Relativa do Brasil no Total dos Empréstimos Aprovados pelo BIRD 1 1947-88

Anos 2	Total(A)	Brasil(B)	(B)/(A)	Anos 2	Total(A)	Brasil(B)	(B)/(A)
1947	250,0	-	0,0	1968	847,0	62,0	7,3
1948	263,0	-	0,0	1969	1.399,2	74,9	5,4
1949	137,1	75,0	54,7	1970	1.680,4	205,0	12,2
1950	166,1	15,0	9,0	1971	1.896,4	160,4	8,5
1951	297,1	15,0	5,0	1972	1.966,1	437,0	22,2
1952	298,6	37,5	12,6	1973	2.050,0	187,7	9,2
1953	178,6	3,0	1,7	1974	3.218,4	242,0	7,5
1954	323,7	48,6	15,0	1975	4.319,7	426,5	9,9
1955	409,6	-	0,0	1976	4.977,1	498,0	10,0
1956	396,0	-	0,0	1977	5.759,3	425,0	7,4
1957	387,0	-	0,0	1978	6.097,7	705,0	11,6
1958	710,8	13,4	1,9	1979	6.989,0	674,0	9,6
1959	703,1	84,6	12,0	1980	7.644,2	695,0	9,1
1960	658,7	-	0,0	1981	8.808,9	844,0	9,6
1961	609,9	-	0,0	1982	10.329,6	722,1	7,0
1962	882,3	-	0,0	1983	11.138,0	1.457,5	13,1
1963	448,7	-	0,0	1984	11.947,0	1.604,3	13,4
1964	809,8	-	0,0	1985	11.358,3	1.523,0	13,4
1965	1.023,3	79,5	7,8	1986	13.178,8	1.620,0	12,3
1966	839,2	49,0	5,8	1987	14.188,2	1.261,5	8,9
1967	876,8	100,6	11,5	1988	14.762,0	1.359,5	9,2

FONTES: W.Fritsch e M. de P. Abreu, Brasil Freing Borrowing from Multilateral and Governamental Agencies: An Overvieof Past Experiencie and the Present Challenge, Texto para Discussão, n ° 105, Departamento de Economia, PUC/RJ, Julho, 1985. Banco Mundial, Annual Report, 1984 a 1988.

Notas: 1.Os empréstimos são tomados em seu valor global, isto é, não são deduzidos os cancelamentos. Na distribuição destes valores, nos anos considerados, observa-se a data de aprovação dos projetos.

2. Ano fiscal, ou seja, com término em 30 de junho.

Extraído de Gonzalez et al (1990:66)

TABELA 07 - BRASIL - Empréstimos contratados com o BIRD-1949-89  
 - Posição: Abril/89

Anos	Valores 2
1949	75.000,0
1950	15.000,0
1951	15.000,0
1952	12.500,0
1953	32.781,1
1954	18.790,0
1955	-
1956	-
1957	-
1958	86.363,6
1959	11.600,0
1960	-
1961	-
1962	-
1963	-
1964	-
1965	76.800,0
1966	149.469,0
1967	40.000,0
1968	93.039,3
1969	-
1970	204.873,8
1971	253.203,8
1972	432.055,7
1973	181.198,9
1974	136.411,3
1975	519.064,4
1976	358.481,9
1977	258.091,9
1978	592.610,6
1979	495.711,0
1980	592.548,9
1981	1.109.709,8
1982	1.046.621,4
1983	2.038.496,3
1984	313.200,0
1985	1.525.000,0
1986	1.642.300,0
1987	1.393.500,0
1988	627.500,0
1989	63.000,0

Fontes: BIRD, Detail Statement of Loan, Abril, 1989  
 SEAIN/SEPLAN-PR.

NOTAS: 1. Ano calendário.

2. Os empréstimos foram tomados em seus valores líquidos (empréstimos - Cancelamentos). A distribuição destes valores, nos vários anos, observou a data de assinatura dos projetos.

Extraído de Gonzalez et al (1990)

TABELA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO, RECEITA E RENTABILIDADE DAS EMPRESAS

Ano Base: 1980	Estatais	Privadas Nacionais	Privadas Estrangeiras
Empresas	117	799	84
Pat. Líquido	61%	31%	7,7%
Receitas	31%	54%	14%
Rentabilidade	5,6%	19,5%	20,3%

FONTE: F.G.V/ CONJUNTURA ECONÔMICA, Março de 1988 Pg 65-122

Tabela 09 - Participação do Banco do Brasil no conjunto das operações de Repasse - 1972-81 - Em Milhões US\$

Descrição	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Bancos Com Públicos (A)	159,4	149,0	669,0	413,7	343,1	390,1	832,7	388,2	1.159	1.251
Banco do Brasil(B)	65,7	54,3	419,8	264,6	124,0	96,0	405,8	164,5	609,	570,
Total Resolução 63	1465,2	1069,5	1068,	928,3	1572,5	1321,4	3053,8	1574,8	3500,9	5467,1
(A)/(C)(%)	10,9	13,9	41,6	44,6	21,8	29,5	27,3	24,7	33,1	22,9
(B)/(C)(%)	4,5	5,1	26,1	28,5	7,9	7,3	13,3	10,4	17,4	10,4

Fonte dos dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros-FIRCE, do Banco Central do Brasil  
 Extraído de Davidoff (1984:127)

Tabela 10- EMPRÉSTIMOS EM MOEDA ( LEI Nº 4131) CAPTAÇÕES BRUTAS ANUAIS REALIZADAS PELO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE -1972-81 (Em US\$ Milhões)

Discriminação	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%
SETOR PÚBLICO	623,1	24,9	1.130,9	39,7	1.098,0	35,3	1.900,9	50,4	1.953,3	51,5
Energia	89,9	3,6	143,0	5,0	112,9	3,6	180,0	4,8	187,1	4,9
Siderurgia	3,9	0,2	19,1	0,7	26,4	0,9	72,0	1,9	128,5	3,4
Petroquímica	72,5	2,9	117,3	4,1	43,6	1,4	129,9	3,4	0,0	0,0
Transportes	197,7	7,9	306,0	10,8	422,7	13,6	531,0	14,1	475,7	12,4
Telecomunicações	63,5	2,5	50,5	1,8	209,1	6,7	267,7	7,1	262,2	6,8
Interm.Financeira	77,2	3,1	135,9	4,8	99,1	3,2	141,2	3,7	282,0	7,4
Adm.Pública	89,0	3,5	352,0	12,3	182,0	5,8	459,0	12,2	515,9	13,5
Outros	29,4	1,2	7,1	0,2	2,2	0,1	120,1	3,2	101,9	2,7
Setor Privado	1.874,4	75,1	1.718,3	60,3	2.011,5	64,7	1.872,1	49,6	1.872,7	48,9
TOTAL	2.497,5	100	2.849,2	100,0	3.109,5	100,0	3.773,0	100,0	3.826,0	100,0
Discriminação	1977	%	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%
SETOR PÚBLICO	2.500,5	51,5	5.317,4	60,2	6.642,9	76,8	3.687,0	76,6	5.285,5	69,6
Energia	591,4	12,2	1.368,3	15,5	1.599,1	18,5	1.207,7	25,1	2.009,5	26,5
Siderurgia	610,7	12,6	610,0	6,9	913,0	10,6	378,2	7,9	317,0	4,2
Petroquímica	136,0	2,8	151,5	1,7	133,9	1,5	250,0	5,2	522,0	6,9
Transportes	603,2	12,4	1.096,8	12,4	560,0	6,5	113,9	2,4	994,4	13,1
Telecomunicações	10,0	0,2	267,0	3,0	309,0	3,6	229,0	4,8	15,0	0,2
Interm.Financeira	427,7	8,8	717,8	8,1	710,0	8,2	535,5	11,1	429,3	5,7
Adm.Pública	50,0	1,0	580,0	6,6	1.749,7	20,2	822,6	17,1	657,1	8,6
Outros	71,5	1,5	526,0	6,0	668,2	7,7	150,1	3,0	341,3	4,4
SETOR PRIVADO	2.356,9	48,5	3.511,5	39,8	2.007,4	23,2	1.124,1	23,4	2.311,1	30,4
TOTAL	4.857,4	100,0	8.828,9	100,0	8.650,3	100,0	4.811,1	100,0	7.596,6	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIRCE, DO BANCO CENTRAL.

EXTRAÍDO DE DAVIDOFF (1984)

**Tabela 11 - Empréstimos em moeda (Lei nº 4 131) Captações brutas anuais realizadas pelo setor privado, segundo propriedade de capital do tomador 1972-1981**

Em Milhões de Dólares

Discriminação	1972 %	1973 %	1974 %	1975 %	1976 %
<b>SETOR PRIVADO*</b>	1.874,4 75,1	1.718,3 60,3	2.011,5 64,7	1.872,1 49,6	1.872,7 49,0
Priv.Nacional*	680,6 27,3	655,6 23,0	431,8 13,9	234,8 6,2	139,5 3,6
Priv.Externo*	1.193,8 47,8	1.062,7 37,3	1.579,7 50,8	1.637,3 43,4	1.733,2 45,0
Internacionais*	1.004,0 40,0	860,5 30,2	1.330,9 42,8	1.384,7 36,7	1.511,3 39,0
Estrangeiras* Conglomerados* Joint ventures*	47,5 1,9 37,5 1,5 104,8 4,2	68,4 2,4 19,8 0,7 114,0 4,0	121,3 3,9 52,9 1,7 74,6 2,4	57,5 2,0 109,4 2,9 67,7 1,8	49,7 1,3 53,6 1,4 118,6 3,1
<b>SETOR PÚBLICO</b>	623,1 24,9	1.130,9 39,7	1.098,0 35,3	1.900,9 50,4	1.953,3 51,
<b>Total</b>	<b>2.497 100</b>	<b>2.849,2 100</b>	<b>3.109,5 100</b>	<b>3.773,0 100</b>	<b>3.826, 100</b>

  

Discriminação	1977 %	1978 %	1979 %	1980 %	1981 %
<b>SETOR PRIVADO</b>	2.356,9 48,5	3.511,5 39,8	2.007,4 23,2	1.124,1 23,4	2.311,1 30,4
Priv. Nacional*	292,6 6,0	465,5 5,3	554,1 6,4	176,2 3,7	427,7 5,6
Priv. Externo*	2.064,3 42,5	3.046,0 34,5	1.453,3 16,8	947,9 19,7	1.883,4 24,8
Internacionais*	1.695,2 34,9	2.357,3 26,7	1.228,3 14,2	500,4 10,4	1.459,9 19,2
Estrangeiras*	63,1 1,3	53,0 0,6	8,7 0,1	43,3 0,9	61,3 0,8
Conglomerados*	97,1 2,0	282,5 3,2	138,4 1,6	120,3 2,5	164,1 2,2
Joint-Ventures*	208,9 4,3	353,2 4,0	77,9 0,9	283,9 5,9	198,1 2,6
<b>SETOR PÚBLICO</b>	2.500,5 51,5	5.317,4 60,2	6.642,9 76,8	3.687,0 76,6	5.285,6 69,6
<b>Total</b>	<b>4.857,4 100</b>	<b>8.828,9 100</b>	<b>8.650,3</b>	<b>4.811,1 100</b>	<b>7.596,6 100</b>

Fonte dos Dados Brutos: Firce do Banco Central  
Extraído de Davidoff (1984:100)

\* Valor Estimado a partir da amostra do setor privado

**Tabela 12- BRASIL-Distribuição Setorial dos Empréstimos Contratados com o BIRD 1 - 1949-88 - Posição: Abril/89**

Período	Energia	Transportes	Agricultura	Indústria	Bancos de Deserv	Social	Total
1949-59	239.053,6 89,5%	27.981,1 10,5%	-	-	-	-	267.034,7
1960-69	274.806,3 76,4%	22.845,4 6,4%	40.000,0 11,1%	21.858,6 6,1%	-	-	359.308,3 100%
1970-79	812.919,4 23,7%	899.323,2 26,2%	615.247,8 17,8%	543.687,2 15,8%	56.030,7 1,6%	504.495,0 14,7%	3.431.703 100%
1980-89	1.934.911,8 18,7%	1.622.909,1 15,7%	2.343.269 22,6%	238.572,7 2,3%	520.000, 5,0%	1.936.848,7 18,7%	10.351.876 100%
1949-89	3.261.490,9 22,6%	2.573.058,8 17,9%	2.998.517 20,8%	804.116,5 5,6%	576.030,7 4,0%	2.441.343,7 16,9%	14.409.922 100%

FONTE: BIRD, Detail Statement of Loans, abril, 1989 - SEAIN/SEPLAN-PR

NOTAS: 1-Dos valores dos empréstimos contratados foram excluídos os cancelamentos. A distribuição destes valores, nos períodos considerados, teve como referência as datas de assinatura dos respectivos projetos. Já a classificação setorial dos empréstimos, obedeceu ao critério especificado no Apêndice.

2- Ano calendário OBS: Os valores referente aos itens outros e programas sociais são respectivamente 101.000,0 (0,7%) e 1.654.364,4 (11,5%)

EXTRAÍDO DE GONZALES ET AL 1990:67

Tabela 13- Ingresso Bruto de Empréstimos via Resolução nº63  
segundo agentes repassadores 1972-1981, em milhões de dólares

Discriminação	1972 %	1973 %	1974 %	1975 %	1976
<b>Banco Comercial</b>	688,2 46,9	566,7 53,0	1157,5 72,0	732,3 78,9	1225,877,9
Públicos	159,4 10,9	149,0 13,9	669,0 41,6	413,7 44,6	343,1 21,8
Privados	528,8 36,0	417,7 39,1	488,5 30,4	318,6 34,3	882,7 56,1
Nacionais	403,1 27,5	339,0 31,1	381,3 23,7	182,6 19,7	356,6 22,6
Estrang.	125,7 8,5	78,7 7,4	107,2 6,7	136,0 14,6	526,1 33,5
<b>Bancos Invest</b>	763,6 52,1	496,7 46,4	427,9 26,6	196,0 21,1	346,7 22,1
Nacionais	283,2 19,3	154,6 14,4	95,2 5,9	23,0 2,5	72,2 4,6
Externos	480,4 32,8	342,1 32,0	332,7 20,7	173,0 18,6	274,5 17,5
Estrang	381,6 26,0	306,0 28,6	202,1 12,6	112,3 11,1	133,0 8,5
Com. Particip	98,8 6,8	36,1 3,4	130,6 8,1	60,7 6,5	141,5 9,0
<b>Bancos Desenvol</b>	13,4 1,0	6,1 0,6	22,6 1,4	- -	- -
<b>TOTAL</b>	1465,2 100	1069,5 100	1608,0 100	928 100	1572,5 100
Discriminação	1977 %	1978 %	1979 %	1980 %	1981 %
<b>Banco Comercial</b>	1012,4 76,6	2081,1 68,1	1140,0 72,4	2902,9 82,9	4323,3 79,1
Públicos	390,1 29,5	832,7 27,3	388,2 24,7	1159,0 33,1	1251,2 22,9
Privados	622,3 47,1	1248,4 40,9	751,8 47,7	1743,9 49,8	3072,1 56,2
Nacionais	359,6 27,2	796,2 26,1	470,8 29,9	1003,1 28,7	1855,4 33,9
Estrangeiros	262,7 19,9	452,2 14,8	281,0 17,8	740,8 21,1	1216,7 22,3
<b>Bancos Investim</b>	287,0 21,7	915,1 30,0	425,2 27,0	566,9 16,2	898,8 16,4
Nacionais	46,8 3,5	186,4 6,1	102,1 6,5	77,5 2,2	345,0 6,3
Externos	240,2 18,2	728,7 23,9	323,1 20,5	488,5 13,9	553,8 10,1
Estrangeiro	139,8 10,6	397,1 13,0	170,6 10,8	343,5 9,8	451,8 8,3
	100,4 7,6	331,6 10,9	152,5 9,7	145,0 4,1	102,0 1,9
<b>Banco Desenvol</b>	22,0 1,7	57,6 1,9	57,6 1,9	32,0 0,9	245,0 4,5
<b>TOTAL</b>	1321,4 100,0	3053,8 100	1574,5 100	3500,9 100	5467,1 100,0

Fonte dos dados brutos: registros efetuados junto à fiscalização e registros de capitais estrangeiros- FIRCE, do Banco Central Extraído de DAVIDOFF (1984:127).

Tabela 14 - Empréstimos em moeda via Resolução nº 63 - Participação de Bancos Brasileiros no conjunto das instituições credoras - 1972-81

Discriminação	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Bco do Brasil(A)	72,1	70,8	442,3	183,3	75,0	69,0	35,0	144,5	681,0	626,0
Banespa	0,2	11,8	36,0	3,1	7,2	27,0	31,0	96,2	181,0	178,5
Real	0,6	-	4,5	4,1	12,0	-	74,5	80,0	12,7	45,7
Safra	-	0,7	-	-	-	3,7	1,8	3,7	-	6,0
Comind	-	-	-	-	-	-	51,5	23,5	19,7	9,0
Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0
Itaú	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	5,0
Econômico	-	-	-	-	-	-	-	-	20,0	23,0
Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0
Total(B)	72,9	83,3	482,8	190,5	94,2	99,7	193,8	347,9	919,4	901,2
Total Res. 63(C)	1465,2	1069,1	1.608,1	928,3	1573,1	1321,4	3054,1	1575,1	3500,9	467,1
(B)/(C)(%)	5,0	7,8	30,0	20,5	6,0	7,5	6,3	22,1	26,3	16,5
(A)/(C)(%)	4,9	6,6	27,5	19,7	4,8	5,2	1,1	9,2	19,5	11,5

Fonte dos dados brutos: Registro efetuados junta à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros-FIRCE, do Banco Central do Brasil. Extraído de Davidoff (1984:37)

Tabela 15- BRASIL- Fluxos Financeiros com o BIRD e o BID 1981-88

Discriminação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Banco Mundial								
1-Ingressos	387	623	1.204	1.300	760	1.608	900	999
2-Transferências	396	382	449	549	870	994	1.267	1.595
a) Amortizações	137	218	273	357	477	479	627	979
b) Juros	259	164	176	192	393	515	640	616
3-Fluxo líquido (1-2a)	250	405	931	943	283	1.129	273	20
4-Transf. Líquidas (1-2)	-9	241	755	751	-110	614	-367	-596
Banco Interamericano								
1-Ingressos	238	328	270	336	454	362	302	343
2-Transferências	205	197	230	232	291	350	428	443
a) Amortizações	103	118	137	122	152	172	232	252
b) Juros	102	79	93	110	139	178	196	191
3-Fluxo Líquido (1-2a)	135	210	133	214	302	190	70	91
4-Transf. Líquidas (1-2)	33	131	40	104	163	12	-126	-100
TOTAL								
1-Ingressos	625	951	1474	1636	1214	1971	1202	1342
2-Transferências	601	579	679	781	1161	1344	1695	2038
a) Amortizações	240	336	410	479	629	651	859	1231
b) juros	361	243	269	302	532	693	836	807
3-Fluxo líquido (1-2a)	385	615	1064	1157	585	1320	343	111
4-Transf. Líquidas (1-2)	24	372	795	855	53	627	-493	-696

Fonte: Banco Central. Extraído de Gonzales et al (1990:25)

Tabela-16 Crédito Rural-Valores Reais\* (Em Trilhões de Cruzeiros)

Anos	Custeio	Variação(%)	Investimento	Variação(%)	Comercia lização	Variação(%)	Total	Variação
1981	40.928	-	8.012	-	16.647	-	65.587	-
1982	43.399	6,04	6.099	-23,88	13.915	-16,41	63.413	-3,32
1983	31.543	-27,32	6.982	14,48	9.834	-29,33	48.358	-23,74
1984	22.644	-28,21	2.908	-58,35	4.836	-50,82	30.388	-37,16
1985	32.682	44,33	4.288	47,46	7.706	59,35	44.677	47,02
1986	37.044	13,34	12.090	181,92	8.713	13,07	57.847	29,48
1987	36.645	-1,08	6.451	-46,65	7.246	-16,83	50.342	12,97
1988	24.363	-33,52	4.271	-33,80	657	-90,93	29.290	-41,82
1989	18.311	-24,84	2.962	-30,65	3.192	385,76	24.464	-16,48
1990	14.397	-21,37	1.132	-61,76	2.094	-34,39	17.624	-27,96
1991-(a)	15.620	8,49	1.230	8,62	2.272	8,49	19.122	8,50

Fonte: Bacen/Derur - Anuário Estatístico do Crédito Rural (In Boletim da BM&F).  
Elaboração: DIEESE.

TABELA 17-BRASIL- Indicadores Externos e Participação do BIRD-1978-84 (US\$ Milhões)

Ítems	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Saldo Balança Comercial	-1.024	-2.840	-2.823	1.213	780,	6.470	13.089
Saldo Conta Corrente	-6.990	-10.468	-12.807	-11.717	-14.755	-6.142	517
Serviço da Dívida	8.770	11.875	14.146	17.801	20.766	15.557	14.315
Dívida Total	52.187	55.803	64.244	73.963	85.364	93.556	102.039
Reservas Internacionais	11.895	9.689	6.913	7.507	3.994	4.563	11.995
Entrada Liq.de Capitais1	12.489	7.657	9.679	12.917	6.255	3.624	6.114
Financiamento do BIRD 2	189	226	242	250	405	931	988
* Desembolsado	275	302	343	387	623	1.204	1.300
* Amortizado	86	76	101	137	218	273	312
Produto Interno Bruto 3	209.360	236.617	235.716	265.511	284.337	206.001	214.756

Fonte: Relatórios do Banco Central

Notas: 1- Correspondente ao item Capital do Balanço de Pagamentos.

2- Fluxos líquidos

3- PIB em cruzeiros correntes convertidos em dólares pela taxa média de compra.

Extraído de Gonzales et al (1990:89)

(a): Estimativa

\* Valores atualizados para junho/92 pelo IGP-DI da FGV.

TABELA 18 - SALARIO MINIMO REAL - Médias Anuais

Anos	Val.Real S.M em Cr\$ Mar/92	Índice Jul 40=100	Ano	Vr.Real SM em Cr\$ Mar-/92	Índice Jul/40=100	Ano	Vr real SM Cr\$ Jul/40=100	Vir do S.M em Mar/92
1940	459.386,31	98,02	1958	500.063,58	106,70	1976	264.971,16	56,54
1941	418.750,62	89,35	1959	559.804,35	119,45	1977	276.123,10	58,92
1942	375.957,81	80,22	1960	470.057,50	100,30	1978	284.456,42	60,70
1943	369.233,35	78,78	1961	522.666,81	111,52	1979	287.225,13	61,29
1944	389.869,18	83,19	1962	477.181,52	101,82	1980	289.529,33	61,78
1945	314.132,90	67,03	1963	419.481,73	89,51	1981	296.862,70	63,34
1946	275.652,43	58,82	1964	433.458,37	92,49	1982	309.415,56	66,02
1947	210.616,49	44,94	1965	417.989,35	89,19	1983	262.927,55	56,10
1948	194.552,53	41,51	1966	356.315,94	76,03	1984	243.871,23	52,04
1949	197.695,19	42,18	1967	337.074,29	71,92	1985	249.521,53	53,24
1950	186.722,53	39,84	1968	329.881,24	70,39	1986	236.007,33	50,36
1951	172.447,80	36,80	1969	317.433,46	67,73	1987	170.155,59	36,31
1952	462.911,29	98,77	1970	323.051,80	68,93	1988	179.146,46	38,22
1953	381.253,67	81,35	1971	309.147,55	65,96	1989	190.768,53	40,70
1954	463.421,25	98,88	1972	303.607,48	64,78	1990	136.324,83	29,09
1955	520.402,54	111,04	1973	278.222,56	59,36	1991	142.382,63	30,38
1956	528.692,47	112,81	1974	255.332,58	54,48	1992*	120.024,32	25,61
1957	574.827,14	122,65	1975	266.697,86	56,91			

Notas: (\*) Valor Médio até Março/92.

Deflator utilizado: ICV-DIEESE 1 a 3 Salários Mínimos.

Desde 1962 o cálculo inclui o 13º Salário.

Elaboração: DIEESE

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB INDUSTRIAL - 1988 - Países  
Selecionados

Países	%	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
Níger	06	Tailândia	24	Costa Rica	31	Tchecoslováquia	39	Austrália	47
Brasil	15	Filipinas	25	Japão	34	Honduras	40	África Sul	48
Colômbia	15	Uruguai	26	Suécia	34	Itália	41	Dinamarca	53
Turquia	16	Iugoslavia	26	Zimbábue	34	R. Unido	41	Noruega	56
Chile	17	Bolívia	26	Equador	35	Alemanha	42	Hong Kong	56
Argentina	18	Coréia	27	E.U.A	36	Israel	43	Austria	57
Guatemala	19	Singapura	28	Espanha	37	Finlândia	44		
Etiópia	20	Venezuela	28	Portugal	37	Canadá	44		
México	20	Bangladesh	28	Panamá	37	Maurício	44		
Polônia	23	Malásia	30	Hungria	39	Quênia	44		

Fonte: Banco Mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington 1991.  
Extraído de: Carta da CPE nº12

TABELA 20 -- DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA EM 31.03.91- (Por Modalidade de Juros)

Discriminação	US\$ Milhões	Part. Perc
TOTAL	92.062	100,00
TAXAS FLUTUANTES	68.899	74,8
Libor	54.101	58,8
Prime (total)	2.416	2,6
N.Y	642	0,7
Outras	1.774	1,9
Cert. Depósitos NY	2.157	2,3
FMI	1.618	1,8
Bird	3.627	3,9
Demais	4.376	4,8
TAXAS FIXAS	23.163	25,2
BIRD	4.483	4,9
BID	1.878	2,0
Demais	16.802	18,3

FONTE: BANCO CENTRAL

TABELA 21-DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA INTERNA URBANA BRASIL 1949-88(EM %)

ANOS	RENDIMENTOS DO TRABALHO	OUTROS RENDIMENTOS	TOTAL
1949	56,6	43,4	100
1959	55,5	44,5	100
1970	52,0	48,0	100
1980	50,0	50,0	100
1984	46,7	53,3	100
1988 (1)	38,0	62,0	100

FONTE: IBGE. Indicadores sociais e MTb. Mercado de trabalho- boletim mensal

Elaboração: DIEESE

NOTA: (1) Estimativa dos autores do Plano Verão

TABELA - 22 - DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA - BRASIL 1981-90 (EM %)

Grupos	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Os 10% mais Pobres	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8
Os 20% mais Pobres	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3	2,6
Os 50% mais Pobres	14,5	13,4	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2	12,0
Os 10% mais ricos	44,9	46,7	46,8	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5	48,1
Os 5% mais Ricos	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7	34,4
Os 1% mais Ricos	12,1	13,2	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9	13,9

FONTE: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Obs:a) Não incluídos os rendimentos da população da Zona Rural da Região Norte

b) Os dados para 1982 não encontravam-se disponíveis

c) Esta tabela expressa a distribuição da renda total entre as pessoas. Assim mostra como os 10% mais pobres recebem menos de que 1% da renda, enquanto os 10% mais ricos detêm cerca de 48% da renda nacional. Da mesma forma, os 50% mais pobres ficam, a partir de 1985, com uma parcela menor da renda do que os 1% mais ricos.

TABELA 23 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA- BRASIL - 1985

GRUPO DE ÁREA TOTAL(HECTARES)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS EM (%)	ÁREA(HECTARES)	ÁREA EM %
Menos de 10	3.085.841	52,89	10.029.780	2,67%
De 10 a Menos de 50	1.728.232	29,62	39.525.515	10,50
De 50 a Menos de 100	438.192	7,51	30.153.422	8,01
De 100 a Menos de 1.000	518.618	8,89	131.893.557	35,05
De 1.000 a Menos de 10.000	47.931	0,82	108.397.132	28,81
De 10.000 e Mais	2.174	0,04	56.287.168	14,96
Sem Declaração	13.791	0,24	-	-
Total	5.834.779	100,00	376.286.577	100,00

FONTE: IBGE. Sinopse preliminar do censo agropecuário

Elaboração: DIEESE

## BIBLIOGRAFIA

- AFANSO, Carlos. **Teoria do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1988
- ALVES, Alaôr Caffé. **Estado e Ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1987
- ANDRADE SERPA **Diz que Negação da Dívida pelo Brasil não será calote**. O Estado. Florianópolis, 1985, 20/Out.
- ANUÁRIO DOS TRABALHADORES. São Paulo:DIEESE, 1993
- ARANTES, Aldo. A Renegociação Para Pagar a Dívida até "o último centavo". In: **Revista Princípios, nº 20**.Fev/ Abril. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 1991.
- BACELAR ARAUJO, Tânia. Industrialização do Nordeste: Intensões e resultados. In: Org. MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984 pp 71:82
- BAER, Mônica. **A Internacionalização Financeira do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BIRD **Aprova US\$ 1,6 bilhões a Projetos Ambientais**. Folha de São Paulo. São Paulo 15 Out/91 1991 p 2 -5 .
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ano 11, nº 131 -Jun 1991
- BNB. ETENE. **Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo**. Fortaleza, 1985 (Série Projeto nordeste n 15).
- BRASIL NUNCA MAIS. **Um relatório para a História (19 ed)**. Petrópolis, Vozes, 1986. 279p
- BURSZTYN, Marcel. **Regular o Estado**. Paris-Setembro 1990. Mimeo
- .....O Poder dos Donos; Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes/CNPQ, 1984 182p
- CARCANHOLO, Reinaldo A. **Dialectica de la Mercancia y Teoria del Valor. 1º Ed**. São José (Costa Rica): EDUCA, 1982.
- CARDOSO, F.H e FALLETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Ed.,1970 .143 p
- CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado**. São Paulo, Cortêz Editora,1987 pp 13-60
- CARVALHO, Otamar. **A Economia Política do Nordeste**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988. 505p

- CHALOULT, Yves. Uma Política de Legitimação do Estado e a Rearticulação da Pequena Produção Rural: O Projeto Nordeste. In: **Raízes**. Campina Grande-PB, 1985, Ano IV, N 4/5, p 61 a 99
- ..... A Questão Agrária e Política do Estado: (Polonordeste In: **Revista de Economia Política do Nordeste**, vol 11 n 4. Out/Dez 1980 pp 527-564
- ..... Colonização e Desenvolvimento Rural Integrado no Nordeste. In: **Revista de Econômica do Nordeste**, vol 10, N 3, Jul. Set 1979, pp 713-758.
- ..... **Governo de transição com velhas práticas: O que sobra para o trabalhador do campo?** Rio de Janeiro - Trabalho apresentado no XIII PIPSA de 31/05 a 04/06/1988. 38p
- COUTINHO, Renata e BELLUZZO, Luiz.: O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós Guerra In: **O Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp 09-36
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. **Dívida Externa e Política Econômica: a experiência Brasileira nos anos 70**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DELGADO, Guilherme. **O Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas. CONE Editora, 1985. 240 p
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Global Editora, 1984 215 p
- FAVRE, Luiz. **De onde vem a Crise Econômica**. In: Caderno O Trabalho n°4, 1986. pp 07-21.
- FRANK, André G. **Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina**. Buenos Aires, Ediciones Signos. 1970
- GALVAO, Luiz. **Capital ou Estado ?** São paulo, Cortez Editora, 1984
- GALVAO, Olímpio, A. **Amazônia dos Grandes Projetos: Avaliações de impactos e sugestões alternativas**. Recife, PIMES-CME JUL/1990 - Mimeo
- GONZALEZ (et al). **O Brasil e o Banco Mundial: Um diagnóstico das relações econômicas: 1949-1989**. Contagem-MG, MGSP Editores, 1990. 174 p
- GOVERNO Aprende com Erros da BR 364**. Folha de São Paulo, São Paulo 28 Out 1990 -p A 18 (política).
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel (6 ed.)** Porto Alegre, 1986
- GUIMARAES, Alberto. **As Classes Perigosas**. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1982. 206 p

- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo. Nova cultural, 1985 pp 127-129
- IANNI, Octávio. **O Estado e Planejamento Econômico no Brasil:1930-1970 (2 ed)**. Rio de Janeiro,1977 pp 19-20
- .....**Classe e Nação**. Petrópolis, Vozes,1986
- .....**Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1984
- .....**A Luta pela Terra(2 Ed)**. Petrópolis, Vozes, 1979.235p
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo, Nova Cultural, 1986 pp 210-213
- KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego,do Juro e da Moeda**. São Paulo. Abril Cultural, 1983.220 p
- KUCINSKI, Bernardo e BRANFORD, Sue. **A Ditadura da Dívida (2 Ed)**. São Paulo, Brasiliense, 1987. 333p
- LANGGUTH, A.J. **A Face Oculta do Terror: A verdade sobre as operações policiais dos EUA no Brasil e no Uruguai**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979. 292p
- LEITE, Pedro Sisnando. Planejamento e Execução do Desenvolvimento Regional Rural Integrado. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Vol 13 n 1,Jan/Mar 1982 pp 185-219
- ..... Opções para o Desenvolvimento Rural do Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol 16,n 2, Abr/Jun 1985 pp 211-252.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo, Fase Superior do capitalismo**, Atlas, 1979. 127 p
- LESSA, Carlos. **15 Anos de Política Econômica (4 Ed)**. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira, (4 ed)** São Paulo. POLIS/ VOZES, 1988. 288 p
- MARINI, Ruy. **Subdesarrollo y Revolucion (9 Ed)**. México, Siglo Veintiuno, 1969.204 p
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1985 pp 75-112
- MARX, Karl. **O Capital, Liv I,vol II**. São Paulo. DIFEL, 1985.
- .....**Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo. Abril 1982
- ..... **O Dezoito Brumário de Napoleão de Louis Bonaparte**. São Paulo, Editora Moraes,1987.

- MATO GROSSO. Gabinete de Planejamento e Coordenação. Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso- PRODEAGRO.** Cuiabá. (Documento Síntese),1989, 220 p
- MELLO, João M.C. **O Capitalismo Tardio (7 ed).** São Paulo, Brasiliense, 1988. 182 p
- MENEZES GOMES, José. **Da Opositividade da Propriedade Privada ao Estado.** Campina Grande-CME/DEF- UFPB,1989. 21 p
- .....**A Mão Invisível do Estado e Desenvolvimento Capitalista.** Campina Grande-CME/DEF, 1991. 12 p
- MONTEIRO, Sílvio. **Fronteira Oeste:A Capacitação para a formação de Empresas Associativas.** Brasília, IATTERMUND, 1990 .163 p
- MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro;uma política Regional de industrialização,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 174p
- MUSOLF, LLOYD. **O Estado e Economia (2 ed).** São paulo, Atlas, 1968
- O'CONNOR, James. **USA: A Crise do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido: Classe e identidade de classe.** São Paulo,Brasiliense, 1987. 134p
- OSÓRIO, Carlos. A Pobreza e a Riqueza das Regiões.In: **Revista Econômica do Nordeste,vol 10, N 3,** Fortaleza, JUL/ Set.1979, pp 657-711.
- PESQUISA DIEESE. **A Recessão e os Trabalhadores.** São Paulo: DIEESE/SEADE, Set.1992
- REDWOOD III, John. **A Ocupação da Fronteira, Estado e Expansão: Algumas reflexões com Base no Caso Brasileiro contemporâneo.** CME-PIMES-Abril 1979. 21 p -MIMEO
- RONDONIA. **Secretaria Estadual de Planejamento. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia- PLANAFLORA** (Carta Consulta). Porto Velho, 1990 92 p
- ..... **Secretaria Estadual de Planejamento. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia- PLANAFLORO** (cartilha síntese). Porto Velho, 1990 48 p
- SAMPAIO, Yony et al -**Política Agrícola no Nordeste: Intenções e resultados.** Brasília, BINAGRI,1979. 360p
- SANTOS, Thotônio. **Conceito de Classes Sociais (3 ed).** Petrópolis, Vozes, 1985. 81 p
- SAWYER, Donald. **Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma Frente Agrícola no Pará.IN: Revista Econômica do Nordeste, vol 10, n 3,** Fortaleza, Jul/Set. 1979 pp 773-812.

- SMITH, Adam **A Riqueza das Nações, Vol II.** São Paulo. Abril Cultural, 1983. 350 p
- SORG, Bernardo. **O Estado e Capitalismo no Brasil.** São Paulo. HUCITEC/ CEBRAP, 1977 p 264.
- ..... **Estado e Classes Sociais na Agricultura no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora, Editora Guanabara, 1986. 154p
- SOUZA, Herbert J. **O Capital Transnacional e o Estado.** Petrópolis: Vozes, 1985. 160 p
- SWEEZY, Paul (et al). **Las Contradiciones Del Capitalismo.** Argentina, Ediciones Periferia, 1973.
- .....**Teoria do Desenvolvimento Capitalista.** São Paulo, Editora Abril, 1983 pp 189
- TEUBAL, Miguel. Internacionalización Del Capital Y Complejos Agroindustriales: Impactos sobre la agricultura latino americana In: **INVESTIGACION ECONOMICA 170**, Outubro-Dezembre, 1984 pp 129-159
- VILLARREAL, René. Economia Mista e Jurisdição do Estado: Para uma Teoria de Intervenção do Estado na Economia. In: **Revista de Economia Política.** São Paulo, Brasiliense, vol 4 N 4 - Out/Dez, 1984 pp 63-88
- XAVIER, Jurandir. **O Capital Financeiro no Brasil.** Campina Grande- CME/DEF- UFPB 1989: Tese de Doutorado/USP
- WEITZ, Raanan. **Desenvolvimento Rural Integrado.** Fortaleza, BNB, 1979. 108p
- WILKINSON, John. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** São Paulo-Salvador Hucitec-CEPA-BA, 1986